

Edriana Nolasco

SICOOB CREDIVERTENTES:

experiência
de Rochdale
no Campo
das Vertentes



Edriana Nolasco

SICOOB CREDIVERTENTES:
experiência de Rochdale
no Campo das Vertentes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP (Brasil)
Catalogação na Fonte

Nolasco, Edriana

N789s SICOOB Credivertentes: experiência de Rochdale no Campo das Vertentes /Edriana Nolasco. -- São Tiago: Vertentes Cultural, 2026
109 p.: il. (Coleção Vertentes Cultural)

ISBN: 978-65-985728-9-1

1. Cooperativas. 2. Cooperativismo – História. 3. Cooperativismo – Aspectos sociais. I. Título.

CDD:334

DEDICATÓRIA

A João Pinto de Oliveira, incentivador dos ideais do Cooperativismo de Crédito nos “veios” das Vertentes. Foi ele quem, junto a outros 21 homens do campo, materializou sonhos e crenças em um mundo melhor, possibilitando o crescimento e o desenvolvimento coletivo com trabalho duro e inspiração.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Armazém fundado pelos pioneiros do Cooperativismo inglês (1933)

Figura 2 – John Bellers (1654-1725)

Figura 3 – Robert Owen (1771-1858)

Figura 4 – Charles Fourier (1772-1825)

Figura 5 – Philippe Benjamin Joseph Buchez (1792-1865)

Figura 6 – Franz Herman Schulze-Delitzsch (1808-1883)

Figura 7 – Louis Blanc (1811-1882)

Figura 8 – Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888)

Figura 9 – Ernest Poisson (1882-1942)

Figura 10 – Georges Lasserre (1902-1985)

Figura 11 – Pioneiros de Rochdale (1844)

Figura 12 – Cooperativa de Santa Catarina no Vale do Itajaí (1893)

Figura 13 – Cooperativa de crédito mais antiga de Santa Catarina (1932)

Figura 14 – Padre Theodor Amstad

Figura 15 – Sede da antiga Caixa Rural de Nova Petrópolis (1954)

Figura 16 – Jornal anunciando o surgimento da Cococer

Figura 17 – Posto de Atendimento em Quilombo, Santa Catarina

Figura 18 – Mapa de Minas Gerais

Figura 19 – Mapa do Campo das Vertentes

Figura 20 – Mapa da localização de São Tiago em Minas Gerais

Figura 21 – Agência em São Tiago

Figura 22 – Agência da Cooperativa em Mercês de Água Limpa

Figura 23 – Senhor João Pinto de Oliveira

Figura 24 – Agência em Coronel Xavier Chaves

Figura 25 – Agência em Resende Costa

Figura 26 – Fachada da Cooperativa em 1986

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Instituições bancárias mineiras do século XIX

Quadro 2 – Instituições bancárias em nossa região – Século XX

Quadro 3 – Instituições financeiras com sede em São Tiago

Quadro 4 – Outras instituições financeiras que operaram em São Tiago

Quadro 5 – Definições estruturais

Quadro 6 – Direitos e deveres do cooperado

LISTA DE ABREVIATURAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

AF – Autorização para Funcionamento

BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil S/A

BB – Banco do Brasil

BC – Banco Central do Brasil

BNCC – Banco Nacional de Crédito Corporativo

CEMAC – Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CMN – Conselho Monetário Nacional

CNC – Conselho Nacional do Cooperativismo

COCECRER – Cooperativa Central de Crédito Rural

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CONFEBRAS – Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito

CREDIMINAS – Cooperativa Central de Crédito Rural de Minas Gerais

CREDIMUR – Cooperativa de Crédito Rural de Muriaé

CREDIVAP – Cooperativa de Crédito Rural dos Produtores do Vale do Paraíba

CUNA – Credit Union National Association

FELEME – Federação Leste Meridional de Cooperativa de Crédito

FGCOOP – Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LC – Lei Complementar

OCEMG – Sindicato das Cooperativas de Minas Gerais

ONU – Organização das Nações Unidas

PIS – Programa de Integração Nacional

SENACOOB – Secretaria Nacional do Cooperativismo

SICOOB – Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil

SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo

SNCC – Sistema Nacional de Crédito Cooperativo

UNICRED – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde da Unimed Vale das Antas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2 - O COOPERATIVISMO PELO MUNDO: em nome da solidariedade humana.....	12
Histórico do Cooperativismo	13
Pioneiros pelo mundo	17
De volta a Rochdale	26
COOPERATIVISMO NO BRASIL: origem e implementação	29
Pioneirismo do crédito no Brasil	31
O desenvolvimento do Cooperativismo brasileiro	33
Cooperativismo no Brasil em movimento: regulamentação.....	37
3 - CAMINHOS DO CRÉDITO: da restrição à ampliação dos benefícios sociais	45
COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: breves considerações	46
TRADIÇÃO BANCÁRIA EM MINAS GERAIS: uma breve análise	49
O Cooperativismo em Minas Gerais	53
Ecos do crédito no Campo das Vertentes	55
Sicoob Credivertentes: interditos na trajetória	58
Pioneirismo mineiro.....	62
Um líder à frente do seu tempo	66
Múltiplas funções do Sicoob Credivertentes:	74
Os pioneiros de São Tiago	76
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS.....	91
ANEXO A - EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL.....	99
ANEXO B - HOMENAGEM AOS SEMEADORES DO COOPERATIVISMO.....	103

INTRODUÇÃO

Primeiramente construíram casas de barro, que deram lugar a lugarejos e, mais tarde, cidades — as pirâmides erguidas no Egito, cerca de seis mil anos atrás, simbolizam esse poder do trabalho coletivo que move o homem através dos tempos (Alderico Sena).

A humanidade sempre necessitou do trabalho em grupo para sobreviver, crescer e se desenvolver. Ninguém sobrevive isoladamente. A vida em conjunto foi fundamental para a existência e a sobrevivência do mundo, bem como para a sua permanência na atualidade. Diante disso, o homem, desde a sua condição primitiva, deu provas da relevância de agir coletivamente. Assim, somente com o esforço dos grupos, foi possível que as diversas sociedades, incluindo aquela da qual somos parte, fossem constituídas. No entanto, durante o processo de desenvolvimento dos povos, a ambição pessoal de alguns provocou desigualdades sociais e econômicas. E, como resultado, surgiu a carência de parte da população. Essa falta só pôde ser reduzida pela atividade coletiva, voltada para a promoção da igualdade.

Nesse ponto, entre os destroços provocados pela industrialização inglesa, as atividades cooperativistas começaram a se estruturar. Naquele contexto, tais práticas buscaram diminuir diferenças, melhorando as condições de vida das pessoas, sobretudo, conferindo dignidade ao ser humano. As atitudes de alguns tecelões de Rochdale contribuíram para transformar o cenário de desigualdade provocado pela Revolução Industrial. Munidos de um estatuto, elaborado por esse mesmo grupo, alteraram, significativamente, a realidade de parte da população desfavorecida diante do impulso industrial. As transformações operadas naquela realidade alcançaram o mundo, inspirando milhões de pessoas a deslocarem-se de seus interesses pessoais em benefício da coletividade.

Pelo mundo afora, a fim de contribuir para a promoção da equidade social, foram criadas cooperativas de diversos tipos, de acordo com as demandas e as necessidades locais. Os ideais de Rochdale cruzaram os oceanos, chegaram ao Brasil, onde têm contribuído para minimizar os impactos do sistema capitalista. Diante da avidez pelo lucro, traço marcante do sistema bancário, em São Tiago, Minas Gerais, um grupo de homens, concebeu os princípios de Rochdale e têm trabalhado, desde 1986, para alavancar a comunidade em termos econômicos, favorecendo o acesso ao crédito e contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

Essa história será analisada nas próximas páginas, as quais revelarão a influência dos Pioneiros de Rochdale nos rumos do Sicoob Credivertentes. Este livro tentará, pois, mostrar que a inspiração em boas práticas do passado pode interferir no presente e mudar a vida das pessoas. O exemplo dos tecelões de Rochdale, cujo palco foi a Inglaterra de 1844, encontra ressonância

em São Tiago, no tempo presente. Esse pequeno município da região do Campo das Vertentes se desenvolveu por meio de iniciativas solidárias praticadas por grandes homens, o que nos permite ousar e classificá-los como os Pioneiros de São Tiago.

Para isso, na primeira parte do livro, pretende-se situar o leitor a respeito da história do Cooperativismo no mundo, desde a sua origem, após Revolução Industrial, e o surgimento dos Pioneiros de Rochdale. Historicamente, objetiva-se mostrar a organização desse grupo de tecelões para melhorar a sobrevivência dos operários ingleses. Ademais, buscar-se-á analisar a disseminação desses ideais pelo mundo afora, nos aspectos teóricos e concretos, e as formas de consolidação do Cooperativismo, de acordo com os diversos contextos. Em seguida, será apresentado o desenvolvimento do Cooperativismo no Brasil; as regiões nas quais se destacou inicialmente e as formas de sua consolidação, em termos legais.

Após a análise geral das cooperativas brasileiras, na segunda parte, será apresentada a história da modalidade de crédito, com destaque para Minas Gerais. Em seguida, a análise terá como foco a região do Campo das Vertentes, local de surgimento do Sicoob Credivertentes. Serão analisadas, também, as trajetórias de alguns fundadores da cooperativa do Campo das Vertentes; indivíduos que foram e continuam sendo grandes colaboradores e gestores da Cooperativa. Nesse sentido, esta obra busca perceber as lideranças que estão por trás desse empreendimento.

Para compreender a história da Cooperativa, além de reconhecer a influência dos tecelões ingleses, que moveram as iniciativas dos protagonistas do Cooperativismo no Campo das Vertentes, entrevistas com alguns membros-fundadores, colaboradores e gestores da atualidade foram realizadas. Por fim, este livro pretende contribuir para uma maior visibilidade da atividade da instituição na região e destacar a percepção de que não há desenvolvimento socioeconômico sem solidariedade, a qual se materializa a partir da coletividade humana.

2

O COOPERATIVISMO PELO MUNDO: em nome da solidariedade humana

Histórico do Cooperativismo

Há apenas um modo pelo qual o homem pode possuir em perpetuidade toda a felicidade que sua natureza é capaz de desfrutar — que é pela União e cooperação de todos para o benefício de cada um (Robert Owen).

As origens do Cooperativismo remontam à condição primitiva do homem, considerando-se a luta travada pela sobrevivência e, por isso, a necessidade de relacionar-se com os demais por meio de ações “solidárias”. O homem primitivo, na passagem do Paleolítico para o Neolítico, observou que, para sobreviver, certa unidade era necessária. Ao se tornarem sedentários, esses indivíduos perceberam que deveriam trabalhar juntos para permanecerem vivos. Por essa razão, nas aldeias, as atividades diárias que visavam à subsistência eram realizadas em grupo¹.

No decorrer da história, a partir da Revolução Industrial inglesa², com o cenário de exploração e de desigualdade, houve as primeiras ações, ainda “rudimentares”, que sustentaram e sustentam os ideais de cooperação humana. A Revolução Industrial, ocorrida em finais do século XVIII e início do XIX, representou

[...] a passagem da sociedade rural para a sociedade industrial, a mudança do trabalho artesanal para o trabalho assalariado, a utilização da energia a vapor no sistema fabril em lugar da energia humana, transformações que resultaram na exploração do trabalho, o desemprego e a desigualdade (Sales, 2010, p. 24).

Esse cenário tornou-se um terreno fértil para ações com vistas à coletividade, na tentativa de minimizar o abismo da desigualdade. Considerando a relação estabelecida entre Cooperativismo e Revolução Industrial, afirmou Luciele Sobrinho (2017) que

As dificuldades socioeconômicas encontradas na Revolução Industrial fizeram com que o Cooperativismo buscasse uma alternativa econômica para atuar no mercado frente ao capitalismo, aos preços abusivos, às longas jornadas de trabalho, aos baixos salários e a optar por uma nova forma de trabalho, já que a mão de obra perdeu grande poder de troca, dando lugar ao desemprego. Tal crise fez surgir, entre a classe operária, lideranças que criaram associações de caráter assistencial, mas estes

¹ “Há cerca de 12 mil anos, alguns grupos humanos começaram a cultivar plantas comestíveis e a criar animais. Embora, à primeira vista, isso possa parecer algo sem importância, na verdade, o desenvolvimento da agricultura e da pecuária causou uma grande transformação do modo de vida desses grupos, mudando o curso da história da humanidade” (Dias; Grinberg; Pellegrini, 2018, p. 44).

² O artigo *Cooperativismo: origens e evolução*, João Eder Sales, explora o surgimento histórico do Cooperativismo, seus fundamentos econômicos e sociais e sua contribuição potencial para o bem-estar humano e a distribuição de renda.

infelizmente não tiveram bons resultados. O novo modelo econômico pretendia também que o trabalhador tivesse a propriedade de seus instrumentos e a participação nos resultados no fruto de seu trabalho.

Destarte, pode-se atribuir a origem do Cooperativismo à luta dos homens na tentativa de superar as dificuldades e as desigualdades econômicas, marcadas pelo surgimento e pela consolidação da industrialização. O Cooperativismo, na concepção de João Eder Sales (2010, p. 24), é um modo de “somar capacidade dentro de um mundo de concorrência”, mantendo a economia e a vida de indivíduos comuns. De acordo com Alderico Sena (2011), o termo cooperar

Deriva etimologicamente da palavra latina “Cooperari”, formada por “cum” [com] e “operari” [trabalhar], e significa agir simultânea ou coletivamente com outros para um mesmo fim, ou seja, trabalhar em comum para o êxito de um mesmo propósito. O que é cooperação? Método de ação pelo qual indivíduos ou famílias com interesses comuns constituem um empreendimento. Neste, os direitos de todos são iguais, e o resultado alcançado é repartido somente entre os integrantes, na proporção da participação societária nas atividades.

Na mesma perspectiva, Márcio Port (2022, p. 27) definiu o Cooperativismo como: “um instrumento de organização econômica da sociedade, que permite que um grupo de pessoas, unidas voluntariamente, desenvolva atividades econômicas com maiores resultados”. De modo geral, seu surgimento deveu-se a momentos de dificuldades e “da consciência de fragilidade do homem dentro do mundo em que atua”, como bem destaca João Eder Sales (2010, p. 24).

As primeiras incursões a esse respeito não obtiveram sucesso, e, com o decorrer do tempo, os mesmos ideais levaram à fundação do *Rochdale Equitable Pioneers Society Limited*³, movimento que consolidou as metas para uma organização cooperativista⁴. Buscava-se, sobretudo, facilitar o consumo, de forma equitativa, inicialmente de alimentos e depois de tecidos, entre os membros da cooperativa.

3 “Rochdale era um Distrito de Lancashire, na Inglaterra, hoje, bairro de Manchester, local onde foi criada, em 1844, a primeira cooperativa por operários e tecelões. Todavia, há comprovação do surgimento de uma cooperativa ainda mais antiga. De acordo com Márcio Port, em 1761, teria surgido a Sociedade dos Tecelões de Fenwick (Fenwick Weavers Society). Esse grupo reunia-se em segredo, firmando entre si uma promessa de lealdade, “buscando fazer um trabalho de qualidade e praticando preços justos, nem mais altos, nem mais baixos do que estavam acostumados” (Port, 2022, p. 32).

4 “Em 1838, o Movimento Cartista na Inglaterra se propagou pela classe média e, com isso, surgiram as primeiras manifestações concretas do Cooperativismo. O auge destas levou à fundação da primeira sociedade de consumo organizada: a *Rochdale Equitable Pioneers Society Limited* (Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale), em 21 de dezembro de 1844, em Rochdale, Manchester. Sua criação deve-se a uma manifestação que chamou todos os operários do bairro para se unirem aos pioneiros e participarem do empreendimento cooperativista” (Sobrinho, 2017).

Tendo o homem como principal finalidade — e não o lucro, os tecelões de Rochdale buscavam, naquele momento, uma alternativa econômica para atuarem no mercado frente ao capitalismo ganancioso que os submetiam a preços abusivos, exploração da jornada de trabalho de mulheres e crianças (que trabalhavam até 16 horas) e do desemprego crescente advindo da revolução industrial (Portal do Cooperativismo Financeiro, 2022).

Naquele contexto, foi aberto um armazém para minorar as dificuldades econômicas dos artesãos.

Nossos tecelões, cujo número era de vinte e oito, número que chegou à celebridade no armazém de Rochdale, estabeleceram as bases da Sociedade. Um dos princípios fundamentais que resolveram adotar para os seus negócios foi o de realizá-los a dinheiro (Holyoake, 1933, p. 19).

A primeira iniciativa dos “Probos Pioneiros” foi a abertura de um armazém para estocar mercadorias, que, adquiridas em maior quantidade, qualidade e a dinheiro, eram consumidas sem intermediários e a preços mais baratos (preço justo). Com o resultado da economia mensal de 1 libra de cada participante durante um ano, logo no primeiro ano de funcionamento, o capital da sociedade aumentara para 180 libras! Em 1848, eram já 140 membros; em 1849 passaram a 390 associados e seu capital atingia 1.194 libras. Tal o sucesso do empreendimento que, dez anos mais tarde, a sociedade contava já 1.400 cooperados.

Assim, o ideal de Cooperativismo nasceu e materializou-se. Instalado em um pequeno e modesto cômodo no chamado “Beco dos Sapos”, o estabelecimento mantinha estoques básicos de farinha, manteiga e açúcar e foi oficialmente inaugurado em 21 de dezembro de 1844. A abertura ocorreu em meio a vaías e deboches de comerciantes locais, curiosos e grupos de garotos que se reuniram para observar e ridicularizar o que chamavam de a “vendinha dos velhos tecelões”. Consolidava-se ali uma das grandes conquistas sociais de todos os tempos!

Figura 1 – Armazém fundado pelos pioneiros do Cooperativismo inglês (1933)⁵



Fonte: <http://www.dominiopublico.gov.br/>, da obra: *Os 28 tecelões de Rochdale*

Com o passar do tempo, outros empreendimentos adotaram esse modelo, que ganhou espaço em diversos campos econômicos, tais como: a indústria, a agricultura e a habitação. “Foi a partir do século XIX que o movimento cooperativista envolveu novos setores, como agricultura, comércio varejista, pesca, construção e habitação” (Carvalho; Sales, 2011, p. 21). De toda forma, o ideal cooperativista se expandiu por todo continente europeu, tendo como princípio a melhoria social e econômica de seus membros e, ainda, como fundo ideológico, a consciência de solidariedade entre os homens. O nascimento e a efetivação desses ideais foram fundamentais para consolidar as experiências de Cooperativismo disseminadas pelo mundo.

O Cooperativismo de hoje é fruto de experiências passadas em vários países do mundo. As cooperativas de consumo começaram a expandir na Europa a partir de 1844, na Inglaterra. Enquanto na França, através de Buchez, 1848, foi que as cooperativas de produção tiveram o seu início. Todavia, na Alemanha (1847/49) e na Itália (1864), sob a influência de Shulze-Delitzsch e Raiffeisen, respectivamente, foi que as Cooperativas de Crédito começaram a despontar (Alves, 1983).

⁵ “As cooperativas de consumo, como no caso da de Rochdale, revendem produtos aos seus associados a preços mais baratos que os de mercado. Em 1881, já existiam 1000 cooperativas de consumo na Inglaterra com 500 mil associados” (Sobrinho, 2017).

As ações originárias do corporativismo foram consagradas por um estatuto, a fim de estabelecer princípios morais e valores que embasavam o comportamento humano. Um dos grandes méritos dos tecelões de Rochdale foi a criação de um estatuto social, fundamentado em princípios éticos e valores universais. Elaborado por Carlos Howarth, um de seus fundadores, esse documento incorporava preceitos como honestidade, transparência, responsabilidade social e solidariedade, indo além dos interesses estritamente econômicos do empreendimento e estabelecendo regras igualitárias e democráticas para sua organização, seu funcionamento e seu desenvolvimento (Holyoake, 1933).

Denominado “Princípios do Cooperativismo”, o estatuto previa direitos, que também serviam como orientação para o funcionamento da cooperativa. Entre eles, estão: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade. Esses princípios, norteadores do pioneirismo cooperativista, versavam de imediato sobre o acesso livre a todas as pessoas que quisessem se engajar como membros dessas organizações, que, por sua vez, deveriam ser controladas, de modo democrático, por seus integrantes. Na mesma perspectiva, esses sujeitos deveriam contribuir igualmente para a acumulação de um capital financeiro, bem considerado comum, para todos. De toda forma, deveriam garantir, acima de tudo, a autonomia da cooperativa, o que dependia de ajuda mútua e de gestão participativa entre seus membros. Também era considerado dever da cooperativa promover a educação e a formação dos cooperados (representantes e trabalhadores), para o desenvolvimento dos ideais da organização. Para isso, o trabalho deveria ser realizado em conjunto, no sentido de sustentar suas comunidades (Sobrinho, 2017).

Todos esses princípios alinhavam-se à teoria de Robert Owen (1771-1858), principal idealizador do sistema de cooperativa, por isso considerado o pai do Cooperativismo. Além de Robert Owen, destacam-se também como precursores do Cooperativismo moderno John Bellers, Phillippe Joseph Benjamin Buchez, Franz Herman Schulze-Delitzsch, Sean Joseph Chalés Louis Blanc, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, Bernard Lavergne, Ernest Pison, François Marie Charles Fourier, George Lasserre, entre outros. Todos defendiam e protagonizaram ideais de igualdade, associativismo e autogestão (Carvalho; Sales, 2011, p. 20).

Pioneiros pelo mundo

Neste tópico, serão apresentados nomes importantes para o Cooperativismo ao redor do mundo. Esses precursores pretendiam combater a exploração das indústrias em relação à mão de obra, buscando conter os altos lucros e contribuir para uma distribuição equitativa das rendas. Ou seja, encamparam uma luta justa e humana para a promoção da igualdade social.

Nascido na Inglaterra, em um contexto de desigualdade resultante da Revolução Industrial, John Bellers lutou pela organização de cooperativas de trabalho. Seu objetivo era atacar as indústrias, consideradas inúteis, eliminando seu lucro.

Figura 2 – John Bellers (1654-1725)



Fonte: <https://encrypted-tbn0.gstatic.com/>

Outro nome de destaque é Robert Owen. Ele foi comerciante de tecidos e desenvolveu ideias de reforma social. De acordo com Adriana Marra (2012), Owen teria começado a reforma em sua própria fábrica, aplicando seus ideais de justiça e solidariedade.

[Ele] ordenou que diminuíssem a jornada de trabalho, de 16 para 10 horas ao dia, e aumentou os salários. Proibiu a contratação de crianças menores de dez anos e ofereceu a seus funcionários casas a um custo mais baixo. Essas ações tiveram consequências positivas na situação econômica da fábrica. O sucesso estimulou Owen a elaborar um programa de reforma social, criando comunidades de propriedade coletiva que promoviam com seus próprios meios a produção e o consumo de maneira coletiva.

Figura 3 – Robert Owen (1771-1858)



Fonte: <https://www.britannica.com/>

As mudanças operadas por Robert Owen, pelo que foi mencionado, certamente reduziram a exploração dos trabalhadores e humanizaram o seu empreendimento. Assim, é possível constatar que os ideais cooperativistas produzem resultados positivos na vida das pessoas e fortalecem a economia. Para o autor João Eder Sales (2010, p. 27),

O pensamento de Owen era de que o homem é resultado de seu meio social. Para modificá-lo, seria necessário modificar o meio social, mas, de forma pacífica, gradual e moderada, a fim de que nenhuma parte do corpo político nem do indivíduo sofresse com a mudança. Suas principais ações baseavam-se em combater o lucro e a concorrência por considerá-las os principais responsáveis pelos males e injustiças, combater a divisão social entre operários e patrões, pois considerava que toda a produção devia ser dos trabalhadores.

De acordo com os ideais de Owen, as cooperativas teriam esse papel de reduzir a desigualdade, fruto do lucro e da concorrência produzidos pela Revolução Industrial. Se, por um lado, essa revolução causou tanta desigualdade, por outro, estimulou a criação e o desenvolvimento das sociedades de cooperação. A partir dessas condições socioeconômicas alguns sujeitos — a frente de seu tempo — intentaram melhorar suas condições de vida e para isso, criaram o Cooperativismo, o qual surgiu “para amenizar os traumas

econômicos e sociais que estas transformações submeteram o homem da época” (Sales, 2010, p. 29).

Outro importante expoente dessas ideias foi Charles Fourier (1772-1825). Considerado como um socialista utópico, sonhava com uma sociedade justa e igualitária e creditava à sociedade a miséria existente. Conforme destaca José D’Assunção Barros (2016, p. 227),

Este autor considerava a própria realidade em que vivia como um “mundo ao avesso”, ou como uma sociedade enlouquecida e desajustada, uma realidade social atravessada por desordens, de modo que a sua proposta era precisamente a de endireitar a realidade. A desmedida desigualdade social, o casamento monogâmico, o trabalho imposto como obrigação, a tendência à especialização — todos esses aspectos foram vistos por Fourier como instâncias absurdas que ao mesmo tempo expressavam e perpetuavam uma sociedade doente, uma espécie de sonambulismo social que impunha aos seres humanos um padrão de vida bem inferior àquele do qual poderiam usufruir. A miséria social seria, ela mesma, “a mais escandalosa das desordens”.

Figura 4 – Charles Fourier (1772-1825)



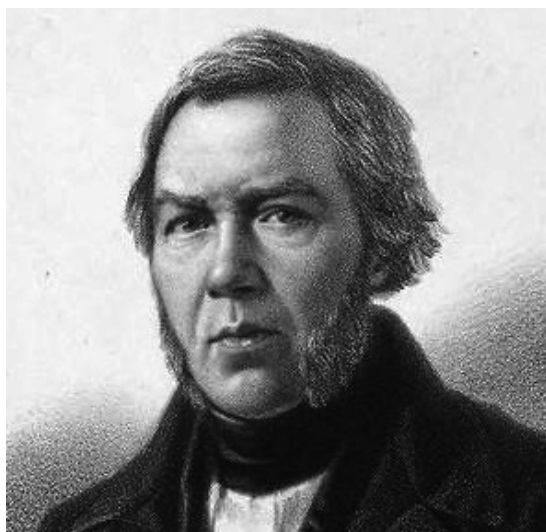
Fonte: <https://operamundi.uol.com.br/>

De acordo com José D’Assunção Barros, Fourier acreditava que poderia melhorar a vida em sociedade. Para isso, propusera a criação de Falanges, que seriam pequenas unidades sociais, com cerca de 1.500 pessoas, vivendo

juntas e harmonicamente em um edifício chamado Falanstério. Esse local seria um espaço de socialização, e a alimentação seria de modo coletivo. Afora os “devaneios utópicos”, sua proposta “era sinceramente dedicada à possibilidade de minimizar a desigualdade” (Barros, 2016, p. 231).

Na mesma direção, o belga Philippe Buchez defendia a autogestão das cooperativas. Por isso, na França, trabalhou na organização das cooperativas de produção.

Figura 5 – Philippe Benjamin Joseph Buchez (1792-1865)



Fonte: <https://www.epdlp.com/>

Conforme os argumentos de Eder Sales (2010, p. 29), Philippe Buchez “defendia a associação cooperativa dos operários por categoria profissional de forma pacífica e sem espoliações, para que eles se tornassem produtores livres e, com isso, tivessem poupança e empréstimo em comum; assegurassem rendimentos iguais a todos”. Esse precursor defendia claramente o conceito de liberdade produtiva, buscando eliminar o controle das indústrias e a consequente produção da desigualdade.

Outro importante protagonista que merece destaque nesse projeto é Franz Herman Schulze-Delitzsch, o qual idealizou as primeiras Cooperativas de Crédito na Alemanha, em 1850.

Figura 6 – Franz Herman Schulze-Delitzsch (1808-1883)



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/>

Franz Herman Schulze-Delitzsch atuou na criação da primeira sociedade mutual de empréstimos, formada por artesãos. Seu objetivo era permitir o acesso a empréstimos às pequenas e médias empresas. Adotava alguns princípios fundamentais para o sistema cooperativista, os quais são, segundo Port (2022, p. 39-40), “princípios estruturais de autoajuda (cotas de filiação), responsabilidade pessoal (responsabilidade ilimitada dos sócios) e autogestão (administração dos sócios).

Da mesma forma, Louis Blanc também arregimentou projetos para a solidariedade entre as pessoas no território francês. Nascido em Madri, uniu-se à classe operária defendendo suas causas. Atribuía os males que afligiam a sociedade à existência da concorrência. De acordo com Ana Carolina Correa (2016),

[Louis Blanc] critica a economia liberal e a concorrência exacerbada que levavam à morte aqueles que nada possuíam. Opõe-se aos patrões e exorta os operários a lutar e a se associar, a fim de defender seus direitos e evitar a miséria. Para ele, a evolução da economia deve ser guiada pela fraternidade. Defendia a diminuição da ação governamental capitalista e religiosa e a liquidação do Estado. Queria uma sociedade de pequenos produtores livres e iguais, onde os trabalhadores fariam uso do financiamento dos bancos de troca, sem juros, para comprar os meios de produção.

Figura 7 – Louis Blanc (1811-1882)

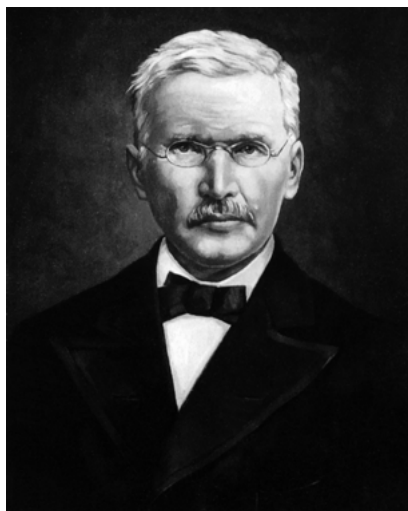


Fonte: <https://operamundi.uol.com.br/>

Louis Blanc criou oficinas sociais, uma espécie de sociedade de cooperativas, nas quais os trabalhadores uniriam seus esforços em benefício comum. Como líder do proletariado, “exigia que o Estado se apoderasse do sistema econômico para garantir trabalho e justiça para todos” (Correa, 2016).

Com os mesmos ideais, manifestou-se o alemão Friedrich Raiffeisen, o qual, apaixonado por agricultura, buscou alternativas para tentar resolver questões relacionadas ao financiamento agrícola, por meio de Cooperativas de Crédito.

Figura 8 – Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888)



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/>

Friedrich Raiffeisen “foi o fundador da primeira cooperativa de crédito rural do mundo, em 1864. O movimento surgiu após ele acompanhar o sofrimento do povo rural, que era frequentemente submetido a práticas abusivas de agiotagem” (Equipe Conexão, 2018). Durante sua vida procurou entender as necessidades de crédito dos agricultores e artesãos. Diante disso, criou uma fundação que auxiliou os pequenos agricultores a adquirirem gados, evitando as taxas abusivas. Mais uma vez, nota-se, entre esses precursores, a preocupação com o desenvolvimento social. Raiffeisen, em uma frase célebre, resume: “O que um homem sozinho não consegue realizar pode ser feito por muitos homens juntos”.

Acreditando que o Cooperativismo pudesse suceder o capitalismo, figurou o francês Bernard Lavergne (1884-1975).⁶ Seus ideais se opunham à ordem capitalista, legitimadora do lucro, mas respeitava a liberdade e a iniciativa individual.⁷ Ernest Poisson, outro precursor francês, também defendeu a causa, proclamando a soberania do consumidor.

⁶ Não foram encontradas imagens disponíveis desse precursor.

⁷ Mais informações podem ser obtidas no site da Coopanest-MG, por meio do link: <https://coopanestmg.com.br/cooperado/cooperativismo/>

Figura 9 – Ernest Poisson (1882-1942)



Fonte: <https://maitron.fr/>

Ernest Poisson não via incompatibilidade entre marxismo e Cooperativismo⁸. Sempre se interessou pela política e integrava o grupo socialista alemão, lutando pelos direitos sociais.

Em se tratando da França, também se destacou Georges Lasserre, o qual reconhecia as barreiras do capitalismo para a difusão do Cooperativismo. Ideologicamente socialista, também foi um fervoroso defensor dos direitos sociais e, conseqüentemente, da igualdade.

⁸ Embora o Cooperativismo dialogue com princípios de autogestão e da propriedade coletiva, parte da tradição marxista aponta limites estruturais a essa forma organizativa quando inserida no mercado capitalista. Para Marx, cooperativas isoladas tendem a permanecer subordinadas à lógica da concorrência, da acumulação e da reprodução do capital, podendo atenuar conflitos sem alterar as relações de produção em sua totalidade. Assim, sua potencialidade emancipatória dependeria de articulação com um projeto político mais amplo de superação do capitalismo, e não de sua atuação como alternativa autônoma e fragmentada.

Figura 10 – Georges Lasserre (1902-1985)



Fonte: <https://fr.wikipedia.org/>

Esses sujeitos, situados em espaços e temporalidade diferentes, possuíam um ideal de sociedade na qual o lucro não poderia ser detido por uma parcela minoritária da população. Ao contrário, acreditam que o resultado do trabalho humano fosse igualmente desfrutado. Por isso, lutaram por um projeto que mitigasse as desigualdades sociais. Posicionavam-se contrários ao benefício de alguns ao lucrarem com o trabalho de outros. Condenavam a sociedade resultante da Revolução Industrial, produtora da miséria humana e lutaram, cada um a seu modo, para uma transformação social promotora da igualdade entre as pessoas. Esses ideais corporificam a iniciativa cooperativista que busca, sobretudo, conscientizar a solidariedade entre os homens.

De volta a Rochdale

Retomando as ideias contidas no regulamento elaborado por Rochdale, é interessante notar que a essencialidade desse estatuto da cooperativa, desde os seus primórdios, prevalece na atualidade, sob coordenação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI). O grupo foi criado em 1895,⁹

⁹ A Aliança foi responsável pela criação do Dia C (Dia Internacional do Cooperativismo). “O Dia Internacional do Cooperativismo foi criado pela ACI em 1923 e ocorre sempre no primeiro sábado de julho. O objetivo é incentivar a reflexão sobre a responsabilidade social do trabalho das cooperativas, como um agente importante na geração de emprego e renda. A cada ano, é escolhido um tema distinto para celebrar a data” (CEMAC, [20--]). Mais informações disponíveis em: <https://cemac.coop.br>

pelos líderes corporativistas (ingleses, franceses e alemães), para representar o mundo e funcionar como um mecanismo de intercâmbio entre todas as cooperativas abrangendo aspectos relacionados aos campos: doutrinário, educativo e técnico. Tais princípios, considerados universais, foram embasados na igualdade e na democracia e referenciavam os Pioneiros de Rochdale.

Figura 11 – Pioneiros de Rochdale (1844)



Fonte: <https://www.campic.ufv.br/>

Nesses termos, nos congressos realizados, os princípios foram mantidos incólumes, havendo, portanto, uma fidelidade à origem do organismo cooperativista. Nos congressos ocorridos nos anos de 1937, 1966 e 1995, iteraram-se os princípios fundamentados na origem da cooperativa:

Nada passou despercebido à iluminada pena do redator, atendo-se os estatutos a temas fundamentais de governança e doutrina, como gestão da sociedade, admissão e demissão de associados, participação nos resultados (retorno *pro rata* das operações), fundo de reserva, vendas a dinheiro, juros limitados ao capital investido, o sentido democrático e de tolerância, além de preocupações avançadas como previdência (fundo de socorro mútuo), moradia, educação e cultura para cooperados etc. (Holyoake, 1933, p. 19).

Para os pioneiros, importava criar um vínculo entre os sócios e a sociedade, cabendo aos primeiros parte nos lucros. Ressalva-se que esses

lucros eram provenientes das compras realizadas por sócios, cabendo a retenção de parte do capital excedente, obtido por aqueles que não eram associados.

Ao Fundo de Reserva eram destinadas as economias resultantes de compras feitas por pessoas não associadas. O citado Fundo assegurava ainda condições compensatórias para a depreciação de mercadorias e outras perdas operacionais. Além do mais, um percentual (2,5%) era deduzido/reservado para fins de educação geral e aperfeiçoamento moral e intelectual dos associados (Holyoake, 1933, p. 19).

Assim, acreditava-se que os sócios se interessariam pelo êxito e pelo crescimento da cooperativa. Engajados, os elementos envolvidos nesse empreendimento enfrentaram obstáculos manifestados por concorrentes, entre eles políticos, setores da imprensa e a Igreja. Essas instituições consideravam a iniciativa dos cooperados como algo ilusório, associando-os a fanáticos e conspiradores. No entanto, princípios como honradez, tolerância, ideal democrático e a liberdade funcionaram como antídotos diante desses ataques, contribuindo para a manutenção das organizações corporativas. De acordo com o Probos Pioneiro, o Cooperativismo possuía um aspecto moral centrado, especialmente,

[...] no sentimento de abnegação pelo bem-estar comum, ou seja, a vigência do sentimento de justiça e não o do egoísmo. As pessoas passaram a confiar e a investir na sociedade, na qual, ao contrário das empresas capitalistas, encontravam transparência, tendo livre acesso às contas e até mesmo voz e voto no funcionamento e na direção da sociedade (Holyoake, 1933, p. 19).

COOPERATIVISMO NO BRASIL: origem e implementação

Indubitavelmente, o pioneirismo do Cooperativismo deveu-se à Inglaterra. No entanto, países como França, Alemanha, Itália¹⁰ e Suíça também desenvolveram esse tipo de organização, a qual propalou-se por todo mundo, até o Brasil. Nas Américas, a primeira cooperativa de crédito surgiu no Canadá, em 1900. Fundada por Alphonse Desjardins, foi inspiração para as primeiras cooperativas constituídas nos Estados Unidos. Seus princípios baseavam-se na autogestão, fomentando o hábito da poupança, além de se preocupar com o fortalecimento das instituições criando um órgão centralizador (Portal do Cooperativismo Financeiro, 2022).

Dentro da história do Cooperativismo brasileiro, Adriana Marra (2012) declarou que, nos sertões do Paraná, em 1847, por influência do médico francês Jean Maurice Faivre — inspirado por Charles Fourier — foi fundada uma colônia com princípios cooperativistas: colônia Teresa Cristina. Ao depois, as sociedades de Socorro Mútuo, a partir de 1850. Tais movimentos ainda não eram propriamente cooperativas, mas organizações com ideais cooperativistas e, provavelmente, impulsionaram a oficialização desses sistemas. Marra também destaca que a primeira organização a adotar a expressão cooperativa foi a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 1889. “Era uma cooperativa de consumo, e seu estatuto previa a existência de um ‘caixa de auxílios e socorros’, com o objetivo de prestar auxílios financeiros às viúvas de seus associados ou associados incapazes de trabalhar” (Marra, 2012, p. 35-36). Em 1891 e 1895, respectivamente, a autora cita a fundação de duas cooperativas: a Associação Cooperativa Telefônica de Limeira, São Paulo; e a Cooperativa de Consumo de Caramagibe, em Pernambuco.

Em 1889, consta a existência de uma cooperativa no estado de Santa Catarina, fundada por colonos italianos, denominada: Societá Cooperativa Del Tabaco. Esta tinha por objetivo central produzir e exportar fumos para a Europa, segundo dados disponibilizados pelo Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito. De acordo com Marcos Pinheiro (2005), entre os anos de 1902 e 1964, surgiram 66 Cooperativas de Crédito no Rio Grande do Sul. No município de Lajeado (RS), em 1906, foi fundada a primeira cooperativa de crédito do tipo Luzzatti¹¹ no Brasil: “denominada Caixa Econômica de Empréstimo de Lajeado. Essa cooperativa continua em atividade, sob a denominação de Cooperativa de Crédito de Lajeado” (Pinheiro, 2005, p. 27-28).

10 Na França, as cooperativas de produção tiveram seu início a partir de 1848, por meio de Buchez. Por seu lado, na Alemanha e na Itália, as Cooperativas de Crédito sofreram a influência de Schulze-Delitzsch e Raiffeisen, em 1847 e 1864, respectivamente (Alves, 1983).

11 As cooperativas do tipo Luzzatti, também chamadas bancos populares, valorizavam a qualidade moral dos indivíduos associados, fiscalizando-os reciprocamente, concediam empréstimos por meio de palavras de honra e não remuneravam seus administradores (Portal do Cooperativismo Financeiro, 2022).

Figura 12 – Cooperativa de Santa Catarina no Vale do Itajaí (1893)



Fonte: <https://cemac.coop.br/>

Figura 13 – Cooperativa de crédito mais antiga de Santa Catarina (1932)¹²



Fonte: <https://cemac.coop.br/>

¹² De acordo com a linha do tempo do Cemar, “em 21 de outubro de 1932, realizou-se a assembleia de constituição da Caixa Rural União Popular de Porto Novo. Era a origem do Sicoob Creditapiranga, a cooperativa de crédito mais antiga de Santa Catarina em funcionamento, no município de Itapiranga”.

Assim, “o Cooperativismo surgiu no começo do século XX, com ações principalmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul”. Por conta da imprecisão e da controvérsia legal, seu caráter jurídico foi diverso, desde “*sui generis*, ora civil (hoje simples), ora comercial (hoje empresária), por possuir modelo próprio, e, hoje, de sociedade simples” (Carvalho; Sales, 2011, p. 21).

No campo jurídico, desde a introdução das cooperativas no Brasil, houve a preocupação em estabelecer marcos legais compatíveis com os objetivos e os Princípios do Cooperativismo. Esse processo normativo pode ser organizado em três etapas distintas: a fase de formação do ordenamento jurídico, entre 1903 e 1938; o período de caráter intervencionista, que se estende de 1938 a 1988; e, por fim, a etapa iniciada com a Constituição Federal de 1988, marcada pela consolidação de um modelo de orientação autogestionária (Carvalho; Sales, 2011).

No Brasil, há uma grande diversidade de tipos de cooperativa. Inicialmente vinculada ao meio rural, a atividade cooperativista ampliou sua extensão de acordo com a necessidade e as demandas da sociedade.

Na primeira metade do século XX, a maioria das cooperativas estava ligada à agricultura. Atualmente, as cooperativas urbanas estão se expandindo. Isso pode ser explicado pelo êxodo rural e a maior emergência de problemas sociais nas cidades. Pode-se afirmar que, em torno de qualquer problema econômico ou social, é possível constituir uma cooperativa. Assim, pela diversidade de possibilidades de atuação, as cooperativas se apresentam como alternativa para resolução de problemas decorrentes do desemprego. Como instrumento de geração de emprego e renda, as cooperativas podem atuar desde os processos de produção, industrialização, comercialização, crédito (serviços financeiros) e prestação de outros serviços (Cardoso; Carneiro; Rodrigues, 2014, p. 7).

Conforme o trecho acima, no Brasil, à medida que inequidades se instalavam nas cidades, as cooperativas, inicialmente ligadas ao meio rural, foram se urbanizando. Assim, a criação dessas instituições teve como objetivo a resolução de problemas sociais, agravados pelo êxodo rural – isto é, no Brasil as cooperativas surgiram como forma de atenuar desigualdades, assemelhando-se à sua origem europeia.

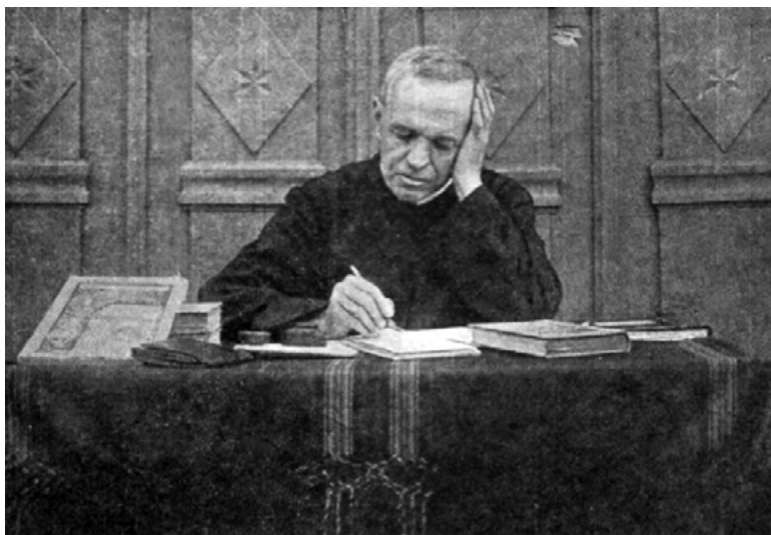
Pioneirismo do crédito no Brasil

Como já mencionado, as cooperativas estão presentes no território brasileiro de maneiras distintas e distribuídas em diferentes setores, tendo sua finalidade pautada na transformação coletiva e na promoção do bem comum. No caso do crédito, a primeira cooperativa fundada no Brasil teve como precursor o padre Jesuíta Theodor Amstad, em 1902, no município de

Nova Petrópolis, situado no Rio Grande do Sul.¹³ Originalmente suíço, padre Theodor estabeleceu-se no Sul em 1885, onde construiu e implementou o Cooperativismo de Crédito no Brasil.

Theodor Amstad trouxe uma proposta inovadora para o seu tempo, mas o que o diferenciava era o fato de que, além de oferecer orientação econômica, também promovia apoio social e cultural, em consonância com os princípios do Cooperativismo e com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento das comunidades. Para difundir esses conhecimentos, o padre percorreu mais de 100 mil quilômetros pelo interior do Rio Grande do Sul, muitas vezes montado em uma mula, visitando diversas localidades.

Figura 14 – Padre Theodor Amstad



Fonte: <https://www.google.com/imgres?imgurl>

De acordo com Márcio Port (2022), padre Theodor Amstad, além da experiência acumulada sobre o Cooperativismo, possuía uma visão realista da situação dos imigrantes europeus. Nas palavras do autor,

Em suas solitárias e cansativas cavalgadas pelo interior das paróquias que visitava, entrava em contato direto com muitos agricultores de diferentes etnias, aconselhando-os no enfrentamento e na superação de seus desafios. Ele

¹³ Em 9 de dezembro de 2019, foi publicado o documento oficial, assinado pela Presidência da República, que reconhece o Padre Theodor Amstad como patrono do Cooperativismo Brasileiro, em reconhecimento à sua contribuição para a criação da primeira cooperativa de crédito do país. Além disso, desde 2010, a cidade de Nova Petrópolis é conhecida como a Capital Nacional do Cooperativismo, por sua importância histórica para o movimento cooperativista no Brasil. Para mais informações: <https://cooperativismodecredito.coop.br/tag/padre-theodor-amstad/>

era um bom estatístico, tendo registrado a genealogia de aproximadamente 600 famílias, além de elaborar mapas de 16 municípios do estado, que era a região que ele percorria com frequência. Sua proximidade com as comunidades que percorrida lhe rendeu o título de Pai dos Colonos, ou, em latim, *colonorum pater* (Port, 2022, p. 80).

O referido sacerdote é considerado o patrono do Cooperativismo brasileiro, por sua atuação voltada para o desenvolvimento da comunidade. Sendo essencialmente rural, a atividade cooperativista necessitava de estímulo, o qual foi fomentado pela fundação da Caixa de Economia e Empréstimos Amstad. Como conhecedor da experiência alemã, do modelo de Friedrich Wilhelm Raiffeisen¹⁴ (1818-1888), padre Theodor criou a cooperativa e obteve sucesso, pois a instituição foi a primeira e maior do país.¹⁵

Conforme mencionado, o modelo de cooperativa de crédito adotado no Brasil aplicava-se “preferencialmente a pequenas comunidades rurais ou pequenas vilas. Fundamentava-se na honestidade de seus cooperados e atuava basicamente junto aos pequenos produtores rurais. Não dava importância ao capital dos cooperados” (História [...], 2016). O movimento financeiro dependia de depósitos, que eram remunerados. “Admitia que qualquer pessoa nele depositasse suas economias. Com as sobras eventualmente apuradas, criava reservas para enfrentar, com mais segurança, momentos de incertezas”. Esse tipo de cooperativa, desenvolveu-se grandemente na região sul desde a sua origem, chegando a somar mais de cinquenta (História [...], 2016). Nesse sentido percebe-se que, também no Brasil, as cooperativas surgiram como resposta a momentos de crise, permitindo que as pessoas os enfrentassem de forma solidária, por meio da ajuda mútua. Nesses contextos, os associados recorriam a essas instituições para obter suporte financeiro.

O desenvolvimento do Cooperativismo brasileiro

No Brasil, a cooperativa de crédito foi criada em 1902. Desde então, passou por transformações até a sua consolidação¹⁶. Já em 1903, foi promulgado o Decreto nº 979, permitindo que agricultores e profissionais das indústrias rurais se organizassem em sindicatos para defenderem seus interesses. O artigo 10 do documento menciona diretamente as caixas rurais de crédito, da seguinte forma:

A função dos sindicatos, nos casos de organização de caixas rurais de crédito agrícola e de cooperativa de

14 “Em 1847, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, natural da Renânia, criou, no povoado de Weyerbusch/Westerwald, a primeira associação de apoio para a população rural que, embora não fosse ainda uma cooperativa, serviria de modelo para a futura atividade cooperativista de Raiffeisen. A primeira cooperativa, fundava por ele no ano de 1864, chamava-se Heddesdorfer Darlehnskassenvereine (Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf)” (Pinheiro, 2005, p. 24).

15 Atualmente, a primeira cooperativa de crédito brasileira, fundada em 1902, denomina-se Sicredi Pioneira.

16 Veja no **Anexo B**, a linha do tempo da história do Cooperativismo no Brasil.

produção ou de consumo, de sociedade de seguros, assistência etc., não implica responsabilidade direta dos mesmos nas transações, nem os bens nelas empregados ficam sujeitos ao disposto no n. 8, sendo a liquidação de tais organizações regidas pela lei comum das sociedades civis (Brasil, 1903, art. 10).¹⁷

Há, nesse decreto, portanto, a permissão para estruturação das caixas rurais. Contudo, não se faz referência ao funcionamento e à organização desses créditos. Somente a partir de 1907, houve uma preocupação com o ordenamento dessas cooperativas. Nesse sentido, as primeiras normas disciplinares foram expressas no Decreto 1.637, de 5 de janeiro de 1907, no qual ficava claro que

As sociedades poderiam ser anônimas ou em nome coletivo. Eram características das cooperativas: a) variabilidade do capital social; b) a não limitação do número de sócios; c) a inaccessibilidade das ações, quotas ou partes a terceiros, estranhos à sociedade. As sobras, depois de feita a destinação de 10% para o Fundo de Reserva, deviam ser distribuídas em duas partes iguais: uma proporcional ao capital e outra em partes iguais entre os sócios (História [...], 2016).

Essas mudanças que se referiam à organização das cooperativas contribuíram diretamente para o seu crescimento no país. No Sul, segundo Marcos Pinheiro (2005, p. 28-29),

[...] em 1912, foi fundada em Porto Alegre uma cooperativa central mista com seção de crédito, a União das Cooperativas Riograndense de Responsabilidade Ltda., provavelmente a primeira cooperativa central a operar com crédito no Brasil¹⁸. [...] foi constituída, na cidade do Rio de Janeiro, a Federação dos Bancos Populares e Caixas Rurais do Brasil, primeira federação de Cooperativas de Crédito do Brasil. Essa federação organizou pelo menos nove congressos de Cooperativismo de Crédito na cidade do Rio de Janeiro, entre 1923 e 1932.

Em 1920, o cenário era de desenvolvimento, e o crédito tornara-se o agente principal de financiamento rural, especialmente para aquisição de terras. Já em 1925, no Rio Grande do Sul, dezoito cooperativas

[...] conceberam a primeira central brasileira do ramo, a 'Central das Caixas Rurais da União Popular do Estado do Rio Grande do Sul, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada', anos mais tarde convertida em Cooperativa Singular (História [...], 2016).

¹⁷ O Decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903, faculta aos profissionais da agricultura e às indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses.

Figura 15 – Sede da antiga Caixa Rural de Nova Petrópolis (1954)



Fonte: <https://www.melhordosul.com.br//>

Ainda que a imagem acima refira-se à primeira sede da Caixa Rural, é importante destacar que, desde o início do século (1902), as iniciativas em torno da constituição de Cooperativas de Crédito já estavam em curso, capitaneadas pelo padre Theodor Amstad. Colonizada por diferentes imigrantes europeus, Nova Petrópolis foi palco da formação do modelo das Caixas Rurais Raiffeisen.

Naquela reunião, após um longo sermão do Padre Amstad sobre as precárias condições financeiras existentes nas colônias, que dificultavam qualquer iniciativa de melhoramento das atividades agrícolas, um grupo de pessoas anuiu com a ideia de constituir a cooperativa de crédito, à época conhecida como Caixas Rurais (Port, 2022, p. 87).

Dessa forma, instituiu-se, em Linha Imperial, município de Nova Petrópolis – RS, a primeira e mais antiga instituição financeira cooperativa da América Latina, a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad. O próprio padre Theodor foi o primeiro a fazer depósito.¹⁸

Em 1930, por meio da Igreja católica e de leigos, concebeu-se o Cooperativismo italiano, modelo desenvolvido por Luigi Luzzatti. As cooperativas brasileiras fundadas com base nesse protótipo eram bastante populares nas

¹⁸ “O que Amstad propôs, por meio das cooperativas de poupança e empréstimo, que seguiam o modelo Raiffeisen, foi pôr à disposição dos agricultores, na sua própria localidade, e sob sua própria gerência, administração e responsabilidade, instituições ágeis, de baixo custo operacional, capazes de assegurar uma boa remuneração para a poupança e, ao mesmo tempo, facilitar o socorro por meio de juros razoáveis, quando a necessidade se fizer sentir” (Port, 2022, p. 88-89, p. 98).

décadas de 1940 a 1960. Possuíam como características, segundo Marcos Pinheiro (2005, p. 23), “a não exigência de vínculo para a associação, exceto algum limite geográfico (bairro, município etc.), quotas de capital de pequeno valor, concessão de crédito de pequeno valor sem garantias reais, não remuneração dos dirigentes e responsabilidade limitada ao valor do capital.”¹⁹ Segundo informações do Portal do Cooperativismo Financeiro (História [...], 2016), o modelo italiano afastava do padrão alemão ao exigir que cada novo membro contribuísse com uma quantia inicial e ao direcionar suas atividades, sobretudo, a grupos como assalariados, artesãos e pequenos proprietários atuantes no comércio ou na indústria. Era denominado “Cooperativismo de Crédito Popular”, que se desenvolveu no Brasil, admiravelmente.

Um novo documento, o Decreto nº 22.239, datado de 1932, definiu outras normas para as cooperativas, entre elas:

Ausência de capital social e indivisibilidade dos lucros; responsabilidade ilimitada; área de operações reduzida a uma pequena circunscrição rural, de preferência o distrito municipal, mas que não poderiam, em caso algum, exceder o território de um município. Os empréstimos deviam servir sempre para o fomento da produção rural, não podendo servir para incentivar o consumo. Já as sociedades cooperativas que seguiam o modelo Luzzatti deveriam observar: capital social dividido em quotas-parte de pequeno valor; responsabilidade limitada ao valor da quota-parte do capital; área de operações circunscrita, tanto quanto possível, ao território do município em que tiver a sua sede, só podendo estabelecer área maior, fora desse território, quando municípios próximos abrangessem zonas economicamente tributárias daquele em que estiver; administração constituída por um conselho de administração (História [...], 2016).

Esse decreto foi responsável pela regulamentação da criação de cooperativas centralizadas. Além disso, originou e tipificou quatro Cooperativas de Crédito singulares, as quais são: de crédito agrícola (modelo Raiffeisen), que deveria conter no mínimo 60% de agricultores; de Cooperativas de Crédito mútuo (modelo Desjardins),²⁰ que deveria manter o vínculo entre os associados: profissão, empresa ou classe; cooperativas populares de crédito urbano (modelo Luzzatti), com livre admissão de associados, de qualquer ramo ou profissão; e, por fim, as Cooperativas de Crédito profissionais, que abrangeriam classe ou empresas. Esta última não exigiria vínculo entre associados, desde que possuíssem características comuns.

19 Inspirado nos pioneiros alemães, o italiano Luigi Luzzatti organiza a constituição, em 1865, na cidade de Milão, da primeira cooperativa cujo modelo herdaria seu nome, a cooperativa do tipo Luzzatti” (Pinheiro, 2005, p. 23).

20 “A primeira cooperativa criada por Desjardins foi na província canadense de Quebec, em 6 de dezembro de 1900. Esse tipo de cooperativa, que no Brasil hoje é conhecida como cooperativa de crédito mútuo, tinha como principal característica a existência de alguma espécie de vínculo entre os sócios, reunindo grupos homogêneos, como os de clubes, trabalhadores de uma mesma fábrica, funcionários públicos etc.” (Pinheiro, 2005, p. 24).

Nos anos 1940, com o êxito do movimento no interior, houve a constituição da cooperativa de crédito dos funcionários da Matriz do Banrisul Limitada, formados por bancários da capital gaúcha, atualmente conhecida como Banricoop. Na mesma época, foram arroladas em documento todas as cooperativas registradas no Ministério da Agricultura, por meio da Portaria 160, de 19 de outubro de 1943. Tratava-se do Boletim do Serviço de Economia Rural.²¹ Conforme o crescimento do movimento cooperativista no Brasil, estima-se que, entre as décadas de 1930 até meados de 1950, foram criadas 1.200 cooperativas do modelo Luzzatti, com um bom desenvolvimento.

No início da segunda metade do século XX, em 1951, a Caixa de Crédito Cooperativo, criada pelo governo em 1943, foi transformada no Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) pela Lei nº 1.412, que tinha por objetivo assistir e amparar as cooperativas.

O BNCC possibilitava, com exclusividade, a participação indireta das Cooperativas de Crédito que captassem depósitos à vista na Câmara de Compensação de Cheques. O BNCC era controlado pela União, que inicialmente participava com 60% de seu capital, sendo os 40% restantes subscritos pelas cooperativas legalmente constituídas e em funcionamento. Não obstante a participação acionária, as cooperativas jamais tiveram qualquer ingerência na administração do banco, que nunca se constituiu em órgão de cúpula do sistema cooperativo (História [...], 2016).

Ainda na perspectiva deste breve histórico, em 1961, vale mencionar a constituição da Federação Leste Meridional de Cooperativas de Crédito (FELEME), fundada por quatro cooperativas e sediada no Rio de Janeiro. Seu propósito era fomentar o Cooperativismo de Crédito Mútuo e, para isso, atuava em quatro estados.²²

Cooperativismo no Brasil em movimento: regulamentação

As cooperativas brasileiras enfrentaram condições difíceis para manter seu funcionamento, especialmente nos anos da Ditadura Militar. De acordo com Alves Júnior (2018, p. 44):

Desde os anos 1960 até início dos anos 1980, o Brasil passou por um governo de exceção, que limitou as liberdades individuais e a capacidade de organização política

21 Para mais informações, ver: <https://cooperativismodecredito.coop.br/wp-content/uploads/2021/03/Boletim-do-Servico-de-Economia-Rural-de-1943.pdf>.

22 “A Feleme, com o apoio da CUNA – Credit Union National Association, entidade de 3º grau das Cooperativas de Crédito mútuo dos Estados Unidos, foi a grande mola propulsora do desenvolvimento do Cooperativismo de Crédito Mútuo no Brasil” (História [...], 2016).

da sociedade brasileira. No meio rural, o interesse do governo militar brasileiro passou à margem da agricultura de subsistência e das pequenas propriedades, privilegiando os médios e grandes agricultores do Sul e Sudeste.

Nesse contexto, em 1962, aspectos relacionados ao impedimento da captação de recursos provenientes das aplicações e dos empréstimos foram impedidos e tiveram suas taxas de juro controladas. No artigo 1º do Decreto nº 1.503/62 (Brasil, 1962), consta o seguinte: “ficam sobrestadas as autorizações de funcionamento ou o registro de novas Cooperativas de Crédito ou com Seção de Crédito”.²³ Houve, portanto, um declínio no número de instituições, situação revertida apenas vinte anos depois.²⁴

Nesse tempo, em 1964, as Cooperativas de Crédito eram comparadas às demais instituições financeiras do país e se subordinavam ao Banco Central do Brasil.²⁵ “A Lei prevê também que podem existir apenas dois tipos de Cooperativas de Crédito: as de crédito rural e as de crédito mútuo, formadas por empregados de uma mesma empresa, inibindo a criação de novas cooperativas do tipo Luzatti” (História [...], 2016). Em 1965, a Resolução nº 11, do Conselho Monetário Nacional (CMN), determinou:

A paulatina extinção das atividades creditórias exercidas por suas sucursais, agências, filiais, departamentos, escritórios ou qualquer outra espécie de dependência existente, não sendo permitida a partir desta data a realização de quaisquer renovações ou operações novas, que retardem o definitivo encerramento das atividades mantidas fora da Sede Social da cooperativa (Banco Central do Brasil, 1965).

Nesse sentido, o documento proíbe que as Cooperativas de Crédito utilizem o termo banco e autoriza o funcionamento sob duas modalidades: uma relacionada à produção rural; e outra ao quadro social, formada somente por empregados de uma empresa específica, seja pública ou privada. Já em 1996, outra resolução dispõe sobre a matéria estabelecendo diretrizes, as quais são: “as Cooperativas de Crédito e as Seções de Crédito das Cooperativas mistas não poderão: a) receber depósitos que não sejam à vista e de associados; b) abonar juros a depositantes; e c) deixar de distribuir, entre seus associados, eventuais sobras apuradas em balanços semestrais” (Banco Central do Brasil, 1966).

23 O Decreto nº 1.503, de 12 de novembro de 1962, suspende, temporariamente, as concessões de autorização de funcionamento ou o registro de novas Cooperativas de Crédito ou com Seção de Crédito, e dá outras providências.

24 “Segundo o Banco Central do Brasil, ‘ao fim de 1961, existiam no Brasil 511 Cooperativas de Crédito, com 547.854 associados’” (História [...], 2016).

25 “Art. 2º - Fica extinto o Conselho da atual Superintendência da Moeda e do Crédito e criado em substituição o Conselho Monetário Nacional, com a finalidade de formular a política da moeda e do crédito como previsto nesta lei, objetivando o progresso econômico e social do País” (Brasil, 1964). A Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

Finalmente, em 1971, foi sancionada a Lei nº 5.671/71, responsável pelo regime jurídico das cooperativas, a qual define as sociedades cooperativistas da seguinte forma:

[...] pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro. São sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos associados (Brasil, 1971).

A partir dessa premissa, estabelece suas características, entre as quais, estão: adesão voluntária; variabilidade do capital social; partes do capital limitadas para associados; singularidade de votos; quórum para funcionamento da assembleia; indivisibilidade do fundo de reservas; neutralidade política, religiosa, racial e social; prestação de assistência aos associados etc. Além dessas características, em outros momentos, determina classificação e objetivos da associação. Permite, por exemplo, a instituição de cooperativas de qualquer espécie, pontuando que: “as sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se lhes o direito exclusivo e exigindo-se lhes a obrigação do uso da expressão “cooperativa” em sua denominação” (Brasil, 1971). Ademais, versa sobre a forma como deve ser constituída, apontando a importância da Assembleia Geral dos Fundadores e seu ato constitutivo. Para fins de legalidade, a cooperativa deve possuir autorização para funcionamento, além de conter estatuto e livros. Assuntos relacionados ao capital social e fundos, além de outros normativos fazem parte dessa lei (Brasil, 1971, cap. II, art. 4º).²⁶

Conforme já mencionado, as sociedades cooperativas, a partir da década de 1960, foram reduzidas diante de tanta exigência e do vínculo compulsório ao Banco Central. Por conta disso, no início da década de 1980, houve uma tentativa de recriar as Cooperativas de Crédito rural, duramente prejudicadas pelas altas taxas de juros bancários. Sendo assim, houve a criação de um sistema de crédito rural levado a cabo pelo cooperativista Mário Kruel Guimarães. “Esse projeto começou a ser deslanchado no ano de 1981 e teve muito boa aceitação no Rio Grande do Sul, sendo constituída a ‘Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul Ltda – COCECRER’, a primeira dos novos tempos (nova era da História do Cooperativismo de Crédito no Brasil) (O Cooperativismo [...], [20--])”.

26 A Lei nº 5764/71 define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

Figura 16 – Jornal anunciando o surgimento da Cocecrer²⁷



Fonte: <https://cemac.coop.br/>

A recriação dessa cooperativa alcançou nove das quatorze cooperativas remanescentes do Rio Grande do Sul. Da mesma forma, em 1984, no Paraná e em Santa Catarina, esse sistema começou a se desenvolver. Outros estados brasileiros, como São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, também iniciaram, no ano seguinte, a implantação desse modelo de cooperativa (História [...], 2016).

Assim, em 1984, pelo Decreto 90.393/84, foi criada a Secretaria Nacional do Cooperativismo (SENACOO), que teria como função “fomentar, prestar assistência técnica, coordenar e fiscalizar as atividades relativas à expressão do sistema cooperativista e do associativismo rural, de conformidade com as diretrizes do Conselho Nacional de Cooperativismo – CNC” (Brasil, 1984, art. 2º, inc. I). A fiscalização das cooperativas, a partir desse momento, seria responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Prosseguindo, em 1986, em Vitória, no Espírito Santo, constituiu-se a Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (CONFEBRAS), sucessora da Feleme. Particularmente, essa confederação incentivava, com mais

27 Segundo informações do Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito, no dia 8 de novembro, foi criada a Cooperativa Central de Crédito Rural de Santa Catarina. “O objetivo, na época, era ‘organizar em comum e em maior escala os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades’. Depois de passar por uma reestruturação interna, em 31 de outubro de 1997, a Cococer/SC passou a integrar o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicooob) e mudou o nome para Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina (Sicooob Central/SC). Em 2009, com a permissão do Banco Central do Brasil para atuar também no Rio Grande do Sul, se transformou em Sicooob Central SC/RS”. Mais informações podem ser obtidas em: <https://cemac.coop.br/historia-do-sicooob-maxicredito/>

vigor, as Cooperativas de Crédito urbano. Também em Casca, Rio Grande do Sul, surgiu, em 1989, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde vinculados à Unimed Vale das Antas Ltda (UNICRED). Esta serviu de exemplo para a instituição de semelhantes, por todo o país.

A Constituição Federal de 1988 (CF) projetou um novo impulso às Cooperativas de Crédito ao vinculá-las ao sistema financeiro nacional.

[...] estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as Cooperativas de Crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram (Brasil, 1988, cap. 4, art. 192).

No texto da CF, fica clara a preocupação de que o sistema financeiro deve ser responsável pelo equilíbrio social e estar a serviço da coletividade. E, nisso, as Cooperativas de Crédito se sobressaíam, por conterem, em seu fundamento, princípios de igualdade e solidariedade. Da mesma forma, essa sociedade cooperativista deve estar fundamentada dentro de regulamentações específicas, como tem sido mostrado.

Com a extinção do BNCC, em 1990, no governo Collor, as Cooperativas de Crédito tiveram de recorrer a outras instituições financeiras, especialmente, ao Banco do Brasil (BB), para compensarem seus cheques. Com o decorrer do tempo, outras resoluções determinaram permissões que já ocorriam no passado, como o atendimento nas sedes das cooperativas, a constituição de outros bancos comerciais controlados pelas cooperativas ou bancos cooperativos.

Alguns anos mais tarde, as organizações de Cooperativismo alcançaram certa estabilidade e conseguiram o direito de atender fora de suas sedes. Diante disso, abriram-se os chamados postos de atendimento (PA).²⁸

28 Mais informações sobre o assunto podem ser obtidas na obra *Sicoob Credivertentes: 30 anos de portas sempre abertas*, publicada pelo Sicoob Credivertentes, em 2016.

Figura 17 – Posto de Atendimento em Quilombo, Santa Catarina²⁹



Fonte: <https://cemac.coop.br/>

Nesse contexto, para compreender a regulamentação das atividades dos bancos, vale recorrer, inicialmente, à Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994. No artigo 1º, consta a autorização do Banco Central do Brasil (BCB) para o funcionamento de várias instituições, como:

Os bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de câmbio (Banco Central do Brasil, 1994).³⁰

Por sua vez, a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, no artigo 1º, autoriza e define a instituição de bancos, da seguinte forma: “facultar a constituição de bancos comerciais com participação exclusiva de Cooperativas de Crédito singulares, exceto as do tipo “Luzzatti”, e

²⁹ Mais imagens estão disponíveis na linha do tempo do Cemac, em: <https://cemac.coop.br/linha-do-tempo-sicoob-maxicredito/>

³⁰ A Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994, aprova regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, à instalação de dependências e à obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

centrais, bem como de federações e confederações de Cooperativas de Crédito” (Banco Central do Brasil, 1995).³¹ Foi com essa abertura que surgiu o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob). E, por fim, há a autorização, no ano de 2000, da constituição de diversos bancos cooperativos, por meio da Resolução nº 2.788, que permitiu: “a constituição de bancos comerciais e bancos múltiplos sob controle acionário de cooperativas centrais de crédito” (Banco Central do Brasil, 2000).³² Sendo assim, as Cooperativas de Crédito teriam autoridade sobre essas instituições bancárias.

Recentemente, em 2003, um novo documento, a Resolução nº 3.106,³³ também do Banco Central, permitiu a criação de Cooperativas de Crédito de livre admissão de associados, ampliando, assim, o crescimento da participação de mercado. Até então existiam apenas as cooperativas rural e Cooperativas de Crédito mútuo. Para o sistema cooperativista, a inovação significou a participação no mercado.

Ao depois, em 2009, foram reconhecidos direitos para as cooperativas, por meio da Lei Complementar (LC) 130/09, os quais já haviam sido admitidos pelas resoluções do Banco Central. O artigo 2º dessa lei dispõe: “As Cooperativas de Crédito destinam-se, precipuamente, a prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços financeiros a seus associados, sendo-lhes assegurado o acesso aos instrumentos do mercado financeiro” (Brasil, 2009).³⁴ Assim, reitera-se a ampliação adquirida pelas Cooperativas de Crédito no cenário brasileiro.

No ano de 2012, a Resolução 4.150 (Banco Central do Brasil, 2012),³⁵ propôs que as Cooperativas de Crédito contribuíssem para seu Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que teve início somente em abril de 2014. A mesma resolução admitiu que os sistemas cooperativos pudessem publicar um balancete, elaborado pelas instituições que integrassem o sistema cooperativo, como se fossem uma única entidade. É importante mencionar que 2012 foi declarado, pela Organização das Nações Unidas (ONU), o *Ano Internacional das Cooperativas*. De acordo com Márcio Port (2022), a frase temática utilizada pela ONU foi “Cooperativas constroem um mundo melhor”, demonstrando a importância dessas instituições para a busca do equilíbrio econômico e social,

31 Já a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, dispõe sobre a constituição e o funcionamento de bancos comerciais com participação exclusiva de Cooperativas de Crédito.

32 A Resolução nº 2.788, de 30 de novembro de 2000, dispõe sobre a constituição e o funcionamento de bancos comerciais com participação exclusiva de Cooperativas de Crédito.

33 A Resolução nº 3.106, de 25 de junho de 2003, dispõe sobre os requisitos e procedimentos para a constituição, a autorização para funcionamento e alterações estatutárias, bem como para o cancelamento da autorização para funcionamento de Cooperativas de Crédito.

34 A Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

35 A Resolução nº 4.150, de 30 de outubro de 2012, estabelece os requisitos e as características mínimas do fundo garantidor de créditos das cooperativas singulares de crédito e dos bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

pautado na sustentabilidade, na justiça, na ética e na inclusão. E, por fim, a LC 196/22 (Brasil, 2022), atualizou a LC 130/09, reiterando o apoio do BC e do parlamento ao Cooperativismo de Crédito.³⁶

Para além do histórico da regulamentação das cooperativas, vale lembrar que elas são diversas e fundamentais para a vivência da sociedade como um organismo social. Para os autores Univaldo Cardoso, Vânia Carneiro e Édna Rodrigues (2014, p. 10), a cooperativa representa um meio pelo qual um determinado grupo atinge

[...] objetivos específicos, por meio de um acordo voluntário para cooperação recíproca, o que podemos chamar de finalidade. Para tanto, a cooperativa atua no mercado desenvolvendo atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização para seus cooperados.

Diante disso, a despeito da modalidade, as cooperativas possuem a função de manifestar acordos coletivos que fundamentam a cooperação entre os homens para a construção de uma sociedade equitativa.

A trajetória do sistema cooperativista possibilita visualizar as dificuldades encontradas para sua implementação e seu processo de regulamentação no território brasileiro. De fato, o percurso de sua consolidação ora demonstrou avanços, ora retrocessos. Havia necessidade, portanto, do ressurgimento desses ideais, tão caros aos homens que buscaram e buscam sobreviver de modo solidário.

³⁶ A Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022, altera a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 (Lei do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo), para incluir as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito entre as instituições integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições a serem autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e dá outras providências.

3

CAMINHOS DO CRÉDITO: da restrição à ampliação dos benefícios sociais

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: breves considerações

Foi visto que a organização das Cooperativas de Crédito brasileiras, inicialmente, compreendeu duas modalidades (urbana e rural), denominadas Cooperativas de Crédito mútuo e Cooperativas de Crédito rural, respectivamente. Eram conhecidas como cooperativas fechadas, já que a adesão correspondia a grupos sociais específicos.³⁷ Porém, esse modelo foi ultrapassado, com a homologação da Resolução nº 3.106/03 do Banco Central, que permitiu a criação das cooperativas mistas e de empreendedores. Contudo, segundo Cardoso, Carneiro e Rodrigues (2014, p. 17), tal dispositivo foi revogado, posteriormente, pela Resolução nº 3.321/05, a qual ampliou a admissão de associados, nos seguintes termos:

Art. 9º – A cooperativa singular de crédito deve estabelecer, em seu estatuto, condições de admissão de associados segundo os seguintes critérios:

Empregados, servidores e pessoas físicas prestadoras de serviço em caráter não eventual, de uma ou mais pessoas jurídicas, públicas ou privadas, definidas no estatuto, cujas atividades sejam afins, complementares ou correlatas, ou pertencentes a um mesmo conglomerado econômico;

Profissionais e trabalhadores dedicados a uma ou mais profissões e atividades, definidas no estatuto, cujos objetos sejam afins, complementares ou correlatos;

Pessoas que desenvolvam, na área de atuação da cooperativa, de forma efetiva e predominante, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas, ou se dediquem a operações de captura e transformação do pescado;

Pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores, responsáveis por negócios de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços, incluídas as atividades da área rural objeto do inciso III, cuja receita bruta anual, por ocasião da associação, seja igual ou inferior ao limite máximo estabelecido pelo art. 2º da Lei 9.841, de 5 de outubro de 1999, e alterações posteriores; Empresários participantes de empresas vinculadas diretamente a sindicatos patronais ou direta ou indiretamente a associações patronais de grau superior, em funcionamento, no mínimo, há três anos, quando da constituição da cooperativa;

Livre admissão de associados (Banco Central do Brasil, 2005, cap. 2, art. 12).³⁸

37 “Para ser sócio de uma cooperativa de crédito rural, a pessoa tinha que ser produtor rural e, para ser sócio de uma cooperativa de crédito mútuo, a pessoa tinha que pertencer a um grupo profissional específico, médico, advogados ou trabalhar em uma mesma empresa” (Cardoso; Carneiro; Rodrigues, 2014, p. 17).

38 A Resolução nº 3.321/05 dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, alterações estatutárias e o cancelamento de autorização de cooperativa de crédito e sobre a realização de auditoria externa em cooperativa singular de crédito. É importante destacar que essa resolução foi revogada por outras resoluções em 2007 e 2010, no entanto, o teor do Artigo 12 não fora alterado.

Consoante o exposto, indubitavelmente, houve a ampliação na participação de associados, congregando diversas pessoas, de vários segmentos, nas cooperativas existentes. Conforme já mencionado, foram criadas distintas modalidades de cooperativas, as quais são: de “produção, agropecuária, crédito, trabalho, saúde, turismo e lazer, consumo, habitacional, infraestrutura, especial, transporte etc. (Carvalho; Sales, 2011, p. 23). Todas, de acordo com sua finalidade, foram fundamentais para o benefício coletivo das pessoas.

De acordo com os autores Univaldo Cardoso, Vânia Carneiro e Édna Rodrigues (2014, p. 16), sua função central seria

Proporcionar assistência financeira a seus cooperantes. Funcionam mediante autorização e fiscalização do Banco Central do Brasil, porque são equiparadas às demais instituições financeiras. Para consecução de seus objetivos, podem praticar as operações passivas típicas de sua modalidade, como obter recursos no mercado financeiro, nas instituições de crédito, particulares ou oficiais, por meio de repasses e refinanciamentos. Podem captar recursos via depósito à vista e a prazo de seus cooperantes; fazer cobrança de títulos, recebimentos e pagamentos, mediante convênios correspondentes no país, depósitos em custódia e outras captações típicas da modalidade.

Para além da assistência financeira aos associados, suas operações ativas se distinguem dos demais bancos, por se restringirem aos cooperados. As pessoas que se associam a esse tipo de organização contribuem para uma integração mais efetiva dos associados, manifestada pela solidariedade e pelo crescimento econômico pessoal. Nas palavras de Ângela Carvalho e João Eder Sales, a cooperativa de crédito possui como objetivo:

Estabelecer instrumentos que possibilite o acesso ao crédito e a outros produtos financeiros pelos associados. Despertar no associado o sentimento de poupança. Conceder empréstimos e financiamentos a juros abaixo do mercado, além de promover maior integração entre os empregados de uma mesma empresa, entre profissionais de uma mesma categoria e entre micro e pequenos empresários, desenvolvendo espírito de grupo, solidariedade e ajuda mútua (Carvalho; Sales, 2011, p. 22).

Conforme citação, o acesso ao crédito e a outros produtos financeiros é prerrogativa dos associados – sensibilizados, aliás, sobre a importância de manter uma poupança ativa.

Além disso, a cooperativa de crédito contribui para a integração entre empregados de uma mesma empresa, profissionais e empresários diversos. A partir desses princípios, destaca-se o papel fundamental da cooperativa de crédito para o desenvolvimento socioeconômico, à medida que interfere

na economia individual, profissional e empresarial. Neste último setor, afirmaram Cardoso, Carneiro e Rodrigues, (2014, p. 6)

A cooperação entre as empresas tem se destacado como um meio capaz de torná-las mais competitivas. Fortalecer o poder de compras, compartilhar recursos, combinar competências, dividir o ônus de realizar pesquisas tecnológicas, partilhar riscos e custos para explorar novas oportunidades, oferecer produtos com qualidade superior e diversificada são estratégias cooperativas que têm sido utilizadas com mais frequência, anunciando novas possibilidades de atuação no mercado.

Assim sendo, a cooperativa também possui um papel fundamental no sentido de contribuir para o desenvolvimento de empresas, considerando aspectos como: competição, compartilhamento de recursos, combinação de competências, pesquisas tecnológicas, a fim de proporcionar diversificação de produtos e melhoria na qualidade.

De acordo com Ângela Carvalho e João Eder Sales, a estrutura do Cooperativismo de Crédito brasileiro se constitui da seguinte forma:

Bancos cooperativos,³⁹ com a função de prestar serviços às Cooperativas de Crédito, notadamente no que se refere à compensação de documentos; quatro confederações de representação política de assistência aos filiados, sendo uma confederação Unired criada mediante autorização do BC, tendo, portanto, natureza de instituição financeira; uma federação, a Fenacred, que não sofre a fiscalização do BC, uma vez que não se trata de instituição financeira. Tem atuação restrita ao Rio de Janeiro e a Bahia; 40 cooperativas centrais, ou cooperativas de segundo grau, que exercem importante papel na fiscalização, na assessoria e no apoio ao Cooperativismo, as centrais são formadas por cooperativas singulares; 1413 cooperativas singulares, responsáveis pelo atendimento oferecendo os produtos e os serviços à base cooperada, sendo que hoje há um predomínio das Cooperativas de Crédito mútuo, que representam 67% do setor (Carvalho; Sales, 2011, p. 30).

De fato, o Cooperativismo de Crédito no Brasil possui objetivos sociais e tem operado para o desenvolvimento socioeconômico.⁴⁰ Representa, essencialmente, uma ferramenta para minimizar as distorções resultantes da má distribuição de renda.

39 É importante mencionar que, no Brasil, diferentemente de outros países, as cooperativas ressentem-se de um órgão único para o segmento do crédito. Segundo Marcos Pinheiro, “Não há no Brasil uma entidade de cúpula única para o Cooperativismo de Crédito. Nosso Cooperativismo de Crédito é organizado em três grandes sistemas principais: Sicoob, Sicredi e Unired; e outros sistemas menores, como Cresol e Ecosol. (Pinheiro, 2005, p. 16).

40 Segundo Marcos Pinheiro (2005, p. 14), no Brasil, as cooperativas são diversas. Nas palavras do autor: “O sistema cooperativo de crédito no Brasil se encontrava estruturado em fevereiro de 2005, com dois bancos cooperativos, sendo um múltiplo e o outro comercial, quatro confederações, uma federação, 39 cooperativas centrais e 1.395 cooperativas singulares, somando mais de dois milhões de associados”.

TRADIÇÃO BANCÁRIA EM MINAS GERAIS: uma breve análise

Os inúmeros bancos que foram sediados em Minas Gerais concentravam-se nas mãos de indivíduos de uma mesma família, vigorando por décadas essa tradição. Somente a partir de 1990, houve a fundição dessas grandes corporações ou foram controladas por organizações financeiras nacionais ou estrangeiras, fato que promoveu a expansão dessas sedes para outros estados brasileiros, como São Paulo. Entre as instituições mais famosas que foram criadas em Minas Gerais, têm-se: Banco da Lavoura — que depois se transformou em Banco Real —, Banco Nacional, Unibanco, Mercantil, BMG, Mineiro da Produção, Progresso, Agrimisa e Economisa, geridos, geralmente, por banqueiros importantes, políticos e grandes empresários.

Assim, nossos poderosos banqueiros comandaram bilhões em seus bancos, influenciaram a política regional e nacional, dominaram, para o bem e o mal, a nossa economia; perderiam, porém, em especial a partir de 1990, o brilho, com a quebra de muitas de suas instituições, e alguns deles, embora vivendo nababescamente, enfrentariam problemas junto às autoridades e à opinião pública (História [...], 2021, p. 4).⁴¹

Há quem defenda que o setor bancário mineiro esteve relacionado à industrialização. Por outro lado, posições diferentes apontaram a importância da atividade agrícola, bem como outras teorias negaram essas influências. No entanto, a história econômica mineira recente reconhece a diversificação do setor agroexportador, que resultava na acumulação de capital. Nesse contexto, a região da Comarca do Rio das Mortes, especificamente a vila de São João del-Rei, teria sido um importante centro creditício no século XIX.⁴²

Independentemente das diferentes perspectivas e interpretações acerca da teoria bancária e da economia mineira, ao menos na região do atual Campo das Vertentes, é importante mencionar que os bancos eram fragmentados e dispersos, voltados para pequenas atividades comerciais. O grande capital encontrava-se nas agências bancárias de maior porte, situadas no Rio de Janeiro e em outras regiões de Minas Gerais.

No período de 1920 a 1925, os principais bancos de Minas Gerais eram: Banco Hipotecário e Agrícola, Banco Comércio e Indústria, com sede em

41 Além da citação direta, é importante mencionar que grande parte dessas informações teve como referência o artigo História bancária de Minas Gerais, presente no informativo cultural e memorialístico de São Tiago, Sabores e Saberes: Boletim Cultural e Memorialístico de São Tiago e região, na edição de abril de 2021.

42 “Essa vila representou um importante centro abastecedor do mercado interno e da Corte. Para além de suas minas de ouro, foi grande produtora de alimentos, sendo por isso considerada o celeiro das Minas Gerais. No período da expansão da mineração do ouro, teve grandes áreas ocupadas para o desenvolvimento de atividades agropastoris. São João se tornou o centro comercial entre diversas regiões da capitania e o Rio de Janeiro. Também se destacou como núcleo financeiro e creditício, além de centro comercial da região, algo decorrente da vocação agropastoril e de sua capacidade financeira e de crédito” (Graça Filho, 2002, p. 80)..

Belo Horizonte, e Juiz de Fora sediava o Banco de Crédito Real, os quais juntos perfaziam 90% dos depósitos em conta corrente do território mineiro. De toda forma, entre uma e outra controvérsia em relação à existência e à atuação dos bancos na região do estado, concluiu-se que, após 1887, dos treze bancos comerciais mineiros, em razão da ascensão da economia cafeeira, oito situavam-se na Zona da Mata, três na região do Campo das Vertentes (sendo dois em São João del-Rei e um em Barbacena) e dois deles na região central de Minas Gerais, conforme se verá no **Quadro 1**. Ao final do século XIX e início do século XX, houve uma demanda maior e melhor qualidade dos créditos.

Quadro 1 – Instituições bancárias mineiras do século XIX⁴³

Instituição	Sede	Data	Liquidação	Observação
Caixa Econômica Particular de Ouro Preto	Ouro Preto	1838	1903	
Casa Bancária Almeida Magalhães	São João del-Rei	1860	n/c	
Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais	Juiz de Fora	1887	n/c	
Banco Popular de Minas Gerais	São João del-Rei	1891	1900	
Banco de Crédito Popular de Minas	Juiz de Fora	1891	1893	
Banco S/A Crédito Mineiro	Juiz de Fora	1891	1892	
Banco Comercial de Minas Gerais	Juiz de Fora	1892	n/c	Não funcionou
Banco União de Minas S/A	Barbacena	1892	1900	
Banco Provincial de Minas Gerais	Ouro Preto	1889	1992	
Banco do Estado de Minas Gerais S/A	Ouro Preto	1889	1992	Substituiu o anterior
Banco União de Minas S/A	Barbacena	n/c	n/c	
Banco de Cataguases	Cataguases	1889	1892/1897	
Banco Construtor do Brasil	Cataguases	n/c	n/c	
Banco de Leopoldina	Leopoldina	1891	n/c	
Banco de Ubá e Rio Branco	Ubá	1891	1896	
Banco dos Operários de São João del-Rei	São João del-Rei	1890	n/c	

Conforme amostragem do **Quadro 1**, as instituições bancárias de Minas datadas no século XIX tiveram curta duração. A pesquisa realizada atribuiu a maioria desses insucessos à política de encilhamento instituída no início da República. Por meio dessa iniciativa, o ministro da Fazenda, à época, Rui Barbosa, pretendia desenvolver o país economicamente, visava transformar o Brasil num polo industrial.

Baseado no sistema bancário norte-americano, Rui Barbosa estabeleceu uma política monetária focada na livre emissão de créditos monetários. Desta forma, para estimular a industrialização e o desenvolvimento de novos negócios, os bancos passariam a liberar em-

⁴³ Este quadro foi elaborado tendo como base as informações presentes na edição de abril de 2021, do Sabores e Saberes: Boletim Cultural e Memorialístico de São Tiago e Região, p. 5.

préstimos livremente às pessoas, sem mesmo saber de suas reais condições de pagamento. Esta política ficou conhecida como encilhamento. Para financiar o enorme volume de empréstimos, o governo foi obrigado a fazer grandes injeções de dinheiro no sistema econômico, provocando uma grande desvalorização da moeda, o que resultou em altíssimos níveis de inflação. Além do mais, o dinheiro concedido por meio dos empréstimos, na maioria das vezes, não era utilizado de forma eficiente (Brasil Escola, [20--]).

No entanto, essa proposta provocou uma acelerada inflação, desvalorização da moeda nacional, aumento da dívida externa, boicote de empresas fantasmas (créditos livres sem fiscalizações), arrocho salarial, aumento do desemprego e juros, falências e especulação financeira, sobretudo na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, a partir de 1890. É justamente esse quadro que ficou conhecido como a ‘crise do encilhamento’.

Quanto ao século XX, a maioria dos 68 bancos criados em Minas Gerais, entre 1909 e 1930, localizavam-se na Zona da Mata e Sul de Minas. Alguns poucos foram sediados em pequenas cidades, conforme demonstra o **Quadro 2**.

Quadro 2 – Instituições bancárias em nossa região – Século XX⁴⁴

Instituição	Sede	Data	Obs.
Banco Comercial e Agrícola de Bom Sucesso	Bom Sucesso	1928	Assumido pelo Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A, em 1934
Banco de Itapeperica	Itapeperica	1929	Encerrou suas atividades anos depois
Casa Bancária Irmãos Menicucci	Lavras	1933	Cancelada em 1947
Banco Comercial e Agrícola de Lagoa Dourada	Lagoa Dourada	1941	
Concepcionense – Sociedade Mútua de Pecúlios e Prêmios	Conceição da Barra de Minas	1913	
Banco Rural de São Tiago	São Tiago	1925	
Banco Popular de São Tiago	São Tiago	1928	

É importante mencionar a carência de fontes para um exame mais preciso dos dados do Quadro 2. Todavia, as informações revelam um aumento expressivo do sistema bancário no interior de Minas Gerais, após a crise do encilhamento provocada no contexto da República Velha. Voltando-se para São Tiago, sede do objeto central deste livro, houve também instituições financeiras sediadas no município, conforme mostra o Quadro 3, e algumas que vieram de outros locais e operaram naquele espaço, de acordo com o Quadro 4.

⁴⁴ Este quadro foi elaborado referenciando-se às informações presentes na edição de abril de 2021, do *Sabores e Saberes: Boletim Cultural e Memorialístico de São Tiago e Região*, p. 6.

Quadro 3 – Instituições financeiras com sede em São Tiago⁴⁵

Instituição	Sede	Data	Observação
Banco Rural de São Tiago	São Tiago	1925	
Caixa Rural de São Tiago	São Tiago	1928	Sucessora do Banco Rural
Banco Popular de São Tiago	São Tiago	1928	Liquidado em 1935
Banco Agrícola Santhiaguense	São Tiago	n/c	Poucas informações
Cooperativa de Crédito Campo das Vertentes	São Tiago	1986	Livre admissão a partir de 2012

Quadro 4 – Outras instituições financeiras que operaram em São Tiago⁴⁶

Instituição	Sede	Data	Observação
Banco Comercial e Agrícola A. C. Pinho e Cia Ltda	São Sebastião do Paraíso	1924	
Banco de Minas Gerais S/A		1946	
Banco Nacional de Minas Gerais S/A		1949	Encerrou em 1964
Banco da Lavoura S/A		1940	
Banco Financeiro da Produção		1954	
Banco Brasileiro de Descontos S/A - Bradesco		1975	Encerrou em 1987
Banco do Brasil S/A		1982	
Caixa Econômica Estadual			Informações precárias

As instituições apresentadas no **Quadro 3**, sediadas em São Tiago, realizaram benefícios em prol do município, conforme atestados pelo autor, ao pesquisar os jornais da época. O jornal *O Correio*, de São João del-Rei, em 1931, noticiou o desenvolvimento do Banco Popular de São Tiago de forma animadora, referindo-se ao fato da seguinte forma:

Graças ao ardor cívico de seu povo honesto e amante do progresso, por índole e educação, conseguiu, no curto espaço de seis anos, os seguintes melhoramentos de ordem material e moral: iluminação elétrica, grupo escolar, cinema-teatro, passeio nas ruas e praças principais, novo abastecimento de água, um estabelecimento de crédito — banco popular de São Tiago — que se desenvolve animadoramente, efetuando importantes operações e finalmente a linha telefônica para Bom Sucesso (Instituições [...], 2021, p. 8).⁴⁷

Ficou evidente que os bancos sediados em São Tiago provocaram mudanças substanciais para a sociedade local.

Retomando a evolução do sistema bancário em Minas Gerais, foi observado, por meio dos dados dos **Quadros 2, 3 e 4**, que houve um crescimento exponencial no século XX, especialmente, se comparado ao século anterior, como demonstrado no **Quadro 1**. Esses resultados corroboram a ideia de que a expansão bancária em Minas Gerais se iniciou, de fato, a partir do

⁴⁵ Este quadro foi elaborado referenciando-se às informações presentes na edição de abril de 2021, do *Sabores e Saberes: Boletim Cultural e Memorialístico de São Tiago e Região*, p. 8.

⁴⁶ Este quadro foi elaborado referenciando-se às informações presentes na edição de abril de 2021, do *Sabores e Saberes: Boletim Cultural e Memorialístico de São Tiago e Região*, p. 8.

⁴⁷ As pesquisas para elaboração da matéria completa foram realizadas pelo professor Antônio Gaio Sobrinho.

século XX, sobretudo, nas regiões da Zona da Mata, do Sul e do Campo das Vertentes, as quais dependiam até então do Rio de Janeiro e de São Paulo.⁴⁸

A crise do sistema bancário, a partir de 1900, deveu-se, em grande parte, à política econômica de Campos Salles (Funding-Loan), a qual provocou, em Minas Gerais, a sobrevivência apenas do Banco de Crédito Real. Esse fato atribuiu prestígio ao diretor-gerente da instituição, João Ribeiro de Oliveira, o qual inspirou as bases políticas financeiras do Estado, que perduraram por quase todo o século XX. O renomado Senhor João Ribeiro acreditava que a solução para o renascimento do setor bancário deveria contemplar:

1. A abertura de um grande banco oficial estadual, sob a forma de sociedade (economia mista); 2. Abertura de bancos de crédito real em todas as unidades federativas do País; 3. Abertura de associações e Cooperativas de Crédito locais ou ainda caixas de empréstimos nos moldes/modelos alemães Raiffeisen e Shulze-Delitzsch para atender os pequenos produtores e pequenos empresários; 4. Todos os estabelecimentos criados seriam rigorosamente fiscalizados, regidos por contratos minuciosos nos termos da legislação financeiro-comercial de 1885 e 1890; 5. Criação do 'Banco Colonizador' para apoiar imigrantes e pequenos proprietários; 6. Criação da 'Carteira de Crédito Agrícola' com ênfase para crédito e investimentos à lavoura cafeeira. Essa carteira seria implantada por João Ribeiro de Oliveira, no Banco de Crédito Real, em 1905 (História [...], 2021, p. 5).

Malgrado os esforços, essas medidas não foram implementadas, restando apenas o estímulo do governador João Pinheiro para a criação de cooperativas de produção, ligadas à lavoura de café e de cana, na Zona da Mata. As cooperativas, defendidas pelos ideais de João Ribeiro, não tiveram êxito, mas “assumiram a feição de consórcios dos produtores rurais poderosos, com participação subordinada dos pequenos” (História [...], 2021, p. 5). O insucesso desses ideais pode ser datado naquele contexto, pois, no decurso do tempo, as Cooperativas de Crédito encontraram espaço e possibilitaram a experiência da igualdade em Minas Gerais.

O Cooperativismo em Minas Gerais

Independentemente do espaço/tempo em que se desenvolvem as cooperativas, seus ideais se inscrevem na busca pela equidade, seja no consumo ou no crédito, por exemplo, produtos, serviços, saúde, moradia, lazer etc. As aspirações de Rochdale pautaram essas ações, que, disseminadas pelo mundo, alcançaram adesão extraordinária.

⁴⁸ “Há ainda muitas divergências, especulações e análises inconclusivas quanto à identificação e às justificativas do crescimento, da transformação — e mesmo do definimento, com vasta liquidação de entidades financeiras — do sistema bancário mineiro, mormente entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX” (História [...], 2021, p. 5)..

Minas Gerais destaca-se na história do Cooperativismo brasileiro, por ter sediado a primeira organização oficialmente classificada como “cooperativista”. Nos idos de 1889, em Ouro Preto, capital da província mineira à época, foi fundada a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto.

A cooperativa de Ouro Preto cresceu, deu bons frutos e garantiu que seus fundadores e funcionários tivessem um final feliz. Mas a história não termina aqui. Esse movimento foi chamado de Cooperativismo e, até os dias de hoje, continua garantindo finais felizes aos brasileiros. Talvez, os desbravadores lá de Minas Gerais não tivessem noção de quanto aquele novo modelo de negócio, baseado em princípios tão humanos e eficazes, pudesse mudar a vida de milhões e milhões de brasileiros. É inegável a capacidade do Cooperativismo de despertar o espírito empreendedor e de promover o desenvolvimento econômico com justiça social. Ele se destaca dos outros modelos de negócio por acreditar na força de trabalho das pessoas que constituem seu maior capital social (Sistema OCD, [20--], p. 3).

Foi a primeira vez que, no Brasil, uma organização utilizou o termo “cooperativa”. Na concepção de Marcos Pinheiro (2005, p. 27):

[...] embora criada como cooperativa de consumo, os artigos 41 a 44 de seu estatuto social previam a existência de uma caixa de auxílios e socorros, com o objetivo de prestar auxílios e socorros às viúvas pobres de associados e a sócios que caíssem na indigência por falta absoluta de meio de trabalho.

Para o autor, de acordo com o estatuto, essa organização não previa a captação de depósitos junto aos seus sócios. No entanto, essa caixa de auxílios e socorros se assemelhava às seções de crédito de cooperativas mistas. Ainda que essa sociedade, em Ouro Preto, adotasse o nome “cooperativa”, outros movimentos antecederam à sua criação. O Sindicato e Organização das Cooperativas de Minas Gerais (OCEMG) deu conta da existência de uma sociedade beneficente em Juiz de Fora, criada em 15 de março de 1885. Com 1.003 sócios em 1894, a instituição cuidava da “educação, saúde e seguridade de seus consórcios” (Pinheiro, 2005, p. 27).

No século posterior, em meados de 1980, foram instaladas as cooperativas de Montes Claros, Muzambinho, Curvelo, Entre Rios e Bom Despacho (Cooperativismo [...], 2016, p. 6). Em se tratando da história e do desenvolvimento do Sicoob Credisudeste, tem-se a seguinte cronologia:

1986 – Fundação da Cooperativa de Crédito Rural dos Produtores do Vale do Paraíso Ltda – CREDIVAP;
1988 – Fundação da Cooperativa Central de Crédito Rural

de Minas Gerais Ltda – CREDIMINAS;
1989 – Fundação da Cooperativa de Crédito Rural de Muriaé – CREDIMUR;
1996 – Constituição do Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB S/A;
2001 – Constituição da Confederação das Cooperativas do Sicoob Brasil – SICOOB CONFEDERAÇÃO;
2003 – Cooperativa de Muriaé Ltda. passa a se chamar SICCOB CREDIMUR;
2005 – A Cooperativa de Crédito Rural dos Produtores do Vale do Paraíso Ltda. passa a se chamar SICOOB CREDIVAP;
2013 – Do processo de união do SICCOB CREDIVAP com o SICOOB CREDIMUR, nasce o SICOOB CREDISUDESTE (Credivertentes, [20--]).

Conforme observado acima e de acordo com Márcio Port, a partir de 1994, a Crediminas passou a avaliar a fundação de seu banco próprio. Nas palavras do autor, “estava lançada a semente de criação do Bancoob (Banco Cooperativo do Brasil S.A.), o banco cooperativo das cooperativas filiadas ao Sicoob, atualmente chamado Banco Sicoob” (Port, 2022, p. 39).

Atualmente, segundo Ferreira, Gonçalves e Braga (2007, p. 426), “Minas Gerais é o estado brasileiro que apresenta o maior número de Cooperativas de Crédito”. O surgimento de tais instituições se adequava aos princípios fundadores do Cooperativismo: o combate às relações desiguais de troca e o financiamento de atividades rurais e urbanas.⁴⁹ Dados recentes apontam o crescimento da adesão às cooperativas mineiras e o aumento da movimentação financeira nos últimos anos. De acordo com a pesquisa do Portal do Cooperativismo Financeiro, esse crescimento deve-se à humanização no trato com os recursos financeiros dos cooperados, e o Sicoob Credivertentes tem se destacado em relação a novas adesões; prova de um trabalho feito com excelência e comprometimento.⁵⁰

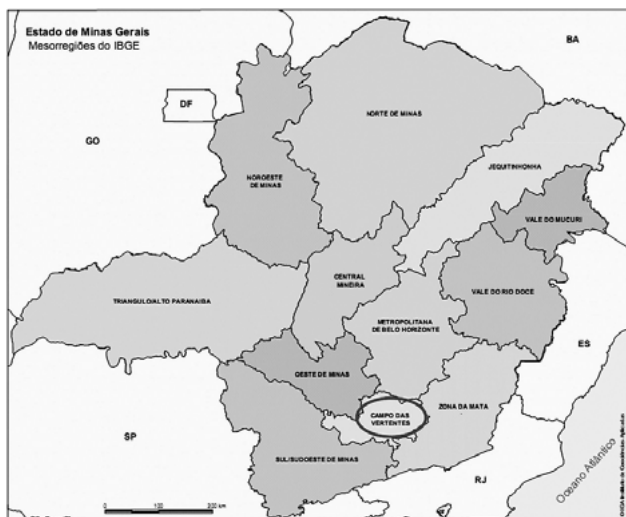
Ecos do crédito no Campo das Vertentes

A Cooperativa de Crédito Rural Campos das Vertentes Ltda (hoje Sicoob Credivertentes) foi fundada em São Tiago no ano de 1986. E teve como principal objetivo oferecer atendimento financeiro e creditício aos moradores locais. Sua nomenclatura derivou da região que abrange, o Campo das Vertentes, que se situa entre a Zona da Mata e o Sul de Minas.

49 A obra *Cooperativismo: unindo forças para crescer*, publicada pelo Sicoob Central Crediminas, traz um panorama importante sobre o Cooperativismo e crescimento.

50 Para mais informações, vale consultar a matéria *Cooperativismo de Crédito movimenta R\$ 18 bilhões em Minas Gerais*, disponível em <https://cooperativismodecredito.coop.br/2018/08/cooperativismo-de-credito-movimenta-r-18-bilhoes-em-minas-gerais/>

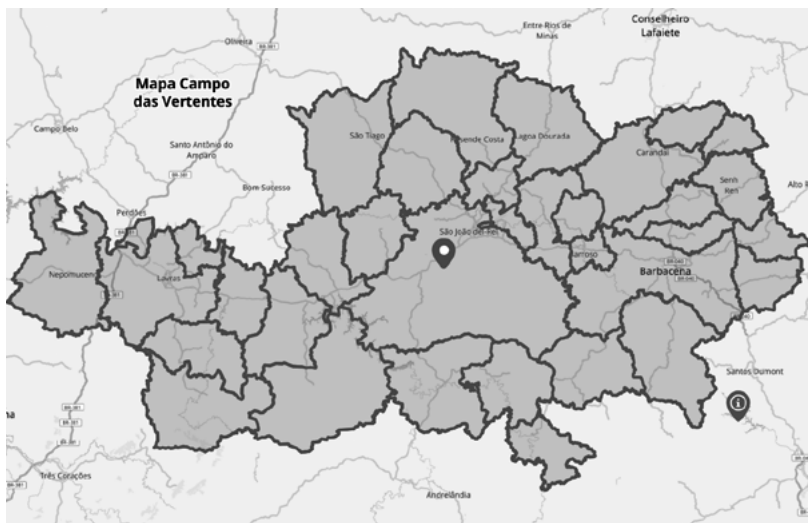
Figura 18 – Mapa de Minas Gerais



Fonte: <https://www.researchgate.net/>

Na verdade, essa parte específica do território mineiro integra uma das 12 mesorregiões do Estado e é formada por 36 municípios. Alguns deles, de pequeno porte, amargaram historicamente a dificuldade de acesso ao sistema bancário tradicional - algo remediado a partir de 1986 pela Cooperativa de Crédito são tiaguense; a mesma que se tornaria mais tarde o Sicoob Credi-vertentes e expandiria seu alcance.

Figura 19 – Mapa do Campo das Vertentes



Fonte: <https://maphub.net/laep/campodasvertentes>

O nome Campo das Vertentes tem como origem sua localização, já que se inicia na Serra da Mantiqueira, local descampado no município de Barbacena, que também é chamado Campos da Mantiqueira. Seu relevo é caracterizado pela presença de diversos morros, que servem de nascentes para muitos rios que fluem continuamente.⁵¹ De acordo com Arnaldo Silva ([20--]):

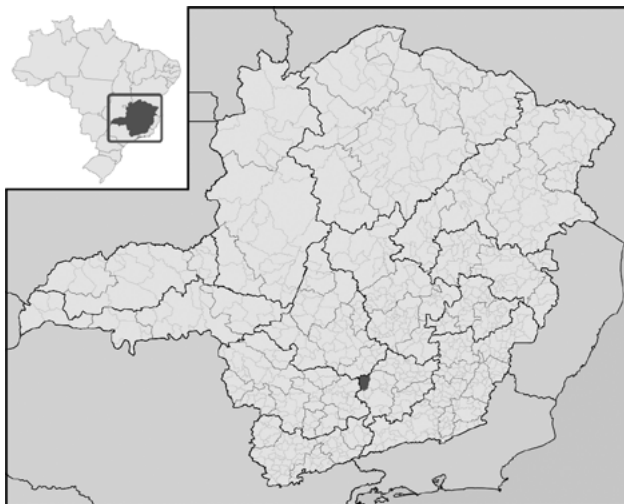
A região é montanhosa, fazendo parte da Serra da Mantiqueira. Dos declives das serras da região, que mais lembram mares de morros, escorrem águas de nascentes, riachos e córregos. Suas águas desagüam em rios, que contribuem para a formação das bacias hidrográficas do Paraíba do Sul, do São Francisco e da Bacia do Paraná. Seus campos nativos são formados por terem como características vegetações rasteiras, formada nos declives vertentes das serras. Por isso, o nome Campo das Vertentes.

Dos 36 municípios que compõem o Campo das Vertentes, São Tiago, conforme já mencionado, foi o berço do Cooperativismo de Crédito na região. Afinal, naquela cidade, surgiu o sonho. Sonho que buscava valores como: “ascensão, emancipação e fortalecimento”. Ideais que povoavam a mente de alguns poucos homens e que hoje ocupam a vida de milhares de empreendedores e cooperados. Sendo assim, antes de existir de forma efetiva, o Cooperativismo já existia na mente de seus idealizadores. Ou seja,

⁵¹ Mais informações podem ser consultadas em https://wikitravel.org/pt/Campo_das_Vertentes

antecipavam-se ao seu surgimento as aspirações de desenvolvimento socio-econômico no aspecto coletivo, correspondendo aos princípios norteadores dos precursores do Cooperativismo em outros tempos e espaços.

Figura 20 – Mapa da localização de São Tiago em Minas Gerais



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1113497>

Em São Tiago, a antecipação tornou-se uma marca do Sicoob Credivertentes. Em 2003, quando da permissão para o regime de livre admissão, essa já era uma realidade na instituição. Ou seja, a cooperativa já havia admitido, entre seus cooperados, diversos perfis, não se limitando apenas aos produtores rurais.

Sicoob Credivertentes: interditos na trajetória

No início do funcionamento do Sicoob Credivertentes, houve, de fato, dificuldades que reduziram suas atividades à compensação de cheques e à concessão de pequenos empréstimos. Tais obstáculos eram provenientes da legislação confusa, que dificultava o exercício das funções reais de uma cooperativa de crédito. O atendimento era restrito aos produtores rurais e não havia possibilidade de ampliação da prestação de serviços a não sócios; também se coibiu a remuneração de depósitos (aplicações do tipo prazo fixo) e a expansão do seu atendimento a outras comunidades, em termos físicos, como a abertura de filiais que atenderiam fora da sede. Além disso, a cooperativa sofreu processos administrativos e constrangimentos.

Para João Pinto de Oliveira⁵² (2021), um de seus fundadores, houve uma luta para vencer “as dificuldades de implantação, de funcionamento, os estrangulamentos impostos pela legislação vigente, a visão utilitarista e provinciana”.⁵³ Após esses percalços, pelos idos de 1987, a então Cooperativa de Crédito Rural Campos das Vertentes Ltda iniciou o seu funcionamento, já que se constituíra legalmente em 1986. Inicialmente, surgiu como alternativa para ruralistas de São Tiago, Resende Costa e Ritápolis. Além disso, suas atividades eram desenvolvidas em um pequeno cômodo que, posteriormente, foi substituído por sede própria estruturada no centro de São Tiago⁵⁴.

A instituição aguardou, por um bom tempo, a Autorização para Funcionamento (AF) do BC, porém, devido ao silêncio, antecipou-se e iniciou o registro de associados. Nesse período, sofreu a tentativa de interdição. O aviso de interdito deixado na porta pelo representante do Banco Central não impediu a continuidade dos sonhos, dos ideais fincados na coletividade.

Para fins de encerramento, o BC divulgava a iniciativa de fechar as cooperativas do tipo Luzatti, com o intuito de gerar “confusão e insegurança para os associados e opinião pública em geral”. Além disso, houve também a liquidação da Credimantiqueira e problemas enfrentados pelas cooperativas do sudeste de Minas Gerais, que foram amplamente propalados pela imprensa, a fim de desestabilizar as instituições. A atitude de cidadãos que difamaram a instituição também se tornou parte dessa campanha de desestabilização. Igualmente, ocorreram ações de instituições financeiras, “concorrentes poderosas e agenciadoras de recursos públicos e/ou especiais, detentoras de melhores produtos e tecnologia, que conseguiram cooptar grande número de nossos associados e às vezes com a adoção de métodos pouco éticos”, afirmou o Senhor João Pinto de Oliveira. A inadiplência, que levou à ação rigorosa da diretoria, representou um importante fator de decréscimo, nesse contexto, especialmente, resultado da má fé dos associados.⁵⁵

Entre tantos desafios, a descrença por parte da população, claramente demonstrada pela ausência da cultura associativa na região, dificultou a estruturação da instituição. De acordo com Enio Meinen (2019), os termos relacionados ao Cooperativismo podem provocar estranheza àqueles que não conhecem esse princípio.⁵⁶

52 Muitas das falas atribuídas ao Senhor João Pinto de Oliveira, apresentadas ao longo deste texto, foram coletadas pela autora durante o desenvolvimento da pesquisa que resultou na presente obra. Esses registros têm origens diversas, incluindo materiais impressos de circulação interna, anotações provenientes de entrevistas realizadas em diferentes momentos e comunicações informais. Em razão dessa diversidade de fontes e suportes, optou-se por indicar, prioritariamente e sempre que possível, o ano de cada fala, de modo a situá-la em seu respectivo contexto histórico e circunstancial.

53 Texto originalmente intitulado *A voz do Cooperativismo de Crédito sob o olhar, o divagar e o caminhar de um dirigente: a saga do Sicoob Crediverentes*. São Tiago, 2021.

54 Entrevista concedida por João Pinto de Oliveira à Rádio Comunitária de Ritápolis, em 2014.

55 A Cooperativa sofreu com pressões do Banco Central contra seus gestores, incluindo processos administrativos. A ameaça era de encerrar as atividades da instituição (Oliveira, 2000).

56 “Economia colaborativa, compartilhada ou de rede; capitalismo consciente; nova economia; responsabilidade socioambiental; descentralização; desintermediação; protagonismo do usuário; horizontalização; *user centric*; *customer experience*; *employee experience* etc., muito citados como novidade no ambiente corporativo, não são nada originais para o mundo da cooperação” (Meinen, 2019).

Além da tentativa sem sucesso de interdição, o Plano Collor, lançado em 1990, também obstaculizou a trajetória do Sicoob Credivertentes. A crise financeira que se instalou no país atormentou os cooperados, e os recursos reservados no BNCC desapareceram junto com a instituição bancária. A dissolução do BNCC abalou as cooperativas, afinal, esta instituição fora criada para ampará-las. Assim, a instituição das Vertentes, sem local para compensação de cheques, iniciou uma longa luta para encontrar uma entidade que pudesse disponibilizar esse serviço. Naquele contexto, os cheques haviam sido salvos pela Minas Caixa, que, posteriormente, também fora liquidada. Por isso, o Banco do Brasil aceitou fazer as compensações. Foi um período de crise que levou algumas cooperativas à centralização e à informatização. Em 1995, o BC permitiu a constituição de uma empresa que funcionaria como agente financeiro das Cooperativas de Crédito. Assim, já em 1996, o Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob) foi criado (Credivertentes, 2016).

Nesse curto espaço de tempo, apesar das revezes, os fundadores resistiram ampliando atendimentos por meio da abertura de PAs em municípios vizinhos. Esses Postos de Atendimentos marcaram a expansão do Sicoob Credivertentes — mas também representaram riscos para a cooperativa de crédito. Os problemas variavam, entre eles: conflito com o BC com a abertura desses pontos fora da sede, sem regulamentação específica; a falta de estrutura física desses espaços; carência de equipamentos como telefone; a fragilidade no transporte de dinheiro, feito em carros convencionais; a ausência de um sistema de segurança, que resultou em assaltos,⁵⁷ e, por fim, a inadimplência, resultado da implantação do Plano Real na década de 1990. Foi uma situação que marcou o período turbulento da trajetória da cooperativa, levando os PAs a encerrarem suas atividades com saldo negativo: “de todo o crédito cedido, 30% não eram quitados”, lembra Senhor João.

As cobranças sufocavam. Elas vinham do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Receita Federal; e exigiam a adesão ao Programa de Integração Social e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).⁵⁸ No entanto, em 2001, constituiu-se o Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil (Sicoob), ao depois, após um ano, a utilização de cartões de crédito⁵⁹ pelos associados e, em seguida, a autorização da livre admissão.

A criação do Sicoob, que hoje representa o maior sistema financeiro cooperativo do Brasil, foi fundamental para proteger cooperativas como a “Credivertentes” (como era conhecida a cooperativa com raízes em São Tiago até então).

Nesse panorama histórico, é fundamental ressaltar que a instituição

57 “Só em 1998, foram mais de 20 assaltos nos PAs da cooperativa. Seis deles na agência de Santa Cruz de Minas, que chegou a ser invadida três vezes em menos de 24 h. Em outro caso, no município de Barroso, um único assalto terminou com um rombo de R\$70 mil” (Credivertentes, 2016, p. 33).

58 “A Receita Federal passou a entender que deveriam incidir Pis e Confins sobre ações de atos cooperativos. É claro que nos defendemos judicialmente. Mas, para isso, era preciso fazer um depósito em juízo como garantia. Recorremos, então, ao Fundo Garantidor do Sistema Crediminas” (Credivertentes, 2016, p. 34).

59 Nesse ponto, a Cooperativa foi pioneira ao oferecer o cartão de crédito aos seus correntistas que, gradativamente, foram se adaptando à novidade (Credivertentes, 2016, p. 35).

enfrentou, ao longo de sua trajetória, uma série de barreiras que tentaram limitar suas operações. Um dos pontos mais relevantes foi a autorização para livre admissão: embora a medida tenha sido liberada pelo CMN em 2003, a cooperativa só obteve permissão oficial em 2011. Ainda assim, como já demonstrado, a postura ousada de seus membros permitiu que a instituição ampliasse sua base de associados, atraindo pessoas de diferentes perfis, mesmo antes da autorização formal.

No decurso do tempo, com o desenvolvimento tecnológico e o lançamento do Sistema de Automação Exclusivo do Sicoob (SISBR), a cooperativa mergulhou na tecnologia, dado que facilitou suas práticas no atendimento. Essa inserção ampliou a segurança do banco de dados, unificou os cadastros de captação, de crédito e de cobrança e padronizou os lançamentos contábeis. Tudo isso assegurado pela assistência técnica e especializada promovida pelo Sisbr. Além da adesão tecnológica, no aspecto físico, o Sicoob Credivertentes também se transformou.

Até 2009, o Centro Administrativo compartilhava o mesmo prédio com a agência em São Tiago. Com o crescimento e a ampliação das demandas, fez-se necessária a separação desses espaços, que resultou na mudança da Administração para um prédio específico. “Além de direcionar e especializar nossas atividades, demos autonomia para a agência, mais conforto para os associados e um ar ainda mais respeitoso à cooperativa como um todo” — palavras do diretor-executivo Jasminor Silva (Credivertentes, 2016, p. 41).

Figura 21 – Agência de São Tiago



Fonte: <https://nicelocal.br.com/>

Retomando o trajeto: no início de sua criação, os fundadores do Sicoob Credivertentes enfrentaram as contradições do seu tempo; mas com

determinação defenderam o Cooperativismo, acreditando na essencialidade da proposta para o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico local. Afinal, segundo Enio Meinen (2019), não se concebe fora da cooperação um modelo que associe: “equilíbrio, empreendedorismo econômico e desenvolvimento social”. O Cooperativismo promove a inclusão, a distribuição de renda e o compartilhamento de valores, os quais são fundamentais para reduzir a concentração de riquezas. Nas palavras do autor, “Cooperativismo é a equação da economia social ou, por outra, o expoente da economia solidária”.

Nessa perspectiva, esse grupo de homens, capitaneados por João Pinto de Oliveira, perseguiram os ideais de solidariedade e driblaram as dificuldades em busca do desenvolvimento da comunidade na qual estavam inseridos. Desafiaram as grandes instituições, o poder legalista e levaram a cabo suas lutas, defendendo, sobretudo, a igualdade de oportunidades de crescimento individual e desenvolvimento econômico das gentes.

Pioneirismo mineiro

A cooperativa foi pioneira no estado de Minas Gerais em várias frentes, entre as quais: a abertura de PAs, a remuneração de capital e a aplicação a prazo, a ampliação de atendimento àqueles que não eram produtores rurais e a abertura de agência digital. Tais fatores são indicativos da proposta inicial de criação da cooperativa, que buscava, acima de tudo, democratizar o acesso ao crédito para os produtores rurais e promover o desenvolvimento da sociedade.

Nesse contexto, a abertura dos PAs foi fundamental para agregar novos cooperados, assistir a população das cidades interioranas da região e, em alguns casos, dos distritos, os quais eram carentes de assistência financeira. Nesse ponto, é importante destacar as transações favorecidas por meio desses postos de atendimento, que permitiram aos associados avizinham-se de seus investimentos, além de facilitar convênios com empresas locais que utilizam as agências para eventuais transações de pagamentos aos seus funcionários.

Há de se considerar que a abertura dos PAs foi um ato ousado do Sicoob Credivertentes, pelo fato de a instituição ter investido nesses postos de atendimento antes mesmo da autorização formal, conforme já mencionado. Buscava-se, sobretudo, democratizar o atendimento e favorecer o crescimento das comunidades isoladas de atendimento financeiro. Nesse sentido, priorizava-se o desenvolvimento geral: das pessoas, das instituições e da sociedade.

Além da abertura dos PAs, outro fator de igual importância também levado a cabo pela instituição foi a livre admissão, por meio da qual diversos indivíduos que não eram produtores rurais tornaram-se associados. Eis mais uma iniciativa louvável, pois a expansão beneficiava os clientes iniciais, mas também incluía outros cidadãos no processo de crescimento financeiro.

O Sicoob Credivertentes se projetou com esse ato, principalmente por ser uma cooperativa que buscava — e ainda busca —, acima de tudo, a de-

mocratização, abrindo possibilidades para todas as pessoas que acreditssem no crescimento individual e coletivo.

Para isso, os PAs foram fundamentais, representando um fator de aproximação da sociedade interiorana das vertentes. De fato, essa iniciativa ousada de abertura dos pontos de atendimento se revelou como um grande projeto social, pois “o crescimento era arriscado, mas uma ousadia necessária”, afirmou Senhor João Pinto (2023). Para o grupo da cooperativa, a abertura dos PAs foi um passo fundamental para o seu crescimento.

Depois de Mercês de Água Limpa receber um Ponto de Atendimento (PA) em 1991, foi a vez de abrir portas em outras dez comunidades, entre 1992 e 1997. Nesse período, a cooperativa se estabeleceu em Conceição da Barra de Minas, em 1993; e Ritópolis, em 1994. Dali em diante, acelerou. E abriu, em média, uma agência a cada seis meses nos três anos seguintes. Assim, em 1995, a instituição chegou a Resende Costa, Coronel Xavier Chaves e São João del-Rei. Já em 1996, estabeleceu-se em Dolores de Campos e Prados. Em 1997, inaugurou PAs nas cidades de Itutinga e Nazareno (Credivertentes, 2016, p. 28-29).

Como pioneiro nessa iniciativa no estado, o Sicoob Credivertentes se expandiu bastante com a abertura dos PAs. Porém, inicialmente, alguns⁶⁰ consideraram essa empreitada uma ‘loucura cooperativista’. De toda maneira, os PAs foram abertos gradativamente, correspondendo às demandas das pequenas cidades, conforme já mencionado. A despeito das dificuldades, essa decisão representou um desenvolvimento ímpar no sentido de expansão da cooperativa e na promoção do desenvolvimento social.

Atualmente, os PAs se expandiram ainda mais, conforme **Anexo A**, “invadindo”, inclusive, a capital mineira (Belo Horizonte), transformando o caráter de cooperativa de interior em instituição de grande centro. Além dos municípios já mencionados, a instituição também extrapolou as fronteiras da região e alcançou muitos municípios, tais como: Alfredo Vasconcelos, Alto Rio Doce, Barbacena, Belo Horizonte, Bias Fortes, Cipotânea, Desterro do Melo, Ibertioga, Madre de Deus de Minas, Morro do Ferro, Piedade do Rio Grande, Santa Rita do Ibitipoca, Santana do Garambéu e Senhora dos Remédios (**ver Anexo A**). Essa profusão de PAs revelou o funcionamento da ‘loucura’. Em outras palavras, validou a força que iniciativas ousadas demonstram, quando têm por princípio a promoção da sociedade.

No que se refere à remuneração de capital⁶¹ e à aplicação a prazo, essa

60 Nesse caso, alguns membros do grupo manifestaram-se contrariamente à abertura de novos PAs, tal como Paulo Melo: “Vou confessar uma coisa: eu fui relutante à abertura de alguns Pontos de Atendimento. Não via possibilidade de darem retorno e se garantir com sustentabilidade. Porque sim, somos muito diferentes de banco, mas precisamos ter saúde financeira. Então, olhando sob essa perspectiva, eu não apoiei algumas expansões”. (Credivertentes, 2016, p. 29).

61 “Entende-se por Remuneração do Capital o valor em percentual que se aplica sobre o capital investido na concessão do serviço. A taxa de remuneração é o que torna um empreendimento atrativo ou não a um determinado nível de risco e dimensão do negócio” (Agergs, 2007, p. 3).

cooperativa também se projetou, à medida que possibilitou aos associados o crescimento de seus investimentos. Nesse ponto, favoreceu também as empresas, já que ofereceu a chance de elas fortalecerem seu patrimônio. A remuneração de capital permite ao investidor a lucratividade, de acordo com o investimento realizado na instituição financeira. Os lucros são distribuídos “igualmente”, na forma de dividendos ou juros, conforme a participação de cada associado. Sobre tal questão, em se tratando das Cooperativas de Crédito, o Banco Central esclarece que:

Sua função social não é gerar lucros, mas prestar serviços ao associado, a remuneração ao capital social das Cooperativas de Crédito é limitada, nos termos da Lei Complementar 130/2009. Portanto, o efeito líquido da reversão das sobras aos associados pode ser considerado como uma redução dos custos dos produtos oferecidos, tais como o crédito (Banco Central do Brasil, 2020, p. 1).

Nesse sentido a Cooperativa, que desde a sua fundação foi pensada para colaborar com os produtores rurais, tem se sobressaído – e revelou-se eficiente na concessão de créditos aos seus associados, tendo por base a lei supracitada. No artigo 2º, esse dispositivo legal dispõe que: “as Cooperativas de Crédito destinam-se, precipuamente, a prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços financeiros a seus associados, sendo-lhes assegurado o acesso aos instrumentos do mercado financeiro” (Brasil, 2009). Afinado à lei, o Sicoob Credivertentes tem se destacado ao possibilitar aos seus associados o crédito necessário aos seus investimentos pessoais visando ao desenvolvimento local e regional. “Preconiza-se que, nas sociedades cooperativas, a riqueza gerada através das atividades tende a ficar na região onde estão inseridas, auxiliando no desenvolvimento local” (Okabayshi; Huppes; Silveira; Farias, 2015, p. 2).

Essa é, pois, uma iniciativa fundamental à melhoria da renda das pessoas e, conseqüentemente, melhor condição de vida. Sendo assim, a cooperativa atua como uma mediadora financeira de seus membros cooperados, distinguindo-se das agências bancárias que visam à maximização de lucros. Ela cumpre fielmente seu papel como cooperativa de crédito, na medida em que oportuniza aos seus associados a aplicação a curto e a longo prazo. Essa ideia se encontra no capítulo II, artigo 2º, do seu estatuto, o qual, afinado com a LC 130/2009, dispõe:

A Cooperativa tem por objeto social, além da prática de outros atos cooperativos e demais operações e serviços permitidos às Cooperativas de Crédito pela regulamentação aplicável:

- I. a prestação, por meio da mutualidade, de serviços financeiros a seus associados;
- II. o desenvolvimento de programas de:
 - a) poupança e de uso adequado do crédito;

b) educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal, no sentido de fomentar o Cooperativismo de Crédito, observando os valores e princípios cooperativistas (Sicoob Credivertentes, 2023, p. 2).

Nos estudos sobre cooperativa de crédito, Thiago Mendes e Jaciara Treter (2017, p. 2) afirmaram que o objetivo de tais instituições é

[...] fomentar as atividades do cooperado via assistência creditícia, fornecendo realizações de empréstimos a seus cooperados, e realizando efetivação de aplicações financeiras no mercado, para que possam dar melhores condições de financiamentos para seus associados.

Diante das especificidades do sistema cooperativista de crédito, conforme já mencionado, são definidas três modalidades: a cooperativa voltada para o produtor rural, a de crédito mútuo e a de livre admissão. De acordo com o BC:

Para apreender o funcionamento do Cooperativismo de Crédito no Brasil, é preciso conhecer os diferentes perfis de cooperativas existentes no país. Historicamente, as cooperativas singulares de crédito formaram-se de acordo com três modelos de negócio, em relação às condições de admissão de seus associados. O primeiro são as Cooperativas de Crédito rural, nas quais reúnem-se pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvem atividades agrícolas, pecuárias ou extrativistas. Esse é o modelo de Cooperativismo de Crédito pioneiro no país. A cooperativa de crédito rural Caixa de Economia e Empréstimos Amstad foi a primeira cooperativa do país, tendo sido fundada em 1902. O segundo modelo, conhecido como Cooperativas de Crédito mútuo, são cooperativas comumente urbanas, que ofertam serviços financeiros a pessoas que possuem um elo comum. Por exemplo, empregados de uma mesma empresa, servidores de um mesmo órgão ou autarquia, empresários de um mesmo ramo, pessoas com a mesma atividade profissional ou pertencentes à mesma cadeia de negócios. O terceiro e último modelo são as Cooperativas de Crédito de livre admissão. Nesse modelo, qualquer pessoa física ou jurídica pode se associar à cooperativa, independentemente de sua atividade econômica. Nesse caso, não há a necessidade de um elo comum entre os associados. Esse modelo foi regulamentado pela Resolução 3.106, de 25 de junho de 2003, revista pela Resolução 4.434, de 5 de agosto de 2015 (Banco Central do Brasil, 2020, p. 3).

Estabelecidas e legalizadas as modalidades de Cooperativas de Crédito, é importante mencionar que, na sua fundação, o Sicoob Credivertentes se caracterizava pelo crédito rural. Ao longo do tempo, devido à sua expansão,

tornou-se uma cooperativa de livre admissão, ressaltando-se que adiantou essa função anteriormente à promulgação da lei. Nesse ponto, tornou-se também pioneira em Minas Gerais, sobretudo porque demonstrou uma dose de ousadia ao admitir associados livremente, “transgredindo” a lei. De toda forma, essa cooperativa alinhava-se ao desenvolvimento social projetando as necessidades humanas, independentemente de sua atividade econômica, acima das leis que “embarçavam” os projetos sociais. Nesse sentido, tornou-se um modelo indelével no processo de democratização de acesso ao crédito para o estado de Minas Gerais.

E, por fim, cabe destacar o pioneirismo da instituição nascida em São Tiago em termos tecnológicos, aspecto fundamental à acessibilidade e à autonomia dos associados. À vista disso, é interessante retomar a emissão do cartão de crédito e de débito, considerada um grande marco em 2002. Como pioneira nesse processo, a “Credi” (como popularmente é chamada ainda hoje) se destacou com a implementação e a propagação desses recursos entre os cooperados. Essa inovação foi promovida pela então estagiária (e atual gerente de Comunicação e Marketing) Elisa Coelho. Em suas palavras, ela relatou o receio inicial desse tipo de operação: “o novo causa espanto naturalmente e foi compreensível. Afinal, de uma hora para outra, chegamos com uma alternativa ao talão de cheques, ‘tradicionalíssimo até ali’” (Credivertentes, 2016, p. 35). Com essa inovação, fez-se necessário conscientizar os funcionários e, por meio de estratégias, convocar os cooperados para adesão à novidade. No decurso do tempo, os associados começaram, pouco a pouco, a aderirem à inovação.

Além do pioneirismo do cartão, a cooperativa – munida como sempre do espírito de ousadia – aderiu em 2018 à “associação digital”; e mais uma vez assumiu o vanguardismo no estado de Minas Gerais. Por meio das agências digitais, amplia-se a oportunidade de as operações bancárias serem realizadas no conforto domiciliar, evitando a necessidade de deslocamentos aos PAs. Ao encontro das demandas do tempo, o Sicoob Credivertentes revelou-se pioneiro em diversos aspectos e, indubitavelmente, tem enfrentado as mudanças atuais com arrojo e vigor. Diante disso, inegavelmente, a cooperativa manteve seus traços de ousadia, característica própria de homens visionários que possuem ideologias progressistas e humanistas.

Um líder à frente do seu tempo

Em 1986, João Pinto de Oliveira tomou iniciativa e convocou alguns companheiros. Eram 22 homens visionários. A partir de então, foi dada a largada, e o Sicoob Credivertentes tem se ampliado significativamente e extrapolado seus “limites territoriais”. Sendo resultado de um sonho coletivo, seu crescimento correspondeu ao seu tamanho, ou seja, ilimitado. Movidos pela importância do crédito, esses homens compartilharam ideais que pretendiam, sobretudo, transformar a vida econômica da comunidade.

Para essa empreitada, Senhor João (como é conhecido) foi nomeado

presidente da cooperativa, a qual se organizou da seguinte forma: João Pinto de Oliveira (presidente); Raul Wilson da Mata (vice-presidente); Francisco Aristeu Pereira (secretário); Job Rodrigues Viana, Nilson Caputo de Resende e Noé Santiago Lara (conselheiros).⁶² Assim foi constituída a primeira diretoria da instituição. “O sonho era intenso e compartilhado, bem como o receio de encabeçar uma iniciativa que lidaria com as finanças, as esperanças e os empreendimentos de uma comunidade inteira”, como lembra João Pinto de Oliveira. Além das habilidades naturais, outros requisitos concorriam para que ele assumisse a direção, pautado ainda em experiência pessoal e familiar que tornou sua percepção aguçada no que diz respeito à necessidade do crédito (Credivertentes, 2016, p. 22).

Formada a equipe para iniciar as atividades, fez-se necessário conhecer instituições semelhantes bem-sucedidas e, para fins de formalização, contactar a OCEMG. Diferentemente do mercado bancário, que se alimentava da extorsão financeira, a cooperativa tinha como princípio a promoção e o desenvolvimento das pessoas por meio do crédito. Por isso, enfrentou com determinação as leis consideradas injustas e questionou o poder público. Isso pode ser verificado ao se considerar os problemas enfrentados pela já mencionada tentativa de interdição do BC e a crise ocorrida no início da década de 1990. Curiosamente, se as dificuldades prejudicavam diretamente a estabilidade da instituição, por outro lado seus fundadores tomaram fôlego, prosseguiram com seus planos e promoveram o crescimento da mesma no Campo das Vertentes. Em 1991, um PA foi aberto em Mercês de Água Limpa, seguido pela inauguração de outros pontos entre os anos de 1992 a 1997: Conceição da Barra de Minas, Ritápolis, Resende Costa, Coronel Xavier Chaves, São João del-Rei, Dolores de Campos, Prados, Itutinga e Nazareno.

62 Somam-se a esses nomes os demais membros-fundadores: Donato Alvarenga Rocha, Ivanir Mendes, Eugênio Silva, Maurício Batista de Andrade, Jessé da Silva Campos, Mário Lara, Obed de Resende Campos, José Pinto de Oliveira, Josafá Mata, José Augusto Coelho da Silveira, José Lucimar de Resende, Messias José Pinto de Oliveira, Marcos Pinto de Oliveira, Laerte da Silva Resende, Darci José de Resende e Antônio Marques da Silva. (Credivertentes, 2016, p. 22).

Figura 22 – Agência da Cooperativa em Mercês de Água Limpa



Fonte: Arquivo institucional

Em Mercês de Água Limpa, a “transgressão” de fato ocorreu, já que a não permissão para abertura de PAs fora da sede não funcionou com os desbravadores do crédito do Campo das Vertentes. Situado a 28 quilômetros de São Tiago, o pequeno distrito foi o primeiro local a ser contemplado com uma unidade de atendimento da cooperativa. À princípio, esse ponto de atendimento foi organizado de modo rudimentar e tímido até 1996. Inicialmente, a unidade estava vinculada ao PA da sede, em São Tiago, para toda espécie de serviços. No entanto, com o decurso do tempo, adquiriu autonomia e estrutura próprias, as instalações foram estruturadas e inauguradas em 2011.

Figura 23 – Senhor João Pinto de Oliveira



Fonte: <https://www.facebook.com/jornaldaslajes>

Em entrevista à Rádio Comunitária de Ritápolis, Senhor João Pinto de Oliveira chama a atenção para o pioneirismo e a ousadia do Sicoob Credivertentes ao abrir PAs em outras cidades, principalmente antes de permissão formal para isso. Essa iniciativa não deve ser considerada uma afronta à legislação, mas uma medida para ampliar o atendimento, favorecer outros espaços e promover a integração da região das Vertentes por meio do Cooperativismo de Crédito.

Figura 24 – Agência em Coronel Xavier Chaves



Fonte: <https://nicelocal.br.com/>

Figura 25 – Agência em Resende Costa⁶³



Fonte: <https://www.jornaldaslajes.com.br/>

⁶³ Nova sede inaugurada em 2015. Na edição de dezembro de 2015, da revista *Vertentes Cultural*, pode encontrada matéria sobre a presença do Sicoob Credivertentes no município de Resende Costa.

Conforme já mencionado, o Campo das Vertentes é uma região formada por pequenos municípios, que careciam de atendimento bancário. Percebendo essa necessidade de crescimento e de ampliação do mercado regional de crédito, a instituição se antecipou para atender às demandas existentes, promovendo também o desenvolvimento dos seus associados. “Quando éramos demandados, abríamos Pontos de Atendimento novos. Havia ainda o lado empresarial, negocial. O crescimento era arriscado, mas uma ousadia necessária”, lembra João de Oliveira (Credivertentes, 2016, p. 28-29).

Retomando a trajetória do membro-fundador da cooperativa, importa considerar suas concepções⁶⁴. Fundamentado na solidariedade, João Pinto de Oliveira, ao defender seu projeto de vida, define o Cooperativismo como um sistema econômico que edifica a humanidade, considerando valores como: democracia, fraternidade, ajuda mútua, igualdade, honestidade, transparência, responsabilidade social, justiça, altruísmo etc. Esses valores se afinam aos princípios corporativistas herdados de outros tempos. Foram fundamentais para os tecelões ingleses de Rochdale, em 1844, quando da criação da primeira cooperativa, posteriormente, atualizados pela ACI, em 1995, em Manchester, e são princípios orientadores do Sicoob Credivertentes.⁶⁵

No seu entendimento, esse sistema deve buscar o desenvolvimento social, econômico e cultural, conferindo autonomia e dignidade aos sujeitos envolvidos. De modo geral, João Pinto de Oliveira sempre se manifestou associando o Cooperativismo à valorização humana, como promotor da justiça social e da distribuição de renda. Para ele, o caminho para a transformação das realidades passa pela circulação de recursos financeiros e também pela democratização do crédito. Sendo assim, torna-se capaz de enxertar a economia local, fortalecendo a produção, incorporando pequenos empreendimentos e estimulando a formação de capital e de crédito. Na mesma perspectiva dos pioneiros do Cooperativismo, acredita que esse sistema pode funcionar vigorosamente como um antídoto para a má distribuição de renda. Importante considerar que a desigualdade foi a razão pela qual o Cooperativismo surgiu no contexto dos Pioneiros de Rochdale.

Em um dos seus discursos, Senhor João chamou a atenção para o vínculo que une o homem ao seu tempo. Por isso, defende a participação coletiva para o desenvolvimento social, a fim de minimizar as desigualdades. Menciona os resultados do sistema cooperativista ao oportunizar a geração de empregos, aumento da renda, estímulo à educação e à capacitação e, ainda, ações voltadas para a preservação do meio ambiente, promovendo a saúde, o bem-estar e o lazer. Em suas palavras:

Não podemos ser apenas passagem — temos que ser presença, vitalidade, marco e marca. A semente lançada

64 O texto compila os discursos proferidos pelo Senhor João Pinto de Oliveira.

65 Retomando sua redação, vale iterar: “adesão livre e voluntária, controle democrático e participação econômica dos sócios; autonomia e independência, educação treinamento e informação, cooperação entre cooperativas, preocupação com a comunidade”. Para mais informações, conferir <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo-2/historia-do-cooperativismo/os-7-principios-do-cooperativismo/>.

e germinada; a pedra ao léu do caminho transformada em alicerce, muralha. Atuação e não apenas ornamento. O fogo que burila e aquece. A água que canta, encanta e se torna energia, irrigação, vida sobre a vida.⁶⁶

Tratando da expansão institucional, argumentou sobre a importância da cooperativa na região do Campo das Vertentes. Além disso, citou o desprezo dos bancos convencionais às pequenas cidades e o impacto do Sicoob Crediverentes ao ocupar esse lugar⁶⁷. Presente nos pequenos municípios, permite um contato aproximado com o associado, sem inibições e traumas. Além disso, Senhor João reitera a oportunidade do aumento da renda e do emprego que esses PAs conferem à realidade local. De toda forma, a presença da instituição nesses municípios favorece o desenvolvimento regional ampliando-o para a região a qual pertence.

Seguramente, o Senhor João Pinto de Oliveira, ao longo do tempo, manteve um discurso defendendo, sobretudo, a necessidade da participação dos cidadãos para a ocorrência do Cooperativismo. Acredita veemente que somente o Cooperativismo pode mudar a realidade. E a sociedade, por sua vez, é responsável por atuar para o bem-estar de todos. Em entrevista concedida à Rádio Comunitária de Ritópolis, associou ao Cooperativismo a responsabilidade de substituir a competição pela solidariedade e pela cooperação mútua. Nesse ponto, destacou que as cooperativas buscam a inserção de mudanças no mercado, considerando as constantes transformações que caracterizam o mundo. Afinal, vivemos numa sociedade competitiva, hiperconectada e digitalizada. Sendo assim, o Cooperativismo oportuniza aos associados a identificação de suas necessidades e de suas expectativas, permitindo-lhes soluções financeiras de crédito⁶⁸.

Nesse contexto, também ressaltou a qualificação da gestão, o combate ao preconceito e a preservação da cultura, da história e da memória coletiva. Valorizou a autogestão de recursos proporcionada pelas Cooperativas de Crédito, dado fundamental para o desenvolvimento socioeconômico. Sobre tudo, apontou a importância da acessibilidade aos créditos, o que torna possível o desenvolvimento de atividades nos espaços rural e urbano, promovendo o crescimento coletivo. Prosseguindo na entrevista, classificou o cooperado como usuário, investidor e proprietário. Essas características permitem que o afiliado receba um atendimento especial, aplique seus próprios recursos e participe da administração.

Em suas palavras, é possível perceber o orgulho do Senhor João Pinto de Oliveira, ao se referir à expansão e ao pioneirismo do Sicoob Crediverentes em aspectos diversos. Reconheceu seu processo de crescimento e fortalecimento, a conquista da credibilidade e a ação voltada às comuni-

66 Discurso proferido durante inauguração de novas instalações do Sicoob Crediverentes em São João del-Rei, em 2005.

67 Como constantemente afirma João Pinto de Oliveira, o Cooperativismo busca soluções justas para os problemas comunitários, presentes em locais onde, por vezes, faltam iniciativas privada ou pública.

68 Em vários discursos, João Pinto de Oliveira destaca a relação direta entre Cooperativismo e desenvolvimento, considerando, sobretudo, as mudanças.

dades. Mencionou, principalmente, a demanda crescente para a abertura de novas agências pela Zona da Mata e Mantiqueira, naquele contexto. Definiu categoricamente as principais diferenças entre a cooperativa de crédito e o banco: em linhas gerais, as cooperativas são sociedades simples, não visam aos lucros⁶⁹ e são formadas por associados, já os bancos são empresas múltiplas, compõem-se por acionistas e têm finalidade lucrativa.

Quadro 5 – Definições estruturais

SOCIEDADE COOPERATIVA	SOCIEDADE NÃO COOPERATIVA
Sociedade de pessoas	Sociedade de capital
Objetivo: prestação de serviços	Objetivo: lucro
Controle democrático: um homem – um voto	Cada ação – um voto
Assembleia: quórum baseado nos cooperados	Assembleia: quórum baseado no capital
Não se permite transferir parte das quotas a terceiros	Transferência das ações a terceiros
Retorno proporcional ao valor das operações	Dividendo proporcional ao valor das ações

Fonte: Rodrigues (2014)

Pelo **Quadro 5**, é possível perceber as diferenças fundamentais que definem a sociedade cooperativa da sociedade não cooperativa. É importante perceber a proposta humanizada das sociedades cooperativistas, se cotejadas às não cooperativistas. Além disso, dois grandes diferenciais das cooperativas são o princípio que busca a solução de problemas comuns, dando voz aos associados nas participações em assembleias, e a possibilidade de os afiliados gerirem os próprios recursos a partir da colaboração mútua. E João Pinto de Oliveira defende essas características como possibilidades de mitigar a desigualdade socioeconômica, por meio da solidariedade entre cooperados. Em reinauguração do PAs de Resende Costa, o Senhor João Pinto de Oliveira afirmou:

Cada um de nós somos agentes que contribuem para o estímulo da comunidade. Orgulhamo-nos, pois, de exercer uma filosofia que, por meio de princípios democráticos, pacíficos, cristãos e humanitários, nos envolve na dignificação plena do ser humano, com justiça social. Só com cooperação, fazemos a diferença.⁷⁰

Diante disso, o **Quadro 6** apresenta os direitos e os deveres dos cooperados, que, sendo respeitados, transformam-se em protagonistas de seus empreendimentos e dos investimentos individuais, sobretudo se apoiados com a transparência e a gestão competente, marcas da cooperativa.

69 “Eis a visão da economia coletivamente compartilhada, jamais centrada no ganho individual”, como afirma João Pinto de Oliveira.

70 Trecho de discurso durante reinauguração de agência do Sicoob Credivertentes em Resende Costa. Na edição de dezembro de 2015, da revista *Vertentes Cultural*, na página 22, é possível verificar matéria completa sobre o evento. Disponível em: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcredivertentes/publicacoes-credivertentes/>

Quadro 6 – Direitos e deveres do cooperado

DIREITOS	DEVERES
Participar das assembleias, votando e discutindo assuntos tratados;	Cumprir o estatuto social, os regimentos e os regulamentos internos da cooperativa;
Votar e ser votado nas assembleias;	Satisfazer seus compromissos perante a cooperativa;
Beneficiar-se das operações e dos serviços da cooperativa de acordo com o estatuto;	Zelar pelos interesses morais e materiais da cooperativa;
Examinar e pedir informações por escrito sobre as assembleias;	Responder limitadamente pelos compromissos da cooperativa, até o valor das cotas-partes;
Desligar-se da cooperativa a qualquer tempo;	Não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na cooperativa;
Tratamento igualitário entre todos os associados;	Responder pelas obrigações sociais;
Participação nas sobras líquidas do exercício financeiro proporcional às operações realizadas pelo associado;	Manter as informações do cadastro na cooperativa constantemente atualizadas;
Não ser discriminado por raça, religião ou posição social.	Não ceder o capital integralizado a terceiros, estranhos à cooperativa.

Fonte: Revista *Vertentes Cultural*, 2014

Retomando à entrevista, ao final, o Senhor João Pinto de Oliveira reforçou a importância da participação democrática dos associados, iniciativa levada a cabo pela instituição que ajudou a fundar, com a implementação do sistema de delegados. Vigorosamente, assinalou a importância da cooperativa de créditos para a região, a competência dos funcionários, atestada pelas capacitações constantes, os projetos de expansão e, sobretudo, a preocupação em prestar o melhor serviço aos associados e às comunidades.

Indubitavelmente, a ousadia e a teimosia marcantes de seus fundadores resultaram no crescimento observado na atualidade. O Sicoob Credivertentes, outrora acanhado na pequena São Tiago, se tornou uma das maiores instituições financeiras do Sistema Crediminas. E esse avanço, como já mencionado, deveu-se à existência de um sonho, um sonho compartilhado. Senhor João se orgulhou ao lembrar dos percalços, mas se ateve, seguramente, na mudança operada por essa iniciativa da qual foi um dos fundadores.

Múltiplas funções do Sicoob Credivertentes

Ainda que a cooperativa não seja um banco como os convencionais, realiza serviços similares às agências bancárias, tais como: depósitos, empréstimos, captação (poupança), recebimento de tributos, pagamentos de aposentados etc. Em relação ao cooperado, algumas vantagens lhe são oferecidas, as quais são:

O dinheiro do associado permanece e flui na própria comunidade/região, fortalecendo-se a economia local, ao invés de ir para os grandes centros;
O associado, como um dos donos do Sicoob Credivertentes, tem maiores facilidades de atendimento (rapidez, atenção

personalizada, contato imediato com gerente, diretores etc.), acesso desburocratizado no mercado financeiro e ao sistema de crédito.

Os juros, no caso de empréstimos, são mais baratos, geralmente abaixo das taxas de mercado, tarifas reduzidas e, ao final do ano, as sobras, os lucros são retornados ao associado. O produtor/associado ajuda a si próprio e aos outros, pois trata-se da união de uma classe e de uma comunidade gerando o seu próprio capital, se autofinanciando e gerando o progresso da agricultura e da sua região.

Autogestão: a Cooperativa é dirigida pelos próprios associados, mediante eleições/assembleias gerais (Oliveira, [20–b]).

Além de todos os benefícios assinalados acima, as “Credis” se subordinam à fiscalização e à inspeção, pelas quais são responsáveis a Crediminas e o Bacen. De toda forma, o Sicoob Credivertentes se insere na lógica de outras cooperativas e deve se submeter aos princípios legais. Assim sendo, legalmente opera em favor da promoção da solidariedade e do bem-estar de todos. Para isso, conta com uma liderança dedicada e destemida, conforme já demonstrado.

Para além da assistência creditícia, a instituição dedica-se amplamente a diversas funções; entre elas, a formação, que prevê o fornecimento de conhecimento técnico, profissional e estratégico às comunidades buscando o amplo desenvolvimento dos espaços e dos cidadãos. Para tanto, tem formado parcerias com outras empresas que fomentam empreendimento ligados à agropecuária. Tem apoiado, por exemplo, programas voltados para o produtor rural, tais como: Gestão com Qualidade em Campo (GQC) e Balde Cheio. Esses projetos têm por finalidade a qualidade do produto e o processo de produção.⁷¹

Dando continuidade ao processo de formação e desenvolvimento das comunidades nas quais se insere, a cooperativa volta-se, especialmente, para questões ambientais. Exemplo disso foi o Projeto “Minas + Vertentes”, lançado em 2020. A iniciativa, patrocinada pelo Sicoob Credivertentes, teve como principal objetivo: “a conservação de mananciais, desenvolvendo iniciativas como o cercamento de nascentes em dezenas de propriedades de nosso meio” (Projeto [...], 2021, p. 20). O referido projeto também busca a conscientização dos associados produtores rurais e de toda a comunidade, ressaltando a importância da água em termos de qualidade e quantidade. Assim sendo, chama a atenção para o uso racional e a preservação de nascentes.⁷²

Voltando-se para a gestão transparente e democrática, criou o sistema de delegados,⁷³ pelo qual, entre 100 associados, um deles deve representá-los,

71 “O objetivo do GQC, por exemplo, é ampliar a visão empresarial do produtor rural. Ele é estimulado a promover uma mudança de atitude — de agricultor para empresário rural — e a adquirir um novo olhar para a propriedade. Tudo isso respeitando a cultura, a linguagem e as características do meio rural” (Ladeira, 2014, p. 18).

72 “O propósito do Sicoob Credivertentes como instituição cooperativista, sobremaneira voltada para a sustentabilidade e o bem-estar social pleno, é o de proteger as nascentes de nossa região tão valiosas, vitais e de inestimável importância para todos” (Projeto [...], 2021, p. 20).

73 A ideia surgiu da parceria entre o então diretor executivo-financeiro Luiz Henrique Garcia e a então gerente-administrativa Adriana Martins.

participando diretamente da Assembleia e acompanhando de perto as ações da instituição. Esse sistema materializa a participação dos cooperados, expressando caráter democrático tal qual o ideal cooperativista desde o seu surgimento.

No campo cultural, o Sicoob Credivertentes tem fomentado publicações memorialísticas, históricas e geográficas, tudo isso em suportes diversificados, os quais são: boletim informativo (Sabores e Saberes), livros e revistas impressos e digitais. A publicação semestral da *Revista Vertentes Cultural*, por exemplo, de distribuição gratuita, oferece aos leitores uma série de matérias relacionadas à cultura local. Também focaliza pessoas que atuam na região e na cooperativa, contribuindo decisivamente para o crescimento e o desenvolvimento do Campo das Vertentes.

Na economia local, em São Tiago, colabora com a organização do festival “Café com Biscoito”, fomentando o turismo e, ao mesmo tempo, resgatando a tradição culinária local e a história do município. São intermináveis os exemplos de assistência social que a “Credi” desempenha e tem desempenhado nos últimos anos. Exemplo de um setor de crédito que se desloca da prática puramente financeira e se dirige ao homem na sua integridade, tal como os princípios cooperativistas pensados por Rochdale.

Os pioneiros de São Tiago

É importante reiterar que, no século XVIII, a Inglaterra se destacou no mundo com a Revolução Industrial. Esse fato inovou a produção, a atividade comercial e as relações de trabalho. Contudo, as contradições surgiram como resultado das relações de produção, sustentando as desigualdades sociais e econômicas que materializaram e ainda materializam o capitalismo mundial. Naquele cenário, no qual a exploração econômica produzia a riqueza de alguns e a pobreza de outros, alguns homens, mais especificamente, 28 sujeitos, se incomodaram com a feição desigual da sociedade e lançaram as bases do Cooperativismo, em 1844. Eis, portanto, o surgimento dos Pioneiros de Rochdale!

Foram esses tecelões que, ao observar os efeitos da Revolução Industrial, preocuparam-se em fornecer às pessoas condições de sobrevivência em meio à crise que se instalara naqueles tempos. “O surgimento das máquinas em substituição ao trabalho manual, o predomínio do capital tornaram indefesa a classe operária. Daí o desemprego, a fome, as greves, os distúrbios, as repressões que se desenhavam por todos os bairros, lares e recantos” (Oliveira, [20--d]). Assim sendo, os pioneiros buscaram, sobretudo, garantir o consumo de modo equitativo por meio do Cooperativismo, por meio do qual se ajudariam mutuamente. De acordo com a história do Cooperativismo,

As dificuldades socioeconômicas encontradas na Revolução Industrial fizeram com que o Cooperativismo buscasse uma alternativa econômica para atuar no mercado frente ao capitalismo, aos preços abusivos, às longas jornadas

de trabalho, aos baixos salários e a optar por uma nova forma de trabalho, já que a mão de obra perdeu grande poder de troca, dando lugar ao desemprego [...]. O novo modelo econômico pretendia também que o trabalhador tivesse a propriedade de seus instrumentos e a participação nos resultados no fruto de seu trabalho (Empresa Júnior de Gestão de Cooperativas e Cooperativismo, 2017).

Diante disso, os Pioneiros de Rochdale, sensibilizados, manifestaram-se solidariamente. Numa acalorada discussão, traçaram caminhos para buscarem a solução daqueles problemas decorrentes do desenvolvimento industrial. Naquele contexto, as ideias em debate poderiam minimizar os problemas socioeconômicos. No entanto, sequer imaginavam que esse exemplo, posteriormente adotado pela humanidade, promoveria o crescimento e o desenvolvimento social e serviria como ferramenta combativa à desigualdade mundo afora.

Numa tarde brumosa de novembro de 1843, um grupo de pobres tecelões, sendo 27 homens e uma mulher — flâneiros, desempregados da cidade de Rochdale, próxima a Manchester (Inglaterra) — reuniu-se em um conselho, em uma “roda”, buscando meios e formas de fugir à miséria iminente e total. Inúmeras ideias surgiram, em calorosos debates, eram ali exaustivamente apresentadas. Uns propuseram o exílio e a emigração para a América. Outros, a rebelião, com a conquista dos direitos do povo, ainda que pelas armas. Falou-se em se tornarem mercenários, alistando em exércitos de outros países ou apelarem para a mendicância. Alguns, dois ou três dos presentes, de concepções socialistas, adeptos das ideias de Robert Owen e William King, sugeriram a criação de um armazém cooperativo de consumo (Oliveira, [20--d]).

O enfrentamento dos problemas e das desigualdades resultantes da sociedade capitalista deveu-se à iniciativa desses homens, que, à época, colaboraram decisivamente para o acesso ao consumo. No decorrer do tempo, novas formas de cooperativas foram surgindo, todas com o propósito de fomentar o desenvolvimento socioeconômico e, sobretudo, a valorização do ser humano, conforme já mencionado. Naturalmente, expandiram-se por todo o mundo, sob várias formas, assentadas nos princípios e valores de Rochdale.⁷⁴

Da Inglaterra para o Campo das Vertentes, em 1986, no município de São Tiago, também aflorou, em alguns sujeitos, a preocupação com a ausência de créditos entre os produtores rurais. Sua origem foi rural, mas esses produtores, se assistidos com a possibilidade do crédito, certamente

74 “Que maravilhosa invenção aquela, em que o produto final dependia da sinergia do trabalho de cada um. Foi nesse ambiente que nasceu a “Cooperação”, escrita com hífen, àquela época. A Co-operação foi a resposta de uma pequena e sofrida sociedade ante a opressão do capitalismo nascente. Os primeiros vinte e oito membros da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale têm a fama universal pela importância da obra que realizaram e pelo progresso maravilhoso da cooperação por eles estabelecida” (Sena, 2015).

contribuiriam para o desenvolvimento local e regional. Isso se deu em outros tempos, porém igualmente importante, tal qual em Rochdale.

Na Inglaterra, 28 tecelões ocuparam-se dos problemas decorrentes da Revolução Industrial. Da mesma forma, no interior mineiro, 22 homens também se uniram em prol da coletividade e fundaram as bases para o Cooperativismo,⁷⁵ hoje concretizado no Sicoob Credivertentes. No contexto da fundação, afirmou o Senhor João Pinto:

Na época, tínhamos a cooperativa de produção, que nos apoiou no início. Procuramos associados da cooperativa de produção. Cem convites foram feitos — a lei exige um mínimo de 20 associados, a recomendação da OCEMG era não fazer um convite muito amplo. Das cem pessoas, na Assembleia, apareceram 22. Alguns diziam que era coisa de louco!

Os “Pioneiros de São Tiago” perceberam a dificuldade do pequeno produtor de obtenção de crédito. E entenderam que isso era um entrave. E problemas devem ser resolvidos, preferencialmente, por pessoas. “A cooperativa é formada por pessoas. Há um problema: as pessoas se reúnem e tentam resolver aquele problema”, afirmou o entrevistado Senhor Luiz. Essa afirmação corresponde às reflexões de Alderico Sena (2015), ao constatar que: “a união de pessoas objetivando o crescimento de cada um, o alcance de maiores resultados, o aumento e a melhor distribuição de renda, o desenvolvimento da criatividade, a afirmação dos mesmos interesses e das mesmas dificuldades caracterizam a cooperativa”.

A preocupação com esses produtores possibilitou, conforme afirmou o Senhor Saulo, o acesso ao crédito, especialmente num contexto em que esses grupos eram dependentes de agências bancárias maiores. Essas agências, de modo geral, não “financiavam adequadamente” os pequenos produtores rurais e, se o faziam, os recursos não eram aplicados nos níveis locais e regionais. É importante destacar que essas agências bancárias possuem estratégias claras de controle nas regiões onde se instalam. De acordo com o artigo publicado por Walter de Oliveira (2021, p. 10), no informativo *A Sentinela*:

Em todos os lugarejos, vilas ou cidades do interior, existem ‘Correspondentes’, ‘Escritórios’ ou ‘Agências’ de Bancos sediados nas capitais. Para esses ‘Departamentos’, são encaminhadas as economias de toda a região por eles controlada. São os chamados ‘Departamentos de Depósitos’ na gíria bancária. Esses ‘Departamentos’ agem como verdadeiros drenos, coletando pequenas

⁷⁵ Esse subitem foi elaborado tendo por base entrevistas realizadas pela autora com pessoas envolvidas diretamente na fundação do Sicoob Credivertentes; na gestão da instituição; ou no desenrolar de sua história, sendo elas: João Pinto de Oliveira (membro-fundador e presidente do Conselho de Administração na Cooperativa); Senhor Raul Wilson da Mata (membro-fundador); Senhor Luiz Henrique Garcia (ex-diretor executivo financeiro da instituição); Senhor Elson Rocha Justino (diretor superintendente do Sicoob Central Crediminas) e Senhor Saulo Mascarenhas Ribeiro de Oliveira (presidente do Conselho de Administração do Sicoob Credicampo).

parcelas que são canalizadas para as suas Matrizes, onde recebem o destino mais conveniente aos interesses do estabelecimento.⁷⁶

Segundo o autor, a partir dessas estratégias, os lucros obtidos do trabalho dos moradores das pequenas vilas, distritos e cidades escoam para os grandes centros, mediatizados por determinadas instituições bancárias. Essa prática não favorece o crescimento local e regional, mas fortalece os grandes bancos. O dinheiro, que representa a mercadoria dos bancos, possui maior valor nas grandes cidades, por isso, as instituições avançam em direção aos pequenos municípios, a fim de captar recursos e enviar às suas sedes. Nesse ponto, quicá se justifica o atraso das pequenas localidades se comparadas aos grandes centros urbanos. Continuando suas reflexões, Walter de Oliveira argumentou:

O homem do campo trabalha duro, luta contra a carência de tudo que se compreende como conforto e recursos modernos, para prover as suas necessidades e, à custa de ingentes sacrifícios, economizar uma pequena parcela. O destino quase certo dessa pequena economia é a sua imobilização em conta a 'Prazo Fixo', na Agência do Banco que serve a sede do seu município ou distrito (2021, p. 10).

Nesse argumento, o autor destaca a dedicação da vida de um homem do interior para reunir um pecúlio e destiná-lo às agências bancárias, que, lamentavelmente, irão se aproveitar desse esforço para obtenção de lucro, sem se incomodar com o sacrifício do trabalhador para juntar suas economias. Concluindo, afirma que, em uma pequena cidade, a presença de unidades bancárias diversas não representa desenvolvimento, tendo em vista o emprego de estratégias de captação de recursos individuais dos moradores do interior e a aplicação nos grandes centros. Dessa forma, esgota-se a economia que poderia ser utilizada no crescimento local. Em muitos casos, as unidades do interior são utilizadas como trampolins para alcançar os grandes centros. Ao final, tais agências são fechadas, deixando os cidadãos desassistidos financeiramente.

A partir da reflexão do autor, nota-se que as estratégias das grandes agências são caracterizadas pela exploração do produto resultante do trabalho dos moradores do interior. Elas operam a favor de si, absorvendo a economia local, desconsiderando totalmente as necessidades dos pequenos municípios. Na mesma direção, Senhor João Pinto observou

A necessidade da comunidade de dispor de uma instituição financeira que fornecesse sustentabilidade, já que os bancos comerciais abertos em pequenas cidades, depois, desapareciam. Eles só tinham interesse imediato. A estratégia dos bancos comerciais era a seguinte: criar

⁷⁶ Artigo originalmente publicado no boletim *A Sentinela: Arauto das Aspirações Santiaguenses*, ano 1. nº 7, 2ª quinzena de fevereiro de 1954.

a chamada patente. Eles pediam autorização ao BC para abrir a unidade em pequenas cidades e, depois da agência aberta, ficavam ali algum tempo e levavam essa patente para os grandes centros. Só usavam as pequenas cidades como estratégia para chegar aos grandes centros.

De fato, a mola propulsora para a criação do sistema de crédito cooperativista partiu da realidade bancária enfrentada por moradores desses pequenos municípios. A visão utilitarista das agências bancárias não contribuía com o desenvolvimento local.⁷⁷ Conforme Senhor João Pinto destaca, isso se justificava, porque

Os bancos comerciais deixavam nas cidades representantes no sentido de captar a poupança local. Todo dinheiro local era levado para os bancos e, ao invés de ser aplicado nas cidades, gerar emprego e desenvolvimento, era transformado em capital dessas instituições. [Os moradores] eram atraídos através de poupança. Retirava-se toda pequena economia da cidade e se levava para os grandes centros. [Esses representantes] faziam totalmente o contrário do objetivo da cooperativa.

Diante dessas questões, os pioneiros de São Tiago, conhecedores e experientes no ramo do Cooperativismo, enfrentaram tais problemas com vigor. O Senhor João Pinto, como já mencionado, figurou-se como iniciador dessa empreitada. Nas palavras do Senhor Raul: “O João Pinto apareceu com a ideia, e eu dei o apoio”.

Inicialmente, conforme já demonstrado, atuaram de forma tímida, alojaram-se num pequeno espaço. Ao depois, o sonho alcançou dimensões inimagináveis. De acordo com o Senhor João Pinto, “a cooperativa, criada localmente, reteria a pequena economia local e a distribuiria no local. A ideia imediata era dispor a comunidade de uma instituição financeira própria”. Munido desse sonho, Senhor João e sua equipe foram os protagonistas desse empreendimento, na tentativa de solucionar um problema enfrentado pela ausência de crédito e de desenvolvimento local. Afinal, o objetivo central de uma instituição como essa prevê: “a geração do trabalho, da renda, da produtividade, do aumento de arrecadação de tributos para os municípios, estados e União e para a permanência do homem na sua região” (Sena, 2016).

No primeiro momento, segundo Senhor Raul, surgiram muitas dificuldades, uma série de exigências legais para implementação do sistema cooperativista, além de despesas com viagens, documentação e outras. No entanto, essas dificuldades não impediram que esses sonhadores seguissem adiante. Convocados os membros para a fundação da cooperativa, comentou Senhor Raul:

⁷⁷ Em São Tiago, as primeiras instituições bancárias sobre as quais há notícias são: Banco Rural de São Tiago e Banco Popular de São Tiago, em 1925 e 1928, respectivamente. Também em 1928, foi fundada a Caixa Rural de São Tiago. O Banco Agrícola Santiaguense, em 1931, e, por fim, a Cooperativa de Crédito Campo das Vertentes (1986). Mais informações podem ser obtidas na edição de abril de 2021, do boletim *Sabores e Saberes*.

Nós tínhamos que ir adiante. Então, chegou o dia da assembleia, com 22 companheiros, e fundamos uma cooperativa de crédito: Credivertentes. Quem deu o nome fui eu: estamos na região das Vertentes, então crédito das vertentes. Daí começou, com bons funcionários, com boa vontade, e o negócio virou o que é hoje.

No decurso do tempo, Senhor Raul mencionou as dificuldades impostas pelo BC e pelo Plano Collor, como já mencionado. Sobretudo, lembrou-se da resistência do grupo, especialmente, pelos esforços do Senhor João Pinto nas tratativas com o agente do BC. “João Pinto chegou nele e a coisa ficou difícil. Ele conversa, tem conhecimento, e, vamos dizer assim, poder”. Para o Senhor Saulo, João Pinto foi corajoso ao enfrentar os “dogmas”, o que o tornou fundamental no processo de continuidade da cooperativa de crédito.

Figura 26 – Fachada da Cooperativa em 1986



Fonte: Arquivo institucional

Assim, o entrevistado declarou: “João Pinto foi fundamental nesse processo, ao enfrentar corajosamente os desafios impostos à época”. Tratando da intervenção imposta pelo BC, Senhor João Pinto mencionou:

No Brasil, o processo de administração ainda é colonizador, repressivo, parasitário. Atua em favor da elite, dos grandes grupos, em detrimento da população. Nós temos que contrariar isso, é um direito constitucional. Somos reconhecidos como aquela cooperativa que rompeu, somos respeitados por isso.

Além dos problemas assinalados, naquele contexto e em momentos posteriores, pairava uma “ignorância” social diante das cooperativas. O desconhecimento anula as práticas voltadas para o crescimento mútuo. Se as pessoas conhecessem o real significado de um projeto cooperativista, nos âmbitos da distribuição igualitária dos lucros, da gestão democrática, dos projetos sociais e educacionais, certamente assumiriam outra postura, assinalou Márcio Port (2022, p. 21-22). Nesse ponto, Senhor João Pinto afirmou:

Quando abrimos em Barbacena, havia agências bancárias comerciais e do governo, mas não tinha cooperativa de crédito. Quando chegamos lá, a imagem do Cooperativismo era tão desgastada que levamos cinco ou seis anos para conscientizar, criar uma base de associados. O descrédito sobre o Cooperativismo era grande.

Essa desconfiança se assentava na falta de conhecimento da função das cooperativas. Havia dificuldade para que as pessoas aderissem à iniciativa, em grande parte, pela ignorância. “Quando se fala em direito, bem comum para todos”, afirmou Senhor João, existia o não saber generalizado. As pessoas não sabiam dos princípios que regem esse tipo de organização. Outro fator que interferia nesse descrédito relacionava-se ao insucesso das cooperativas ao longo do tempo na região. Nesse sentido, Senhor João Pinto argumentou:

A gestão da cooperativa era totalmente diferente de uma gestão comercial, comum, tradicional: é outra realidade, é como mudar da água para o vinho. Você tem de reciclar a sua postura de dirigente. Não havia uma cultura cooperativista, não se ensinava, as escolas de economia não ensinam nada de Cooperativismo. Para muita gente, é uma utopia o Cooperativismo.

Ao refletir sobre a trajetória da instituição que idealizou e ajudou a fundar, Senhor João Pinto referenciou os princípios do Cooperativismo, os quais, como dito, são a base do organismo cooperativista e foram elaborados pelos Pioneiros de Rochdale.⁷⁸ Reiterando, são eles: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade. Entre esses princípios norteadores, mencionou:

Todos participam, é democrática, participativa e emancipatória. Não há um dono único, todo associado é dono. O Cooperativismo revoluciona o conceito de propriedade, de poder. É uma autogestão, a sociedade gerindo. É preciso acreditar em si mesmo, na sua potencialidade. O Cooperativismo vai atender as necessidades locais.

⁷⁸ “O Regulamento (Estatutos) da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale e seus princípios ainda hoje são a base, praticamente intocável e inigualável, para a instituição e o funcionamento de uma cooperativa. Tão precisamente formulados que, passados quase dois séculos, são mantidos quase em toda a sua íntegra pelas cooperativas do mundo inteiro” (Oliveira, [20--d]).

Não se tratava apenas de um empreendimento financeiro, que buscasse unicamente o lucro. “O empreendimento cooperativo é diferente: ele surge da necessidade coletiva, e a coletividade se organiza para criar um empreendimento cooperativo que serve a ela”, afirmou Senhor Elson Rocha. Defensor do Cooperativismo, Senhor Elson continua a argumentar refletindo sobre as características do empreendimento bancário comum e os benefícios do cooperativo.

No empreendimento comum, o negócio é o centro, é o lucro; no empreendimento cooperativo, as pessoas são o centro, o lucro não é o propósito. Não existe um paraíso social, numa ruína econômica. A cooperativa é o meio, o fim é assegurado pela satisfação das pessoas. O Sicoob Credivertentes carrega, sobretudo, na pessoa do Senhor João Pinto, esse espírito cooperativo e não apenas o espírito do empreendimento econômico. Essa vinculação dos espíritos é que faz as cooperativas terem tanto sucesso hoje. O Sicoob é muito bem-sucedido sob a nossa avaliação!

O depoimento do Senhor Elson não deixa dúvidas sobre a finalidade social do empreendimento cooperativista. Ficou claro, nas palavras do entrevistado, que não é possível produzir a equidade num cenário de desigualdade econômica. Busca-se, sobretudo, a satisfação das pessoas, mais do que simplesmente o lucro. E o entrevistado atribui ao Senhor João Pinto o espírito cooperativista.

Da mesma forma que na Inglaterra, em São Tiago, o Cooperativismo nasceu de uma necessidade coletiva, a partir da qual, conforme destacou o Senhor Saulo, a própria comunidade se mobiliza para criar um empreendimento que atenda aos seus interesses — e não o contrário, em que as pessoas serviriam ao empreendimento. O Cooperativismo é, pois, uma visão que busca o crescimento do todo e não apenas do indivíduo. Nessa perspectiva, continua o entrevistado: “ela — a cooperativa — veio para resolver um problema, não apenas dos associados, mas das comunidades, mais do que uma organização, deveria se tornar um modelo de desenvolvimento econômico”.

Quanto ao projeto dos PAs, Senhor Elson destacou que a proposta seria atingir a totalidade das pessoas que residem nos pequenos municípios e distritos, afinal: “à medida que a sociedade tem consciência disso, haverá mais adesão. É obrigação de uma entidade que se denomina cooperativa levar o Cooperativismo a 100 por cento das pessoas, ou seja, a todas as pessoas”. Reitera que ela busca, sobretudo, a promoção das pessoas, salientando que:

Promove uma economia para todas as pessoas: capta recursos e tem a obrigação de operar nas mesmas localidades. A presença de uma cooperativa de crédito contribui para maior desenvolvimento econômico. Quanto menor é a

cidade, maior esse impacto, maior esse indicador, porque não são apenas os associados que são beneficiados, mas toda a comunidade. O dinheiro aplicado em empreendimento, conforme a natureza da cooperativa, favorece o desenvolvimento econômico: gera crédito que gera emprego, investimento, empreendimento, renda, riqueza, mais impostos, mais empregos (é um círculo vicioso e virtuoso na economia). As pessoas não associadas se beneficiam dessa presença. Não tenho dúvida de que a cooperativa Sicoob contribui onde está presente.

Por conta disso, acredita que o sistema cooperativista funciona, principalmente, em vista de seu propósito coletivo. Para Senhor Elson, a adesão completa ainda não foi possível pela falta de informação. “É um problema nosso de não comunicar adequadamente os benefícios cooperativistas, ou seja, fazer com que a informação chegue às pessoas”. Na mesma direção, Senhor Saulo atribuiu a falta de adesão à carência de divulgação do Cooperativismo, de seus benefícios sociais e econômicos, operados em favor da comunidade.

Numa perspectiva otimista, Senhor Raul percebe que o crescimento da cooperativa é uma constante. “A adesão ainda vai aumentar muito. Todos os dias, surgem novos sócios, não para”. O entrevistado chamou a atenção para a essencialidade do crédito: “não tem como movimentar hoje sem o crédito, é difícil. Todos necessitam de crédito, de apoio financeiro”. Essa possibilidade, facilitada pelo Sicoob Credivertentes, é responsável pelo crescimento local e regional. Senhor Raul conclui suas considerações da seguinte forma: “a Cooperativa possibilitou a evolução e o desenvolvimento. Havia uma cidade de São Tiago antes; e há outra agora, depois da instituição”.

A mudança de São Tiago foi acompanhada do crescimento do Cooperativismo. Nas palavras do Senhor João Pinto: “a cooperativa cresceu, deixou o espaço local e regionalizou (**Anexo A**). O entrevistado mencionou também que um fator de crescimento foi a criação do Sicoob e a adesão à central Crediminas. Em suas palavras:

Éramos cooperativas isoladas em pequenas cidades, que se confluíram, juntaram-se, formaram uma central, que hoje é a Crediminas. Essa central junto a outras criaram o Sicoob nacional. A redenção do Cooperativismo, o grande avanço aconteceu primeiro pela centralização financeira, o depósito de todas ir para a central (Crediminas). A maior delas foi a constituição do nosso banco (Sicoob), sexto maior sistema bancário do Brasil.

Com o tempo, elas cresceram com o fornecimento do crédito, resgatando o cerne do Cooperativismo. Nos mesmos termos, Senhor Elson afirmou que o Sicoob Credivertentes se projetou como uma das maiores cooperativas do estado, bem como do país. Nesse ponto, atribui esse crescimento à gestão eficiente: “sua gestão, liderada pelo Senhor João Pinto, é uma gestão bastante profissional”.

Essa preocupação com a gestão ficou evidente também na declaração do Senhor Luiz, que, ao assumir seu cargo nessa cooperativa, percebeu de imediato alguns problemas no campo da preparação profissional. Na instituição, seu papel foi, sobretudo, fomentar a qualificação profissional, além de cuidar de uma melhor adequação dos PAs. Nessa perspectiva, Senhor Luiz afirmou: “precisava de uma melhor estrutura física, financeira e econômica”. O entrevistado deixou claro que se identificou com a experiência da cooperativa de crédito, muito mais do que com a vivência bancária mantida com outros bancos. Além disso, atribuiu o crescimento e o sucesso da iniciativa à soma de vários fatores, entre eles, a aquisição de conhecimentos amplos por parte dos gerentes, possibilitada pela instituição. Esses conhecimentos são superiores àqueles adquiridos pelos gerentes do sistema bancário tradicional. Ao falar sobre isso, declarou: “a instituição bancária não é prejudicial, o mercado tem que ter as duas, no entanto, as cooperativas promovem o desenvolvimento local”.

Retomando a fala do Senhor Elson, a respeito do crescimento atual do Sicoob Credivertentes, o entrevistado afirmou ter se surpreendido, ao perceber que, na origem da cooperativa, as melhores expectativas foram superadas com o sucesso atual. “Somos muito mais do que nossos melhores sonhos”, afirmou Senhor Elson. Na mesma perspectiva, afirmou o Senhor Raul:

Hoje a gente já não conhece mais a cooperativa porque, quando cresce demais, a gente não tem a visão da totalidade. Ninguém esperava esse crescimento; ele ultrapassou as expectativas, extravasou o pensamento de todo mundo. Hoje é uma grande empresa, com mais de 200 funcionários. Isso é uma empresa, e grande, de muita responsabilidade. Graças a Deus, tudo tem dado certo. Começamos aqui com 22 e hoje não conheço vários funcionários. Tinha vontade de conhecer.

Em relação ao futuro da instituição, Senhor Elson afirmou:

Enquanto o Sicoob Credivertentes pertencer a um sistema, enquanto ela tiver uma gestão voltada para uma integração sistêmica e para uma gestão profissional e eficiente, focada nos associados e na preservação de seus valores cooperativistas, não tenho dúvida nenhuma de que o caminho é de crescimento. Obviamente, haverá um ou outro problema, um ou outro tropeço, mas que o caminho é sempre na constância de se consolidar como uma das mais importantes cooperativas do estado.

No campo social, Senhor Elson citou a parceria com a polícia militar, operando em favor da segurança pública em diversos municípios, executando “políticas públicas de interesse da sociedade”. Nessa pers-

pectiva, Senhor João Pinto ressaltou que o Sicoob Credivertentes, por ser genuinamente regional, deve-se pautar no “desenvolvimento sustentável local e regional, com a promoção na qual o ser humano está sempre em primeiro lugar, valorizando a cultura, a memória, as tradições, promovendo o ser humano, tirando-o da pobreza”. Percebe-se que a função da “Credi” extrapola a questão financeira creditícia, avançando para as questões sociais. “O Cooperativismo é uma doutrina que busca uma promoção do indivíduo e uma reforma da sociedade de forma integral, por meio da prática do humanismo, busca a plenitude do ser humano”, conclui.

Voltando-se para a questão pessoal, o Senhor Raul demonstrou saudosismo ao se lembrar do tempo em que atuou na gestão da cooperativa: “tenho saudade do tempo em que estive aqui como um dos diretores”. Afirmou ter trabalhado, nesse posto, seis anos ou mais. Hoje continua sendo um cooperado e rememorou, com orgulho, a sua participação na criação da instituição: “Me sinto honrado em ter sido um dos primeiros a construí-la”.

De modo pessoal, Senhor Elson falou da sua realização profissional e humana. Diante disso, destacou que uma das suas maiores conquistas está vinculada a um sistema de crédito que teve como origem a presença de poucos associados e, atualmente, favorece milhares de pessoas, que fazem circular bilhões de ativos. Boa parte desses cidadãos são pequenos empreendedores que se beneficiam com a melhoria de seus empreendimentos e das suas condições de vida. “Trabalhar pelo Cooperativismo é uma vocação que eu não abro mão”, concluiu Senhor Elson.

Da mesma forma, Senhor Saulo afirmou que, ao atuar no Sicoob Credivertentes, se sente útil para o crescimento coletivo. A cooperativa deve expressar a economia do município, por conta disso, concentrar os recursos para benefício da comunidade. Mencionou a pauta social como algo relevante, a necessidade de as instituições cooperativistas participarem intensamente em instituições filantrópicas. Esta seria, inclusive, uma forma de transformar o capitalismo lucrativo em capitalismo social.

Nesse sentido, Senhor João declarou: “Meu sonho é que tenhamos, em cada cidade, um núcleo voltado para a educação, social, de apoio para a comunidade. Ponto de encontro da comunidade onde se resgatam as tradições, os saberes e os fazeres, a cultura imaterial. Que haja também convênio com escolas, universidades, apoio ao cidadão”. E, particularmente, admitiu estar empolgado com a proposta social. “Criamos o setor de projetos sociais, com o qual estou mais animado, pois visa à educação financeira, empreendedora, ambiental, cooperativista e tecnológica”.

Da mesma forma, Senhor Luiz afirmou que os projetos sociais são fundamentais para consolidar os princípios do Sicoob Credivertentes, por isso os credibiliza. Sonha que essa iniciativa cresça cada vez mais, fortalecendo os propósitos da cooperativa e contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento da comunidade: “O setor social é quando se começa a mudar o patamar institucional, gera recursos e os insere nas ações da comu-

nidade (financeira e técnica)”. Outra questão importante mencionada pelo Senhor Luiz, e que pode ser considerada um sonho pessoal, é a integração do sistema cooperativo da região, sem a pulverização existente. “Podíamos nos tornar um só organismo. Imagine como nos fortaleceríamos! Quantos milhões de ativos poderíamos gerir em conjunto!”, relata empolgado.

Diante dessas declarações, pode-se considerar que esses indivíduos, envolvidos na fundação e na gestão dessas atividades cooperativistas, dedicaram e/ou ainda dedicam boa parte de suas vidas aos projetos do Sicoob Credivertentes, da Credicampo e da Crediminas. Essa constatação leva a crer que os Pioneiros de São Tiago abraçaram as ideias dos Pioneiros de Rochdale e, a partir da necessidade de crédito, envolveram-se com a comunidade de modo integral, aderindo fielmente aos princípios disseminados pelos tecelões ingleses. E nisso materializam-se as múltiplas funções da cooperativa com raízes são-tiaguenses, que tem se desenvolvido exponencialmente na região e fora dela.

Voltando-se aos princípios do Cooperativismo, Senhor João Pinto menciona os Tecelões de Rochdale e enfatiza a importância daquela iniciativa, ao declarar que a cooperativa deve ter como objetivo

Uma visão humanista: a centralidade do ser humano, a dignificação do ser humano, o que está nos Pioneiros de Rochdale. O que eles escreveram foi uma coisa fantástica, iluminada. Uma ideia que surge a cada mil anos e não saiu da cabeça de sábios, mas da mente de humildes tecelões. Ali está tudo: a educação, a integralidade do ser humano, a preocupação com a ancoragem intergeracional. Eu sou responsável pela geração de amanhã. A dificuldade são as pessoas assimilarem isso. Isso leva tempo. Venho debatendo isso há décadas: vamos trabalhar com o Cooperativismo: promover o social utilizando o econômico. O econômico é meio e não o fim.

Esse comentário pode ser conclusivo, na medida em que se refere à ação dos Pioneiros de Rochdale, considerando-a a atividade geradora da prática cooperativista que se tornou uma normativa pelo mundo. Indubitavelmente, os Pioneiros de Rochdale contribuíram com a sociedade naquele contexto e tornaram-se modelos para o mundo. E a humanidade pôde acolher essas experiências e aplicá-las no seu tempo. Essa aplicação pode ser visualizada na grandeza dos Pioneiros de São Tiago (**Anexo B**), que, sensibilizados pela ausência de crédito rural, buscaram meios para tornar possível o crescimento local e regional e, de fato, conseguiram.

Que atitudes como essas — dos Pioneiros de Rochdale e dos Pioneiros de São Tiago — encontrem eco na sociedade, para que todos possam entender que o crescimento econômico igualitário depende da solidariedade e da coletividade.

4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indubitavelmente, não se concebe uma vida em sociedade sem o interesse e as ações das pessoas que se preocupam com a necessidade coletiva, agem além do interesse individual e lutam a favor do bem comum. Essa ideia sustentou a prática dos Pioneiros de Rochdale e disseminou-se pelo mundo, carregando em si os mesmos princípios geradores pelos tecelões ingleses. Independentemente do espaço e do tempo em que ocorreram e ocorrem essas ações, elas possuem um mesmo objetivo: contribuir para a igualdade socioeconômica das gentes.

As ações pautadas no desenvolvimento coletivo não se tornam obsoletas, ao contrário, devem ser atualizadas constantemente, pois demonstram que não é possível viver isoladamente. Por isso, retomam-se, como reflexão conclusiva, os princípios norteadores dos Pioneiros de Rochdale. A individualidade, marca indelével do ser humano, deve nos tornar conscientes de que o nosso papel é indispensável na dinâmica da vida, especialmente no que diz respeito à adesão às causas superiores, as quais têm como objetivo a promoção do bem comum. Diante disso, o engajamento com essas causas deve ser “voluntário e livre”.

As pautas de nossas ações devem partir da democracia, pela qual todos têm os mesmos direitos, tendo a igualdade como premissa. Daí, as proposições que têm como cunho o Cooperativismo devem ser regidas por uma “gestão democrática”. Aqueles que se tornam membros dessas instituições humanitárias devem dispor de parte de seus bens, para que haja de fato compartilhamento, por meio da “participação econômica dos membros”. Tais atitudes têm como pressuposto a promoção da “autonomia e da independência” entre seus membros e buscam cooperar, sobretudo, para a “educação, a formação e a informação” de todos. Essas ações desvencilham-se, pois, dos objetivos pessoais para promover o crescimento e o desenvolvimento coletivo. Dessa forma, o resultado será a existência da “intercooperação e do interesse pela comunidade”.

Esses princípios foram fundamentais no enfrentamento da realidade inglesa, em 1844, na qual a desigualdade acentuou-se por meio da industrialização. Tendo por base os mesmos valores, os Pioneiros de São Tiago transformaram a sua realidade diante da ausência de crédito rural, além de estenderem as ações para outras esferas humanas, considerando a necessidade financeira e social das gentes no interior mineiro.

O nome da região de atuação, como dito, inspirou as ações do Sicoob Credivertentes. No sentido original do termo, Campos das Vertentes faz referência às “águas vindas de nascentes que escorrem pelas vertentes”. Metaforicamente, é possível afirmar que os sonhos do desenvolvimento e do crescimento regional vieram pelas nascentes de ideais humanos e têm desaguado na vida das pessoas, fomentando o emprego, o empreendimento, a educação, a cultura, a sustentabilidade e a consciência ambiental, além de proporcionar conforto aos associados, com o atendimento nos pequenos municípios, característicos dessa região.

O sonho de alguns poucos homens (22 precisamente) tornou-se a realização de muitos, a porta de entrada para investimentos, geração de

renda, crescimento pessoal e comunitário. O desenvolvimento dos pequenos municípios onde foram instaladas as agências da cooperativa, bem como de outras cooperativas semelhantes, é visível e nos leva a acreditar que ações pautadas na coletividade e que visam o bem comum são transformadoras da realidade.

Por fim, resta crer que exemplos como esses podem estimular mais ações que se comprometam com a vida em sociedade. Se, na Inglaterra de 1844, os ideais corporativistas se originaram, tornando-se exemplo para o mundo, em São Tiago de 1986, lançaram-se as bases para uma real “experiência de Rochdale no Campo das Vertentes”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Galeano Germano. **Cooperativismo**. SEAGRI – SUDECOOP: Belo Horizonte, 1983.

ALVES JÚNIOR, Almiro. **A institucionalização do Cooperativismo de Crédito solidário em Minas Gerais**. 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa: Viçosa, 2018. Disponível em: <https://locus.ufv.br/items/51daa6ce-4d22-4116-b9c3-b90e6b6388cdhttps://locus.ufv.br/items/51daa6ce-4d22-4116-b9c3-b90e6b6388cd>. Acesso em: 22 jan. 2026.

AGERGS. Diretoria de Tarifas e Estudos Econômicos Financeiros. **Nota Técnica 15/2007**: remuneração do capital. Aglomeração Urbana do Sul. Rio Grande do Sul: AGERGS, 2007. Disponível em: [https://agergs.rs.gov.br/upload/nt1507DT\(1\).pdf](https://agergs.rs.gov.br/upload/nt1507DT(1).pdf). Acesso em: 28 jan. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Modelo de negócios de Cooperativas de Crédito**: Estudo Especial nº 83/2020. Brasília: BCB, 2020. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE083_Modelo_de_negocios_de_cooperativas_de_credito.pdf. Acesso em: 23 jan. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Crescimento das Cooperativas de Crédito**: relatório de economia bancária. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2020. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boxe_relatorio_de_economia_bancaria/boxe_6_crescimento_cooperativas.pdf. Acesso em: 23 jan. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 11, de 20 de dezembro de 1965**. Dispõe sobre as normas relativas às Cooperativas de Crédito. Banco Central do Brasil: Rio de Janeiro, 1965. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1965/pdf/res_0011_v1_o.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 15, de 28 de janeiro de 1966**. Dispõe sobre normas relativas a contas, depósitos bancários e regras para instituições financeiras. Banco Central do Brasil: Rio de Janeiro, 1966. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1966/pdf/res_0015_v1_o.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994**. Aprova regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, à instalação de dependências e à obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau

de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Banco Central do Brasil: Brasília, 1994. Disponível em: https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/43270/Res_2099_v1_O.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de bancos comerciais com participação exclusiva de Cooperativas de Crédito. Banco Central do Brasil: Brasília, 1995. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2193_v2_p.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução nº 2.788, de 30 de novembro de 2000. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de bancos comerciais e bancos múltiplos sob controle acionário de cooperativas centrais de crédito. Banco Central do Brasil: Brasília, 2000. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2000/pdf/res_2788_v1_o.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução nº 3.106, de 25 de junho de 2003. Dispõe sobre os requisitos e procedimentos para a constituição, a autorização para funcionamento e alterações estatutárias, bem como para o cancelamento da autorização para funcionamento de Cooperativas de Crédito. Banco Central do Brasil: Brasília, 2003. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2003/pdf/res_3106_v1_o.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução nº 3.321, de 30 de setembro de 2005. Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, alterações estatutárias e o cancelamento de autorização de cooperativa de crédito e sobre a realização de auditoria externa em cooperativa singular de crédito. Banco Central do Brasil: Brasília, 2005. Disponível em: https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/48353/Res_3321_v1_O.pdf. Acesso em: 8 out. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução nº 4.150, de 30 de outubro de 2012. Estabelece os requisitos e as características mínimas do fundo garantidor de créditos das cooperativas singulares de crédito e dos bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Banco Central do Brasil: Brasília, 2012. Disponível em: https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/49088/Res_4150_v1_O.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

BARROS, José D' Assunção. Charles Fourier, os falanstérios e a crítica à civilização industrial. **Revista de Investigaciones Políticas y sociológicas**, Santiago de Compostela, v. 15, n. 2, p. 223-238, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão número 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais números 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903**. Faculta aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1903. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-979-6-janeiro-1903-584238-publicacaooriginal-107004-pl.html>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 1.503, de 12 de novembro de 1962**. Suspende, temporariamente, as concessões de autorização de funcionamento ou o registro de novas Cooperativas de Crédito ou com Seção de Crédito, e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho de Ministros, 1962. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-1503-12-novembro-1962-352676-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 90.393, de 30 de outubro de 1984**. Cria a Secretaria Nacional de Cooperativismo, no Ministério da Agricultura, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90393-30-outubro-1984-440691-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jan. 2026.

BRASIL. **Lei complementar nº 130, de 17 de abril de 2009**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp130.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. **Lei complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022**. Altera a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 (Lei do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo), para incluir as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito entre as instituições integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições a serem autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp196.htm. Acesso em: 7 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da

República, 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm. Acesso em: 13 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL ESCOLA. Encilhamento. **Brasil Escola**, Goiânia, [20--]. Disponível em: <https://shre.ink/5M6Y>. Acesso em: 28 dez. 2023.

CAMPO DAS VERTENTES. *In*: WIKITRAVEL: the free travel guide. Disponível em: https://wikitravel.org/pt/Campo_das_Vertentes. Acesso em: 6 maio 2023.

CARVALHO, Ângela da C.; SALES, João Eder. Cooperativa de crédito: histórico e evolução da legislação. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, São Gotardo, Centro de Ensino Superior São Gotardo, n. 3, p. 20-35, jan./jun. 2011.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia N.; RODRIGUES, Édna Rabelo Q. **Cooperativa**. Brasília: SEBRAE, 2014.

CENTRO DE MEMÓRIA ALFA/MAXICRÉDITO - CEMAC. **Fundação da Cocecrer**. Passos Fortes, [20--a]. Disponível em: <https://cemac.coop.br/>. Acesso em: maio 2023.

CENTRO DE MEMÓRIA ALFA/MAXICRÉDITO - CEMAC. **Linha do tempo: Sicoob, MaxiCrédito**. Passos Fortes, [20--b]. Disponível em: <https://cemac.coop.br/>. Acesso em: dez. 2022.

CONHEÇA a história do Padre Theodor Amstad e seu legado para o Cooperativismo brasileiro. **Portal do Cooperativismo Financeiro**, 6 jul. 2020. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2020/07/conheca-a-historia-do-padre-theodor-amstad-e-seu-legado/> Acesso em: 29 jan. 2026.

COOPANEST-MG. **Cooperativismo**. Disponível em: <http://www.coop-anestmg.com.br/>. Acesso em: 29 dez. 2023.

COOPERATIVISMO de Crédito movimenta R\$ 18 bilhões em Minas Gerais. **Cooperativismo Financeiro**, 30 ago. 2018. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2018/08/cooperativismo-de-credito-movimenta-r-18-bilhoes-em-minas-gerais/>. Acesso em: 6 maio 2023.

COOPERATIVISMO de Crédito no Brasil. **Sabores e saberes: Boletim Cultural e Memorialístico de São Tiago e Região**, São Tiago, ano 5, n. 57, p. 6, ago. 2016.

CORREA, Ana Carolina M. Louis Blanc – economista. **JusBrasil**, 24 ago. 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/louis-blanc-economista/376858488> Acesso em: maio 2023.

CREDIVERTENTES. **Siccob Credivertentes**: 30 anos de portas sempre abertas. São Tiago, MG: Sicoob Credivertentes, 2016.

CREDISUDESTE. **História do Cooperativismo**. [S. l.: s. n.], [20--].

DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. **Vontade de saber**: história. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

EMPRESA JÚNIOR DE GESTÃO DE COOPERATIVAS E COOPERATIVISMO – CAMPIC/UFV. A história do Cooperativismo. **Campic**, Viçosa, 30 out. 2017. Disponível em: <https://www.campic.ufv.br/a-historia-do-cooperativismo/>. Acesso em: 7 jul. 2023.

EQUIPE CONEXÃO. História do criador do Cooperativismo: Friedrich Wilhelm Raiffeisen. **Conexão**, 15 mar. 2018. Disponível em: <https://conexao.segurosunimed.com.br/historia-do-criador-do-cooperativismo-friedrich-wilhelm-raiffeisen/>. Acesso em: 29 dez. 2023.

FERREIRA, Marcos A. Marques; GONÇALVES, Rosiane M. Lima; BRAGA, Marcelo José. Investigação do desempenho das Cooperativas de Crédito de Minas Gerais por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA). **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 425-445, jul./set. 2007.

GRAÇA FILHO, Afonso de A. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais**: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

HOLYOAKE, George Jacob. **Os 28 tecelões de Rochdale**: história dos Probos Pioneiros de Rochdale. Rio de Janeiro: GB, 1933.

HISTÓRIA bancária de Minas Gerais. **Sabores e Saberes: Boletim Cultural e Memorialístico de São Tiago e Região**, São Tiago, ano 14, nº 163, p. 4-7, abr. 2021.

HISTÓRIA do Cooperativismo de Crédito no Brasil. **Portal do Cooperativismo Financeiro**, 2016. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo-2/historia-do-cooperativismo/historia-no-brasil/> Acesso em: 26 jan. 2026.

INSTITUIÇÕES financeiras com sede em São Tiago. **Sabores e saberes: Boletim Cultural e Memorialístico de São Tiago e Região**, São Tiago, ano 14, nº 163, p. 8, abr. 2021.

LADEIRA, Rogério. A hora do produtor. **Vertentes Cultural**, São Tiago, ano 2, n. 3, p. 18-20, dez. 2014.

MARRA, Adriana Ventola. **História do Cooperativismo**. Aula 2. E-Tec Brasil: Associativismo e Cooperativismo, 2012.

MEINEN, Enio. Sobre paradigmas, inovação e o resgate do precedente cooperativo. **Portal do Cooperativismo Financeiro**, 16 jun. 2019. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2019/06/sobre-paradigmas-inovacao-e-o-resgate-do-precedente-cooperativo-por-enio-meinen/>. Acesso em: 23 jan. 2026.

MENDES, Thiago; TRETER, Jaciara. **Aplicações financeiras e o ato cooperativo: um estudo em duas Cooperativas de Crédito**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, 2017.

O COOPERATIVISMO de Crédito ressurge. **Cemac**, Passos Fortes, [20--]. Disponível em: <https://cemac.coop.br/ltsicoob/o-cooperativismo-de-credito-ressurge/>. Acesso em: 27 jan. 2026.

OKABAYASHI, Maurício; HUPPES, Cristiane Mallmann; SILVEIRA, Gabriela Borges; FARIAS, Robson Benedito. *Cooperativismo de Crédito rural em foco, à luz da análise da Demonstração do Valor Adicionado (DVA)*. In: **CONGRESSO UFU DE CONTABILIDADE**, 1., 2015, Uberlândia. **Anais [...]** Uberlândia: UFU, 2015. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/809438/universidade-federal-da-grande-dourados?> Acesso em: 26 jan. 2026.

OLIVEIRA, João Pinto de. **Dificuldades enfrentadas pela CREDI – queda de movimentação operacional-financeira e desgaste de imagem**. [S. l.: s. n.], 2000.

OLIVEIRA, João Pinto de. **A voz do Cooperativismo de Crédito sob o olhar, o divagar e o caminhar de um dirigente: a saga do Sicoob Credi-vertentes**. São Tiago: [s. n.], 2021.

OLIVEIRA, João Pinto de. **Cooperativismo e cenário de mudanças**. [S. l.: s. n.], [20--a].

OLIVEIRA, João Pinto de. **Cooperativismo: modelo econômico inovador**. [S. l.: s. n.], [20--b].

OLIVEIRA, João Pinto de. **Cooperativismo, o que é.** [20--c].

OLIVEIRA, João Pinto de. **Os Probos Pioneiros de Rochdale.** [S. l.: s. n.], [20--d].

OLIVEIRA, Walter. Prazo fixo. **Sabores e saberes: Boletim Cultural e Memorialístico de São Tiago e Região**, São Tiago, ano 14, n. 163, p. 10, abr. 2021.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativa de crédito:** história da evolução normativa no Brasil. 3. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2005.

PORT, Márcio. **Cooperativismo financeiro:** uma história com propósito. Brasília, DF: Confefras, 2022.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **Cooperativismo:** história do Cooperativismo. São Tiago: Sicoob Credivertentes, 2022.

PROJETO “Minas + Vertentes” desenvolvido pelo Sicoob Credivertentes ganha repercussão. **Sabores e saberes: Boletim Cultural e Memorialístico de São Tiago e Região**, São Tiago, ano 14, n. 161, p. 20, fev. 2021.

RESENDE, José Venâncio. Sicoob Credivertentes inaugura sua primeira agência na capital mineira, Belo Horizonte. **Jornal das Lajes**, Resende Costa, 21 jan. 2018. Disponível em: <https://www.jornaldaslajes.com.br/integra/sicoob-credivertentes-inaugura-sua-primeira-agencia-na-capital-mineira-belo-horizonte/2368>. Acesso em: 4 jul. 2023.

RODRIGUES, Roberto. A Segunda onda Cooperativa: o que é uma cooperativa? **Portal do Cooperativismo Financeiro**, 10 mar. 2014. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2014/03/a-segunda-onda-do-cooperativismo-por-roberto-rodrigues/>. Acesso em: 28 jan. 2026.

SABORES E SABERES: Boletim Cultural e Memorialístico de São Tiago e Região. São Tiago, ano 14, n. 161, fev. 2021.

SALES, João Eder. Cooperativismo: origens e evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, São Gotardo, Centro de Ensino Superior de São Gotardo, n. 1, p. 23-34, jan./jun. 2010.

SENA, Alderico. Cooperativismo instrumento educacional para organização social. **Tribuna da Bahia**, Bahia, 2011. Disponível em: <https://www.aldericosena.com/cooperativismo>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SENA, Alderico. Breve histórico do Cooperativismo. **Jornal Notícias Livre**, Bahia, 2015. Disponível em: <https://www.aldericosena.com/cooperativismo>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SENA, Alderico. Cooperativismo é a solução. **Jornal Notícias Livre**. Bahia, 2016. Disponível em: <https://www.aldericosena.com/cooperativismo>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SICOOB CENTRAL CREDIMINAS. **Cooperativismo**: unindo forças para crescer. Belo Horizonte: Sicoob Central Crediminas, [20 --?].

SICOOB Credivertentes inaugura nova sede em Resende Costa. **Jornal das Lajes**, Resende Costa, 19 nov. 2015. Disponível em: <https://www.jornaldaslajes.com.br/integra/sicoob-credivertentes-inaugura-nova-sede-em-resende-costa/1755>. Acesso em: 16 jun. 2023.

SICOOB CREDIVERTENTES. **Estatuto Social da Cooperativa de Crédito Credivertentes LTDA**. São Tiago: Sicoob Credivertentes, 2023. Disponível em: https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcredivertentes/balancos-contabeis/-/document_library/squBDhTD3JfD/view_file/280302651 Acesso em: 23 jan. 2026.

SILVA, Arnaldo. As cidades das 3 microrregiões dos Campos das Vertentes. **Conheça Minas**, [20--]. Disponível em: <https://www.conhecaminas.com/2017/02/12-lindas-cidades-do-campo-das-vertentes.html>. Acesso em: 6 maio 2023.

SISTEMA OCB. **História de Cooperação**: 366 Cooperativas Brasileiras que constroem um mundo melhor. Brasília, DF: Sistema OCB, [20--]. Disponível em: <https://sistemaocemg.coop.br/wp-content/uploads/2020/02/ocemg-publicacoes-historias-da-cooperacao.pdf> Acesso em: 23 jan. 2026.

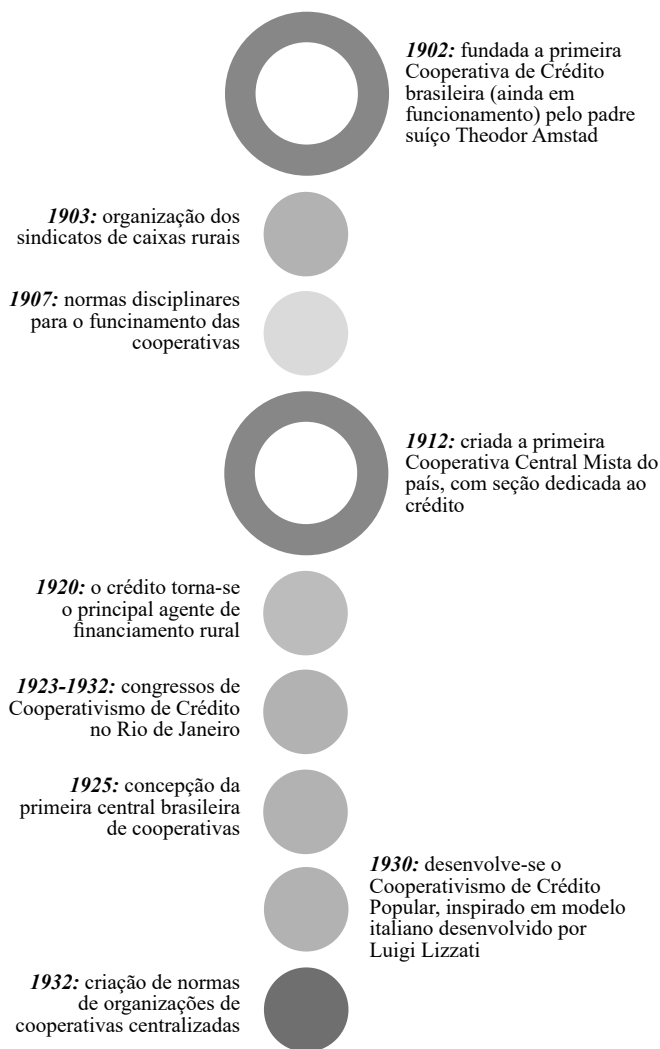
SOBRINHO, Luciele. A história do Cooperativismo. **Campic**, Viçosa, 30 out. 2017. Disponível em: <https://www.campic.ufv.br/informativos/a-historia-do-cooperativismo/>. Acesso em: 22 out. 2022.

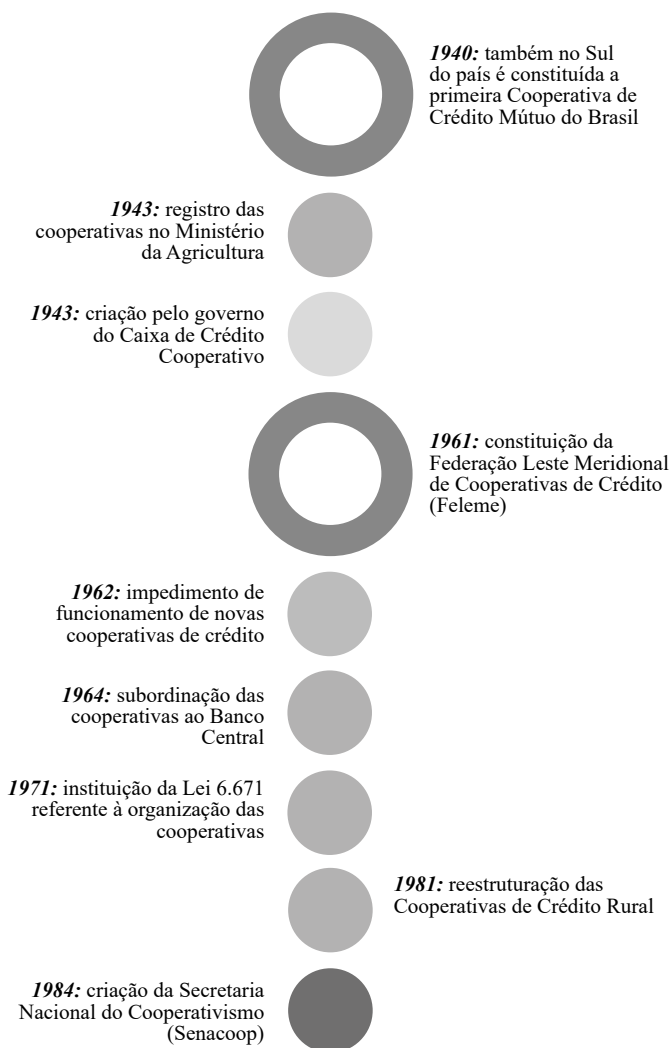
VERTENTES CULTURAL: a Revista do Sicoob Credivertentes. São Tiago, ano 2, n. 3, dez. 2014.

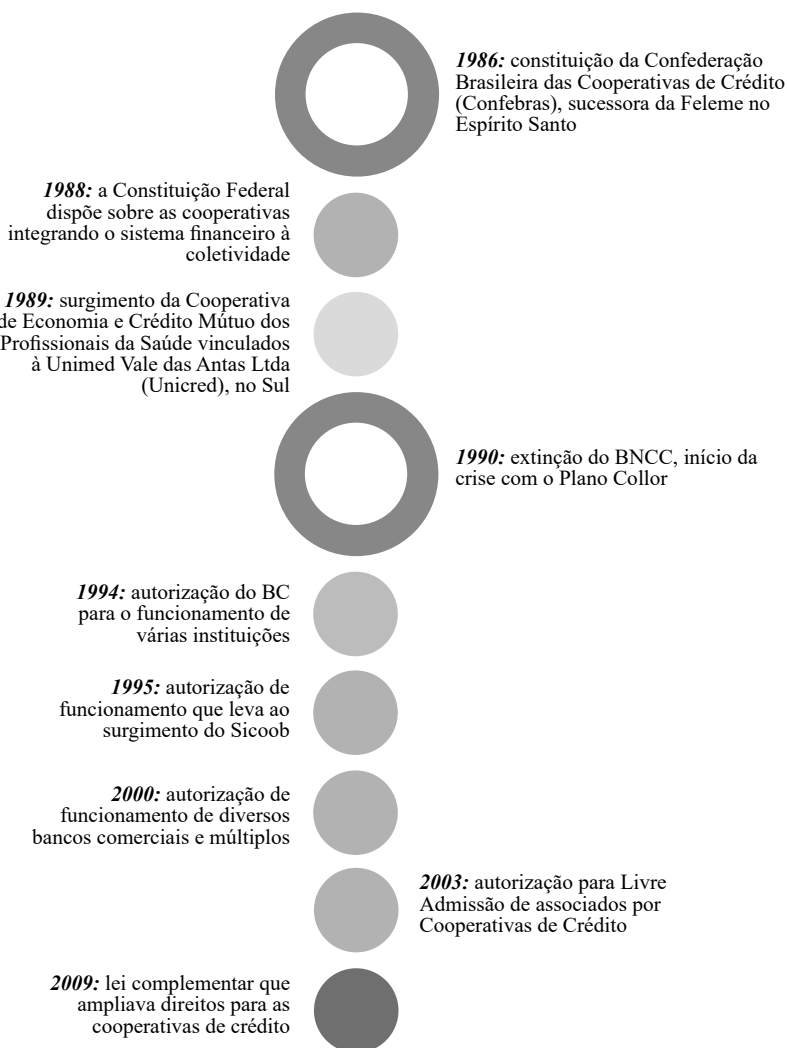
VERTENTES CULTURAL: a Revista do Sicoob Credivertentes. São Tiago, ano 3, n. 5, dez. 2015.

ANEXO A

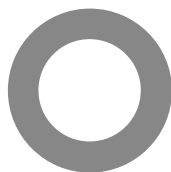
EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL



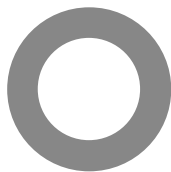




2012: declarado pela ONU
como o Ano Internacional das
Cooperativas



2012: proposição às cooperativas para
contribuição do Fundo Garantidor de
Cooperativas de Crédito



2022: atualizada a Lei nº 130/09,
dispondo sobre o Sistema Nacional
de Crédito Cooperativo; reiteração
do apoio do Banco Central ao
Cooperativismo de Crédito

ANEXO B

HOMENAGEM AOS SEMEADORES DO COOPERATIVISMO

“Um sonho que se sonha só é um sonho só” (Fernando Pessoa).

Éramos, somos todos sonhadores. Semeadores sempre. Homens e mulheres que semearam seus sonhos em comum, porém. A convivência com os problemas — nossa entropia constante — tem nos acompanhado e continua a nos impulsionar ao crescimento, em direção à sintropia. A neve e as tempestades matam as flores, mas nada podem contra as sementes”; diz-nos o grande poeta libanês Kahlil Gibran. Órfãos do progresso, esquecidos pelo Poder, sitiados em pequenas e médias comunidades, homens e mulheres (que se viram) tocados pela ânsia de solução local, autóctone, democrática, em que fossem gerados negócios e criadas condições mínimas de sustentabilidade econômica e social, concebendo-se condições dignas de trabalho, renda e bem-estar comum. A busca, por vezes, quicá utópica, de se desenvolver cenários alternativos para o hoje e o amanhã. A mente inquieta, o olhar a pervagar o horizonte, mãos ansiando por outras, para que, unidas, revigoradas, materializassem formas de crescimento, de transformação da realidade circundante.

O sonho desfraldado, sob a bandeira do Cooperativismo, se fez saga, motivando cidadãos, despertando posicionamentos, sacudindo a letargia vigente, sensibilizando corações, avivando a memória no intuito de se crescer, de participar, de desenvolver a comunidade — de fazer diferença, de mudar o caráter individual fracionário, passivo para um comportamento coletivo, integral, proativo, extirpando-se o temor atávico e o comodismo. O conceito de se reunir a parca economia local, de se agrupar os dispersos recursos financeiros da comunidade, por meio de uma cooperativa de crédito, e daí prospectar negócios, estimular o empreendedorismo, criar um mecanismo de ascensão e emancipação social-econômica local e regional.

Uma dolorosa luta, uma epopeia vivenciada por todos os líderes, que, ao longo dessas três décadas, singraram mares de dificuldades, arrojaram tempestades, sobreviveram às intempéries, lutando quantas vezes contra toda sorte de adversidades, e hoje são lembrados pelo sistema. A desconfiança e, por vezes, a exposição à zombaria, à execução pública ao se lançar a ideia da criação de um “banco”, uma “caixa rural” na comunidade. A luta contra a burocracia oficializada do “nada pode”, ameaças vivas de represálias, sequelas de processos, arbítrios... Batalhas homéricas para se instalar a cooperativa, pela captação de depósitos remunerados, pela abertura de PACs, pelo atendimento universalizado, em regiões totalmente desassistidas então — e ainda — pelo sistema financeiro convencional, seja ele oficial ou privado. Orgulho para todos nós, ao vermos espalhadas por centenas de comunidades de nossas gerais, dos grandes centros às mais distantes localidades, as agências com a marca Sicoob. Nossa missão, modéstia à parte, vai além do Cooperativismo. Somos semeadores de uma nova humanidade, de

uma nova era embasada nos valores maiores e cristãos da solidariedade, da maturidade democrática, da justiça, da harmonia social, da ética. Fomos e somos revolucionários, audaciosos dons quixotes, que soubemos resgatar e canalizar as mais absconditas forças de nosso interior, legando à comunidade essa obra portentosa de empreendedorismo popular-coletivo.

Somos semeadores de uma doutrina sublimada que pratica o pluralismo, o interculturalismo, a tolerância, o humanismo, com respeito ao indivíduo, a toda diversidade social, cultural, étnica, confessional. Uma filosofia que aproxima, funde, alquimia elevada, apurada com o ouro da ética, da transparência, do compartilhamento harmonioso de deveres e direitos, de experiências e de valorações, em que a identidade é respeitada, a fraternidade é aprimorada, a solidariedade é exaltada em prol da constituição de uma humanidade superior — modelagem de uma civilização de pleno bem-estar social.

Segundo Lavergne⁷⁹, a ordem cooperativa é a única que pode satisfazer as aspirações cardiais da modernidade, porquanto preconiza a equidade na repartição da riqueza e a plena manutenção das liberdades individuais. Democracia econômica e político-social plena. Os novos tempos reagirão e já o fazem às ações do capitalismo selvagem, da predação ambiental e da violação da ética. Temas como bem-estar coletivo, sustentabilidade, justiça social, empregabilidade, responsabilidade social, ambiental e cultural são inegociáveis dentro da nova ordem mundial e da qual a sã doutrina cooperativista é vanguardista, pioneira!

Orgulhamo-nos de estar a serviço de um novo tempo, por conduzirmos a bandeira de um movimento que valoriza raízes, seculares heranças culturais, uma vez que o espírito da cooperação existe desde os albores da civilização, consorciado, ao longo do tempo, em particular nos dias atuais, com o que há de mais moderno, com processos que interpretam/interpenetram o mundo pela ótica da mais avançada tecnologia, da inovação e da evolução das ciências, das artes, da cultura, da memória e do pensamento universal. Eis-nos em cada rincão, desde o mais isolado de nossos postos de atendimento por essas Gerais roseanas até unidades de atendimento em grandes centros — um sistema que une postura personalizada, afetiva, efetiva, solidária, convalidado pelos mais avançados padrões tecnológicos. O pó das nossas passadas, a poeira levantada de nossas botas interioranas, o fulcro da terra aberta a que lançamos sementes, metamorfoseadas ora nas luzes brilhantes de nosso pujante sistema creditício, agências ornadas, ciências e tecnologia agregadas, engenho e pujança de colaboradores e associados celebrados.

Perguntamo-nos, por vezes: como explicar essa chama ardente, patriótica, sacrificial, avivada na pira sagrada do dever maior, do exercício da cidadania, em que muitos abdicamo-nos de interesses pessoais, de

79 Bernard Lavergne (1885–1960) foi um jurista e economista francês, reconhecido como um dos principais teóricos do Cooperativismo no século XX. Defendeu o Cooperativismo como uma forma de organização econômica capaz de conciliar justiça social, eficiência produtiva e preservação das liberdades individuais. Suas ideias encontram-se sistematizadas na obra *A ordem cooperativa*, publicada em português, na qual o autor apresenta o Cooperativismo como alternativa estrutural ao liberalismo econômico e ao coletivismo estatal.

nossos bens de ordem natural, até familiares, servindo à coletividade, à prosperidade e ao engrandecimento comum, via Cooperativismo? Como conseguimos superar tamanhas deficiências e limitações particulares (de meio, de conhecimentos, de cultura), edificando uma obra portentosa que exalta o valor da cooperação, da união, da voluntariedade e nos dignifica a todos? Permitimo-nos recorrer a Virgílio: *Labor omnia vincit improbus* (“O esforço próprio vence as imperfeições”)⁸⁰.

Momento de festejos, de vindima, de regozijo dentre o intervalo da colheita, como faziam os campônios e os povos agrários de todos os tempos. Tempo de mineiridade, de exaltarmos, sob a égide cooperativista, os louros e os feitos do homem mineiro. Presente e passado entrelaçados: “O acontecido é como as horas antigas que ficaram mais perto da gente” (Guimarães Rosa). Somos todos filhos da imensa pátria mineira, portadores da musicalidade, da poesia, da poeira, das curvas das estradas, dos vales, das veredas, das armadilhas e das epopeias de cada jornada, encantados e encantadores.

Mineiros legítimos ou radicados, da gema. “O mineiro, um enigma”, já dizia Fernando Sabino. “O ensimesmado mineiro tem suas antenas voltadas para fora” (Sylvio Vasconcellos). Retraído, ponderado, sóbrio, moderador, inteligente é também um rebelde, desconfiado, insubmisso, fruto da secular luta contra a tirania. A decadência das minas, o patíbulo e o holocausto de Tiradentes geraram no mineiro uma impetuosidade temperada, uma harmonia dentre a desordenação, tornando-o um revolucionário conciliador, um empreendedor que transformou fazendas, siderúrgicas, fábricas em suporte econômico da então Província e da Nação. A montanha é-lhe um reservatório de valores morais. Um ser barroco, por excelência. As muitas Minas. A Minas de contrastes, Minas plural, paradoxal, dos rios, encruzilhadas, vales, mas integrada, inteira, depositária do saber, expressão de intelectualidade, racionalidade, habilidade e pragmatismo dos políticos nativos. Minas como detentora do germen da nacionalidade, onde primam o conceito sacralizador, o apelo ao sacrifício, a imagem de salvador-conciliador do homem público mineiro e sua manifesta habilidade e influência sobre o Estado, numa sociedade onde o exercício da cidadania é fragilizado.

A vida, bem o sabemos, se estende além do vivente, do presente, pois projetos, sonhos perduram mais que gentes, ainda que tidos como enganos, utopias, chamados não entendidos... Fios tecidos e, como na mitologia das Parcas⁸¹, à mercê de uma tesoura oculta, de alguém que nos esconde o novo. O

80 A expressão “*Labor omnia vincit improbus*” é um verso do poeta latino Virgílio, presente nas *Geórgicas* (Livro I, v. 145), obra dedicada à exaltação do trabalho agrícola e da disciplina humana diante das adversidades da natureza. No contexto original, o verso valoriza o esforço perseverante como força capaz de superar limitações e dificuldades, sentido que foi amplamente apropriado, ao longo da tradição ocidental, como elogio ao trabalho diligente e à ação consciente do homem.

81 Na mitologia greco-romana, as Parcas (Moiras, na tradição grega) são divindades responsáveis por reger o destino humano. Cloto fiava o fio da vida, Láquesis determinava sua extensão e Atropos o cortava, simbolizando o caráter inevitável e irreversível do destino. A imagem das Parcas foi amplamente incorporada à tradição literária e filosófica ocidental como metáfora da condição humana, da finitude e da submissão do homem às forças do tempo e da necessidade.

feitio não acabado, mas construção que subsiste, dada a nossa impermanência, nossa insistência, nossa arte. Sabiam disso os mestres construtores das catedrais; seu trabalho seria concluído por outro e mais outros, pois a Obra nunca se é terminada. Um construir permanente, sonhada sensação de etapa não vencida. Como nas competições de atletismo, a esfera, a barra passada a outras mãos!

São as pessoas, com seu capital humano, a sua fonte intelectual e operativa, os atores que formam a estrutura básica, histórica e cultural de uma empresa, de uma sociedade. Os líderes deixam sua marca inconfundível, seu conhecimento, seus valores, suas diretrizes, os projetos vivenciados e que se preservam, indelévels, na memória e na cultura de cada organização. Estilo que configura, por vezes, um modelo coerente de gestão e que consolida a identidade institucional, construindo e perenizando a imagem social de projetos de tamanho alcance comunitário.

É com esse olhar de confiabilidade, de perpetuidade, de sacralidade que a memória cooperativista mineira enaltece nossos pioneiros. Nossos atos, sejam eles informais ou heroicos, convertidos e imortalizados por experiências de conhecimento, de modelos, de grandezas, permanecem lavrados no mármore do tempo, alimentam as páginas da história e jamais fenecerão. São cerimônias como esta em que as hostes cooperativistas acendem piras, avivam chamas, registram feitos, fazendo ecoar pelo tempo e pelo espaço epopeias, feitos heroicos, narrativas imemoriais.

Ao suceder das gerações, há que se dar publicidade aos pioneiros, aos tarefeiros e aos servidores do bem comum, de primeira e última hora — reminiscências a serem compendiadas, documentos, depoimentos, testemunhos vivos que não podem, nem devem se dispersar, se encerrar sepultos em arquivos mentais. O tempo, por si só, pelas suas pátinas e páginas, faz esmaecer caracteres, cabendo-nos a todos, todavia, avivá-los, restaurá-los, dar-lhes lume, perlustrar-lhes o nume.

O verdadeiro homenageado aqui é o movimento cooperativista que propõe uma nova forma de sociedade solidária, humanista, democrática, conciliadora; que rejeita qualquer forma de discriminação, de autoritarismo; que fertiliza até mesmo glebas estéreis, que faz germinar, render frutos, ante ações de receptividade, de proatividade. Nós, nossas comunidades, somos/fundimo-nos ao terreno a ser incessantemente trabalhado, cultivado com esmero e fervor; somos também os semeadores, obreiros de todos as horas, a quem sempre são requisitadas a dura lide, paciência, confiança inabalável, conhecimento, jamais se nos entregando à inércia, à desesperança, ao abandono das ferramentas, na certeza de que gérmens lançados ao solo far-se-ão vergôntes, arbustos frutificados, espigas cheias. Como nos reporta o Evangelho: “Quem, tendo posto a mão no arado, olha para trás, não é apto para o reino de Deus” (Lc. 9, 62).

Homens e mulheres de alma nativa, por áduos rincões, fundos grotões, sobranceiras colinas, invios sertões, às margens da curiosidade alheia, enrijecidos pelo sol montanhês, temperados com fibra de ferro, inconformados, o espírito libertário na venta, ideais proclamados aos ventos, transformaram o marasmo de muitas urbes, expostas às urzes e espinhos do secular abandono,

o Estado omisso, a parca poupança em poucas mãos e bolsos, geralmente migratória para grandes centros. Serviam nossas comunidades apenas como polos ou agências de captação, do famoso “prazo fixo”, a serviço de grandes instituições financeiras sediadas na “Capital”.

Trazemos todos, indistintamente, o cântico dos desbravadores, o som cadenciado da foice abrindo clareiras, o suor do trabalho de minas, campos, cidades. Tornamo-nos, por isso, vozes irrequietas, conectadas, unidas sob o ritmo benfeitor da solidariedade, mãos entrelaçadas, peito arfante, na entonação do hino do progresso, na orquestração do soerguimento da autoestima coletiva, da remissão econômica e social de nossas comunidades. Tarefairos, semeadores, cultivadores, sonhadores, realizadores, conhecedores das curvas dos poeirentos caminhos, das carências e sofrências de nossa gente, paragens e margens de nossos regatos, horizontes a serpentear além, insones ruas de nossas povoações, agitadas avenidas das médias e grandes cidades...

Permitimo-nos rememorar que, em conversa, certa feita, com um executivo do Rabobank, ele afirmava que, no movimento cooperativista holandês e europeu, há um extremado respeito pelos antepassados, sempre lembrados e reverenciados, porquanto como próceres, dirigentes e colaboradores do Cooperativismo e, em sua intrépida defesa, enfrentaram, ao longo de mais de cem anos de sua existência, toda sorte de incompreensões, infortúnios, confiscos, guerras, até prisões e martírios.

Somos aqui, mercê da Permissão Divina, igualmente ceifeiros, contemplados com esta singela homenagem, com o apreço de nossos associados e bases comunitárias. Podermos comprovar que a semente da cooperação, da solidariedade, esparzida, fomentada nessas três décadas, por nossas gerais, superou terrenos de solo raso, por vezes pedregosos, espinhosos, gerando progresso, pão à mesa na forma de renda, emprego, qualidade de vida, autoestima para milhares de associados, suas famílias, em centenas de comunidades interioranas.

O edifício doutrinário do Cooperativismo cresceu, tornou-se preciso, tal qual o conhecemos hoje, graças à contribuição de pensadores, reformadores e realizadores, levada a efeito nos mais diversos pontos geográficos do planeta, em variados momentos da história, sob circunstâncias econômicas e sociais as mais diferentes.

Construção que uniu filosofia e prática, princípios teóricos e operacionalização, ideia e realização, organização e funcionamento, graças em especial à contribuição da primeira cooperativa de consumo — dos Probos Pioneiros de Rochdale, com a sua genial metodologia de repartição do produto social, lançando-se a pedra angular do edifício cooperativo, e cujos princípios ainda hoje são invioláveis. Há que se ressaltar o trabalho de pioneiros e realizadores como Schulze Delitzche e Raiffeisen, Luigi Luzzatti, Leone Wollemborg, Desjardins, representativos, respectivamente, da classe média das cidades e da massa de pequenos agricultores.

Os Pioneiros venceram, porquanto compreenderam a importância do movimento das vendas de bens de consumo, a preço justo, estabelecido atra-

vés da cooperação e da tese de que, em toda a sociedade, o capital é apenas o meio ou canal de trabalho para a obtenção de vendas ou resultados. Ou seja, o capital em circulação gerando resultados, cujos excedentes, na sábia ótica dos Pioneiros, retornaria na forma de sobras proporcionalmente à movimentação e à assiduidade de cada associado; uma remuneração equitativa do capital, retirando-se antes o fundo de reserva e outros fundos coletivos fortalecedores da sociedade.

Se pensarmos — diz Charles Gide — que os estatutos de sua sociedade Probos Pioneiros de Rochdale foram tão bem estabelecidos por esses poucos tecelões de flanela, que a experiência de meio século nada encontrou que valesse a pena juntar aos mesmos e que milhares de sociedades criadas depois limitaram-se a copiá-los quase que textualmente, não hesitaremos em considerar esse fenômeno talvez o mais importante da história econômica. O sistema cooperativista não saiu do cérebro de sábios ou reformadores, mas das próprias entranhas do povo.

Imaginemos a dramática cena de 28 tecelões desempregados, buscando uma forma de saírem da miséria e, após acirrados debates em uma reunião, em uma tarde brumosa de dezembro de 1843, optam pela instalação de uma cooperativa de consumo, um armazém. “Neles fulgurou um desses pensamentos que só ocorrem uma vez em mil anos”, assim definiu Franz Staudinger. Estavam lançados ali os vitoriosos pilares da cooperação moderna, base da filosofia econômica de uma nova sociedade. Ridicularizados, acuados, após alugarem um acanhado cômodo na Rua dos Sapos, sob apupos e chacotas de garotos e moradores ali reunidos, um dos cooperados, o mais ousado, abriu as portas do toco armazém. Uma vitória dos Pioneiros, uma conquista da humanidade.

A mensagem do Cooperativismo é destinada a todos, a todas as classes sociais, a todas as idades, a todos os ofícios. Seu chamado à mutualidade, o ruflar dos tambores da solidariedade ecoam ao longo dos caminhos, conduzidos por arautos, por semeadores quão anônimos, transformando a história, inspirando heroísmos, escrevendo cartas memoráveis em letras de luz e abnegação, disseminando e ativando uma nova era, uma nova ordem para a coletividade. Ainda que em pequenas iniciativas, lampeja em todos o apelo de servir, de tornar melhor o meio, o mundo em que vivemos. Como expôs Gonzalez Pecotche, o notável pensador argentino, criador da Logosofia: “Conseguir que as gerações futuras sejam mais felizes que a nossa será o prêmio maior a que possamos aspirar”. “É a ação do homem que, iluminada pela Sabedoria e pelo calor do Amor, realiza a missão da Terra” (Rudolf Steiner).

João Pinto de Oliveira discursando no 10º Seminário
Sicoob Sistema Crediminas. O evento ocorreu em Araxá
(MG) entre os dias 26 e 28 de Novembro de 2014



SICOOB
Credivertentes





COOP. CREDITO RURAL CAMPOS das VERENTES UN. 1990
CREDIVERENTES

ISBN: 978-65-985728-9-1

CDI



9 786598 572891